



MINISTÉRIO DA DEFESA NACIONAL  
ESTADO-MAIOR DO EXÉRCITO

SECÇÃO DE OE/DARH

ESTÁ CONFORME  
O ORIGINAL

# ORDEM DO EXÉRCITO

1.<sup>a</sup> SÉRIE

N.º 07/31 DE JULHO DE 2016

Publica-se ao Exército o seguinte:

## SUMÁRIO

### DECRETOS-LEIS

#### Planeamento e das Infraestruturas

##### Decreto-Lei n.º 40/2016:

Altera o Código da Estrada, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 114/94, de 3 de maio, o Decreto-Lei n.º 138/2012, de 5 de julho, e o Regulamento da Habilitação Legal para Conduzir, aprovado em anexo ao Decreto-Lei n.º 138/2012, de 5 de julho, transpondo as Diretivas 2014/85/EU da Comissão, de 1 de julho, e 2015/653/UE da Comissão, de 24 de abril, que alteram os anexos I, II e III da Diretiva 2006/126/CE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 20 de dezembro, relativa à carta de condução..... 120

### DESPACHOS

#### Defesa Nacional

#### Gabinete do Ministro

##### Despacho n.º 8 840/2016:

Proposta de Lançamento de Procedimento n.º B0088/2016 -

Aquisição de 167 viaturas Tácticas Ligeiras Blindadas (VTLB) 4X4... 120

##### Despacho n.º 9 562/2016:

Candidatura da Sociedade Comercial por Quotas Partsul - Comércio e Serviços, Lda., ao exercício da atividade de comércio de bens e tecnologias militares/Produtos relacionados com a Defesa ..... 122

##### Despacho n.º 9 564/2016:

Candidatura da Sociedade Comercial por Quotas TECNI-PRISMA - Engenharia, Lda., ao exercício das atividades de comércio e indústria de bens e tecnologias militares/Produtos relacionados com a Defesa ..... 122

##### Despacho n.º 9 565/2016

Candidatura da Sociedade Comercial por Quotas "ACO-SIBER - Pintura Aeronáutica - Unipessoal, Lda." ao exercício das atividades de comércio e indústria de bens e tecnologias militares/Produtos relacionados com a Defesa ..... 122

<b>Gabinete do Secretário de Estado da Defesa Nacional</b>		<b>Despacho n.º 8 791/2016:</b>	
<b>Despacho n.º 8 721/2016:</b>		Delegação de competências no Major-General Chefe do Gabinete do EME.....	133
PM 004/Benavente - Terreno com 55HA a norte do Campo de Tiro de Alcochete (UADGME) - "Oficina de Viaturas Especiais" ...	123	<b>Comando do Pessoal</b>	
<b>Despacho n.º 8 790/2016:</b>		<b>Despacho n.º 9 234/2016:</b>	
PM 004/Benavente - terreno com 55 ha a norte do Campo de Tiro de Alcochete (UADGME) - «Estação de Serviço».....	124	Subdelegação de Competências Major-General Diretor da DS.....	134
<b>Exército</b>		<b>Despacho n.º 9 235/2016:</b>	
<b>Gabinete do CEME</b>		Subdelegação de competências no Coronel Cmdt da UnAp/CmdPess	135
<b>Despacho n.º 8 539/2016:</b>		<b>Despacho n.º 9 236/2016:</b>	
Delegação de competências no Coronel Cmdt da UnAp/EME.....	124	Subdelegação de competências no Major-General Diretor da DARH	135
<b>Despacho n.º 8 540/2016:</b>		<b>Despacho n.º 9 237/2016:</b>	
Delegação de competências no Major-General Chefe do Gabinete do CEME.....	125	Subdelegação de competências no Tenente-Coronel Cmdt da EPM...	138
<b>Despacho n.º 8 541/2016:</b>		<b>Despacho n.º 9 239/2016:</b>	
Delegação de competências no Major-General Diretor da DF.....	125	Subdelegação de competências no Major-General Diretor da DSP.....	138
<b>Despacho n.º 8 542/2016:</b>		<b>Despacho n.º 9 676/2016:</b>	
Delegação de competências no Tenente-General VCEME.....	126	Subdelegação de competências no Coronel Subdiretor da DSP.....	139
<b>Despacho n.º 8 543/2016:</b>		<b>Despacho n.º 9 677/2016:</b>	
Delegação de competências no Tenente-General Cmdt da Logística.....	128	Subdelegação de competências no Major-General Diretor da DARH	140
<b>Despacho n.º 8 544/2016:</b>		<b>Repartição Pessoal Civil</b>	
Delegação de competências no Major-General IGE.....	129	<b>Despacho (extrato) n.º 9 240/2016:</b>	
<b>Despacho n.º 8 545/2016:</b>		Subdelegação de competências no Major-General Presidente da Secção Autónoma n.º 4 (SA 4) do Conselho Coordenador da Avaliação do Exército .....	143
Delegação de competências no Major-General Cmdt AM.....	129	<b>Despacho (extrato) n.º 9 241/2016:</b>	
<b>Despacho n.º 8 546/2016:</b>		Subdelegação de competências no Major-General Presidente da Secção Autónoma n.º 2 (SA 2) do Conselho Coordenador da Avaliação do Exército .....	144
Delegação de competências no Tenente-General AGE.....	130	<b>Comando da Logística</b>	
		<b>Despacho n.º 9 475/2016:</b>	
		Subdelegação de competências no Major-General Diretor da DMT...	145

**Despacho n.º 9 476/2016:**

Subdelegação de competências no  
Major-General Diretor da DA..... 145

**Despacho n.º 9 477/2016:**

Subdelegação de competências no  
Coronel Cmdt da UnAp/CmdLog. 146

**Despacho n.º 9 478/2016:**

Subdelegação de competências no  
Major-General Diretor da DI..... 146

**Despacho n.º 9 479/2016:**

Subdelegação de competências no  
Coronel Tirocinado Comandante  
do CIGeoE..... 147

---

**PROTOCOLOS****Protocolo de colaboração entre:**

- O RC 6 e Câmara Municipal de  
Braga ..... 147

## **I – DECRETOS-LEIS**

### **Planeamento e das Infraestruturas**

#### **Decreto-Lei n.º 40/2016 de 29 de julho**

Altera o Código da Estrada, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 114/94, de 3 de maio, o Decreto-Lei n.º 138/2012, de 5 de julho, e o Regulamento da Habilitação Legal para Conduzir, aprovado em anexo ao Decreto-Lei n.º 138/2012, de 5 de julho, transpondo as Diretivas 2014/85/UE da Comissão, de 1 de julho, e 2015/653/UE da Comissão, de 24 de abril, que alteram os anexos I, II e III da Diretiva 2006/126/CE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 20 de dezembro, relativa à carta de condução.

(DR, 1.ª Série, n.º 145, 29jul16)

---

## **II – DESPACHOS**

### **Defesa Nacional**

#### **Gabinete do Ministro**

#### **Despacho n.º 8 840/2016**

Considerando que o Exército Português tem por missão principal participar, de forma integrada, na defesa militar da República, nos termos do disposto na Constituição e na lei, sendo fundamentalmente vocacionado para a geração, preparação e sustentação de forças da componente operacional do sistema de forças;

Considerando que, para a edificação da Capacidade Forças Ligeiras do Exército, se identifica como necessário equipar o Exército, nomeadamente a componente operacional, com viaturas táticas ligeiras blindadas (VTLB), contribuindo assim para uma melhoria significativa da mobilidade tática terrestre e de proteção da força, imprescindível à diferente tipologia de cenários e missões operacionais atribuídas ao Exército, em particular às Forças Nacionais Destacadas;

Considerando que a Lei de Programação Militar, aprovada pela Lei Orgânica n.º 7/2015, de 18 de maio, contempla verbas para a obtenção daquelas viaturas através do “Projeto Forças Ligeiras — Viaturas Táticas Ligeiras Blindadas”;

Considerando que a natureza das viaturas está prevista na “Lista de produtos relacionados com a defesa”, na categoria ML6 — Veículos Terrestres e seus componentes, constante do anexo I à Lei n.º 37/2011, de 22 de junho, na versão dada pelo Decreto-Lei n.º 52/2015 de 15 abril;

Considerando que o procedimento pode ser desenvolvido pela *NATO Support Procurement Agency* (NSPA), configurando-se como contratação excluída, nos termos do disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 104/2011, de 06 de outubro, que estabelece a disciplina jurídica aplicável à contratação pública nos domínios da defesa e da segurança;

Atendendo ao Parecer da Direção-Geral de Recursos da Defesa Nacional n.º 1 063, de 23 de junho;

Assim, nos termos da alínea c) do n.º 3 do artigo 17.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de junho, da alínea c) do n.º 1 do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 104/2011, de 6 de outubro, e ao abrigo das disposições conjugadas constantes do n.º 1 do artigo 2.º e no n.º 2 do artigo 8.º da Lei de Programação Militar (LPM), aprovada pela Lei Orgânica n.º 7/2015, de 18 de maio, do n.º 1 e da alínea o) do n.º 3 do artigo 14.º da Lei de Defesa Nacional, aprovada pela Lei Orgânica n.º 1-B/2009, de 7 de julho, alterada e republicada pela Lei Orgânica n.º 5/2014, de 29 de agosto, do artigo 9.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, na sua redação atual, do artigo 109.º do Código dos Contratos Públicos e dos artigos 44.º e 46.º do Código do

Procedimento Administrativo (CPA), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 4/2015, de 7 de janeiro, determino o seguinte:

1 — Autorizo o procedimento de formação contratual a realizar através da *NATO Support Procurement Agency* (NSPA), tendo em vista a aquisição de 167 viaturas táticas ligeiras blindadas (VTLB) 4x4, e a correspondente despesa até ao montante máximo de € 60 800 000,00 com IVA incluído, se aplicável.

2 — Os encargos resultantes da aquisição referida no número anterior são satisfeitos pelas verbas inscritas na Lei de Programação Militar, na Capacidade Forças Ligeiras do Exército, não podendo exceder, em cada ano económico, os seguintes montantes:

- a) No ano de 2016 — € 13 000 000,00
- b) No ano de 2017 — € 11 000 000,00
- c) No ano de 2018 — € 10 000 000,00
- d) No ano de 2019 — € 16 800 000,00
- e) No ano de 2020 — € 10 000 000,00

3 — O montante fixado no número anterior para cada ano económico é acrescido do saldo apurado na execução orçamental do ano anterior, nos termos do n.º 4 do artigo 7.º da Lei de Programação Militar.

4 — Delego no Chefe do Estado-Maior do Exército, Gen (10110879) **Frederico José Rovisco Duarte**, com faculdade de subdelegação, a competência para outorgar, em representação do Estado Português, o *Sales Agreement* que titulará as condições técnicas e financeiras da prestação de serviços de ‘*procurement*’ pela NSPA com vista ao fornecimento das viaturas objeto do procedimento, bem como a prática dos demais atos necessários à condução do procedimento até à sua conclusão.

5 — Para os efeitos previstos no número anterior, deve o Estado-Maior do Exército submeter à minha aprovação, através da Direção-Geral de Recursos da Defesa Nacional, a minuta do contrato a celebrar com a NSPA (*Sales Agreement*).

6 — É constituída uma equipa de missão para acompanhar o procedimento para a aquisição conduzida pela NSPA, a qual é composta pelos seguintes elementos:

a) Por proposta do Chefe do Estado-Maior do Exército:

i) Cor Tir Cav (17589382) Pedro Miguel Andrade da Fonseca Lopes, da BrigRR, Exército, na qualidade de diretor do projeto;

ii) TCor Mat (00653282) José Manuel Valente Castelhana, da DMT/CmdLog, Exército, que assumirá as funções de Ponto de Contacto (POC);

iii) TCor AdMil (01312685) José Francisco Madureira dos Santos, da DA/CmdLog, Exército;

iv) TécSup LD (14753594) Vera Cristina de Sousa Carvalho, do GabQMG/CmdLog, Exército;

b) Por proposta do Diretor-Geral de Recursos da Defesa Nacional:

i) CTen EN-AEL João Paulo Simões Madeira, Chefe da Divisão de Indústria, Logística e I&D, da Direção-Geral de Recursos da Defesa Nacional (DGRDN);

ii) Cristina Maria da Cunha Pinto, Chefe da Divisão de Análise Jurídica e Contratual da DGRDN;

iii) TCor Mat (01405085) Manuel Fortunato Mendes Marques, a exercer funções na Divisão de Planeamento e Programação da DGRDN.

7 — A equipa de missão deve apresentar, sempre que se revelar adequado, ao Chefe do Estado-Maior do Exército e ao Diretor-Geral de Recursos da Defesa Nacional, relatórios de progresso sobre os trabalhos e resultados alcançados no âmbito do procedimento aquisitivo a executar pela NSPA.

8 — O Exército deve inserir no Sistema de Gestão de Projetos os dados relativos ao contrato, uma vez concluído o procedimento aquisitivo pela NSPA.

9 — O presente despacho produz efeitos a partir da data da sua assinatura.

30 de junho de 2016. — O Ministro da Defesa Nacional, *José Alberto de Azeredo Ferreira Lopes*.

(DR, 2.ª Série, n.º 131, 11jul16)

**Despacho n.º 9 562/2016**

A sociedade comercial por quotas PARTSUL — Comércio e Serviços, Lda., com sede na Rua Dr. Bernardo Machado, n.º 48, Vale de Milhaços, 2855-437 Corroios, requereu, ao abrigo do n.º 1 do artigo 5.º da Lei n.º 49/2009, de 5 de agosto, a atribuição de licença para o exercício da atividade de comércio de bens e tecnologias militares/produtos relacionados com a defesa bem como a inclusão desta no seu objeto social.

A proposta de alteração do objeto social apresentada pela empresa está em conformidade com o previsto na Lei n.º 49/2009, de 5 de agosto, na medida em que inclui o comércio de bens e tecnologias militares na sua atividade.

A sociedade cumpre os pressupostos cumulativos para a atribuição de licença para o exercício da atividade pretendida, previstos no n.º 1 do artigo 8.º da Lei n.º 49/2009, de 5 de agosto.

Assim, nos termos do n.º 1 do artigo 5.º da Lei n.º 49/2009, de 5 de agosto, e tendo em consideração a conjugação do exposto na informação n.º 342 da Direção-Geral de Recursos da Defesa Nacional, de 15 de março de 2016 e no Despacho n.º 85/SIND/ANS/2016, da Autoridade Nacional de Segurança, de 24 de maio de 2016, licencio a empresa PARTSUL — Comércio e Serviços, Lda., a fim de incluir no seu objeto social, que a seguir se transcreve, a atividade de comércio de bens e tecnologias militares/produtos relacionados com a defesa:

*“Comércio de eletrodomésticos, assistências, montagens e reparação. Instalação de canalizações e climatização. Comércio de bens e tecnologias militares.”*

12 de julho de 2016. — O Ministro da Defesa Nacional, *José Alberto de Azeredo Ferreira Lopes*.

(DR, 2.ª Série, n.º 142, 26jul16)

**Despacho n.º 9 564/2016**

A sociedade comercial por quotas TECNIPRISMA — Engenharia, Lda., com sede na Rua Gonçalves Crespo, n.º 9, Cave B, 279-091 Linda-a-Velha, requereu, ao abrigo do n.º 1 do artigo 5.º da Lei n.º 49/2009, de 5 de agosto, a atribuição de licença para o exercício das atividades de comércio e indústria de bens e tecnologias militares/produtos relacionados com a defesa bem como a inclusão desta no seu objeto social.

A proposta de alteração do objeto social apresentada pela empresa está em conformidade com o previsto na Lei n.º 49/2009, de 5 de agosto, na medida em que inclui o comércio e a indústria de bens e tecnologias militares na sua atividade.

A sociedade cumpre os pressupostos cumulativos para a atribuição de licença para o exercício das atividades pretendidas, previstos no n.º 1 do artigo 8.º da Lei n.º 49/2009, de 5 de agosto.

Assim, nos termos do n.º 1 do artigo 5.º da Lei n.º 49/2009, de 5 de agosto, e tendo em consideração a conjugação do exposto na informação n.º 709 da Direção-Geral de Recursos da Defesa Nacional, de 10 de maio de 2016 e no Despacho n.º 97/SIND/ANS/2016, da Autoridade Nacional de Segurança, de 06 de junho de 2016, licencio a empresa TECNIPRISMA — Engenharia, Lda., a fim de incluir no seu objeto social, que a seguir se transcreve, as atividades de comércio e indústria de bens e tecnologias militares/produtos relacionados com a defesa:

*“Engenharia técnica de construção; estudos, projetos, construção, instalações especiais e montagens de redes de eletricidade, climatização e telecomunicações; construção civil; comércio de equipamentos e materiais de construção, elétricos, informáticos, telecomunicações, climatização, deteção de incêndios e intrusão; prestação de serviços de consultoria e gestão de empresas e formação profissional; comércio e indústria de bens e tecnologias militares.”*

12 de julho de 2016. — O Ministro da Defesa Nacional, *José Alberto de Azeredo Ferreira Lopes*.

(DR, 2.ª Série, n.º 142, 26jul16)

**Despacho n.º 9 565/2016**

A sociedade comercial por quotas ACOSIBER — Pintura Aeronáutica — Unipessoal, Lda., com sede no Parque Empresarial de Padreiro, Lote 9, 4970-500 Arcos de Valdevez, requereu, ao abrigo do

n.º 1 do artigo 5.º da Lei n.º 49/2009, de 5 de agosto, a atribuição de licença para o exercício das atividades de comércio e indústria de bens e tecnologias militares/produtos relacionados com a defesa bem como a inclusão desta no seu objeto social.

A proposta de alteração do objeto social apresentada pela empresa está em conformidade com o previsto na Lei n.º 49/2009, de 5 de agosto, na medida em que inclui o comércio e a indústria de bens e tecnologias militares na sua atividade.

A sociedade cumpre os pressupostos cumulativos para a atribuição de licença para o exercício das atividades pretendidas, previstos no n.º 1 do artigo 8.º da Lei n.º 49/2009, de 5 de agosto.

Assim, nos termos do n.º 1 do artigo 5.º da Lei n.º 49/2009, de 5 de agosto, e tendo em consideração a conjugação do exposto na informação n.º 577 da Direção-Geral de Recursos da Defesa Nacional, de 26 de abril de 2016 e no Despacho n.º 108/SIND/ANS/2016, da Autoridade Nacional de Segurança, de 23 de junho de 2016, licencio a empresa ACOSIBER — Pintura Aeronáutica — Unipessoal, Lda., a fim de incluir no seu objeto social, que a seguir se transcreve, as atividades de comércio e indústria de bens e tecnologias militares/produtos relacionados com a defesa:

*“Tratamento de superfícies, pintura industrial e aeronáutica e atividades industriais acessórias destas; comércio por grosso e a retalho de produtos para tratamento de superfícies e pinturas; comércio e indústria de bens e tecnologias militares, consultadoria e prestação de serviços relacionados com as atividades acima indicadas.”*

14 de julho de 2016. — O Ministro da Defesa Nacional, *José Alberto de Azeredo Ferreira Lopes*.

(DR, 2.ª Série, n.º 142, 26jul16)

### **Gabinete do Secretário de Estado da Defesa Nacional**

#### **Despacho n.º 8 721/2016**

Considerando que, nos termos do disposto no n.º 3 do Despacho n.º 5 991/2016, de Sua Exa. o Ministro da Defesa Nacional, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 87, de 5 de maio de 2016, estão sujeitas à prévia concordância as autorizações de despesas superiores a € 299 278,74, relativas a construções e grandes reparações.

Considerando que no âmbito da Reforma da “Defesa 2020”, aprovada pela Resolução de Conselho de Ministros n.º 26/2013, de 11 de abril, resultam diretrizes assentes no princípio orientador da concentração, visando a economia de meios, a rentabilização do apoio logístico e limitando o número de infraestruturas, aproveitando ao máximo as que se mostrarem mais adequadas, com vista ao redimensionamento do dispositivo territorial. Considerando que a colocalização das ex-OGME no Prédio Militar PM004/BENAVENTE, nas atuais instalações da Unidade de Apoio Geral de Material do Exército (UAGME), permitirá a concentração das funções logísticas, manutenção e reabastecimento numa mesma infraestrutura, com a consequente rentabilização de sinergias, permitindo concomitantemente a libertação do espaço ocupado pelas OGME em Lisboa, torna-se fundamental o lançamento do procedimento pré-contratual que permita a execução da empreitada de obra pública com a designação PM 004/BENAVENTE — TERRENO COM 55HA A NORTE DO CAMPO DE TIRO DE ALCOCHETE (UADGME) — “OFICINA DE VIATURAS ESPECIAIS”.

Assim, face ao anteriormente exposto, e ao abrigo das competências que me foram delegadas por Sua Exa. o Ministro da Defesa Nacional, através do Despacho n.º 971/2016, de 22 de dezembro de 2015, publicado no *Diário da República*, n.º 13, de 20 de janeiro de 2016, manifesto a minha concordância prévia para a autorização da despesa inerente ao contrato de obras públicas a celebrar na sequência do procedimento pré-contratual com a designação PM 004/BENAVENTE — TERRENO COM 55HA A NORTE DO CAMPO DE TIRO DE ALCOCHETE (UADGME) — “OFICINA DE VIATURAS ESPECIAIS” e com preço base de € 2 750 000,00.

23 de junho de 2016. — O Secretário de Estado da Defesa Nacional, *Marcos da Cunha e Lorena Perestrello de Vasconcellos*.

(DR, 2.ª Série, n.º 129, 07jul16)

**Despacho n.º 8 790/2016**

Considerando que, nos termos do disposto no n.º 3 do Despacho n.º 5 991/2016, de Sua Exa. o Ministro da Defesa Nacional, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 87, de 5 de maio de 2016, estão sujeitas à prévia concordância as autorizações de despesas superiores a € 299 278,74, relativas a construções e grandes reparações;

Considerando que no âmbito da Reforma da “Defesa 2020”, aprovada pela Resolução de Conselho de Ministros n.º 26/2013, de 11 de abril, resultam diretrizes assentes no princípio orientador da concentração, visando a economia de meios, a rentabilização do apoio logístico e limitando o número de infraestruturas, aproveitando ao máximo as que se mostrarem mais adequadas, com vista ao redimensionamento do dispositivo territorial;

Considerando que a colocação das ex-OGME no prédio militar PM004/Benavente, nas atuais instalações da Unidade de Apoio Geral de Material do Exército (UAGME), permitirá a concentração das funções logísticas, manutenção e reabastecimento numa mesma infraestrutura, com a consequente rentabilização de sinergias, permitindo concomitantemente a libertação do espaço ocupado pelas OGME em Lisboa:

Torna-se fundamental o lançamento do procedimento pré-contratual que permita a execução da empreitada de obra pública com a designação PM 004/Benavente — terreno com 55 ha a norte do Campo de Tiro de Alcochete (UADGME) — “Estação de Serviço”.

Assim, face ao anteriormente exposto, e ao abrigo das competências que me foram delegadas por Sua Exa. o Ministro da Defesa Nacional, através do Despacho n.º 971/2016, de 22 de dezembro de 2015, publicado no *Diário da República*, n.º 13, de 20 de janeiro de 2016, manifesto a minha concordância prévia para a autorização da despesa inerente ao contrato de obras públicas a celebrar na sequência do procedimento pré-contratual com a designação PM 004/Benavente — terreno com 55 há a norte do Campo de Tiro de Alcochete (UADGME) — “Estação de Serviço” e com preço-base de € 610 000,00.

27 de junho de 2016. — O Secretário de Estado da Defesa Nacional, *Marcos da Cunha e Lorena Perestrello de Vasconcellos*.

(DR, 2.ª Série, n.º 130, 08jul16)

**Exército****Gabinete do Chefe do Estado-Maior do Exército****Despacho n.º 8 539/2016****Delegação de competências no Comandante da  
Unidade de Apoio do Estado-Maior do Exército**

1 — Nos termos do disposto nos n.ºs 1 e 3 do artigo 109.º do Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, delego no Comandante da Unidade de Apoio do Estado-Maior do Exército, Cor AdMil (11110985) **António Manuel Lebre Falcão**, a competência para autorizar e realizar despesas com a locação e aquisição de bens e serviços e com empreitadas de obras públicas, que me é conferida pela alínea *a*) do n.º 1 do artigo 17.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de junho, conjugada com o n.º 6 do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 186/2014, de 29 de dezembro, até ao limite de € 30 000,00.

2 — Delego ainda na mesma entidade a competência para autorizar a realização e arrecadação de receitas provenientes da prestação de serviços ou cedência ou alienação de bens.

3 — São ratificados todos os atos praticados pelo Comandante da Unidade de Apoio do Estado-Maior do Exército que se incluam no âmbito do presente despacho, desde 15 de abril de 2016.

4 — O presente despacho caduca em 3 de maio de 2016.

26 de abril de 2016. — O Chefe do Estado-Maior do Exército, *Frederico José Rovisco Duarte*, General.

(DR, 2.ª Série, n.º 125, 01jul16)



**Despacho n.º 8 540/2016****Delegação de competências no Chefe do Gabinete do  
Chefe do Estado-Maior do Exército**

1 — Ao abrigo do disposto no n.º 7 do artigo 8.º do Decreto-Lei n.º 186/2014, de 29 de dezembro, delego no Chefe do Gabinete do Chefe do Estado-Maior do Exército, MGen (19073984) **José Ulisses Veiga Santos Ribeiro Braga**, a competência para a prática dos seguintes atos no âmbito do referido Gabinete:

- a) Despachar os assuntos de gestão corrente do Gabinete;
- b) Autorizar deslocações em serviço no território nacional, incluindo com a utilização de viatura própria, bem como o processamento das correspondentes despesas com a aquisição de títulos de transporte e de ajudas de custo, nos termos da lei;
- c) Autorizar a prestação pelos trabalhadores com vínculo de emprego público de trabalho suplementar, nos termos previstos na lei, bem como o pagamento da remuneração por trabalho suplementar;
- d) Autorizar a realização e arrecadação de receitas provenientes da prestação de serviços ou cedência ou alienação de bens.

2 — Nos termos e para os efeitos do disposto no artigo 109.º do Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, delego na mesma entidade a competência para autorizar e realizar despesas com a locação e aquisição de bens e serviços e com empreitadas de obras públicas, até ao limite de € 99 759,58, que me é conferida pela alínea a) do n.º 1 do artigo 17.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de junho, conjugada com o n.º 6 do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 186/2014, de 29 de dezembro.

3 — Ao abrigo da autorização que me é conferida pelo n.º 4 do Despacho n.º 5 991/2016, de 26 de abril, do Ministro da Defesa Nacional, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 87, de 5 de maio de 2016, subdelego no Chefe do Gabinete do Chefe do Estado-Maior do Exército a competência para autorizar despesas com indemnizações a terceiros resultantes de acordo com o lesado, decorrentes da efetivação da responsabilidade civil do Estado emergente de acidentes de viação em que sejam intervenientes viaturas do Exército, ficando a indemnização limitada aos danos materiais e ao valor máximo de € 5 000,00.

4 — São ratificados todos os atos praticados pelo Chefe do Gabinete do Chefe do Estado-Maior do Exército que se incluam no âmbito do presente despacho, desde 15 de abril de 2016 e até à data da publicação do mesmo.

8 de junho de 2016. — O Chefe do Estado-Maior do Exército, *Frederico José Rovisco Duarte*, General.

(DR, 2.ª Série, n.º 125, 01jul16)

**Despacho n.º 8 541/2016****Delegação de competências no Diretor de Finanças**

1 — Ao abrigo do disposto no n.º 7 do artigo 8.º do Decreto-Lei n.º 186/2014, de 29 de dezembro, delego no Diretor de Finanças, MGen (12969882) **Fernando António de Oliveira Gomes**, a competência para a prática dos seguintes atos:

- a) Aprovar instruções e normas técnicas no âmbito da administração dos recursos financeiros;
- b) Autorizar, no âmbito da Direção de Finanças, deslocações em serviço no território nacional, incluindo com a utilização de viatura própria, bem como o processamento das correspondentes despesas com a aquisição de títulos de transporte e de ajudas de custo, nos termos previstos na lei;
- c) Determinar a transferência dos meios financeiros necessários ao pagamento de remunerações e pensões no Exército;

- d) Autorizar a realização e arrecadação de receitas provenientes da prestação de serviços ou cedência ou alienação de bens;
- e) Autorizar e determinar que se proceda a todos os pagamentos que sejam legalmente devidos pelo Exército, após verificação e confirmação da adequação processual dos mesmos;
- f) Autorizar a constituição e reconstituição de fundos de maneio, determinando o respetivo valor.

2 — Nos termos e para os efeitos do disposto no artigo 109.º do Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, delege na entidade referida no número anterior a competência para, no âmbito da Direção de Finanças, autorizar e realizar despesas com a locação e aquisição de bens e serviços e com empreitadas de obras públicas, que me é conferida pela alínea a) do n.º 1 do artigo 17.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de junho, conjugada com o n.º 6 do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 186/2014, de 29 de dezembro, até ao limite de € 99 759,58.

3 — A competência referida no número anterior pode ser subdelegada no Subdiretor de Finanças.

4 — São ratificados todos os atos praticados pelo Diretor de Finanças que se incluam no âmbito do presente despacho, desde 15 de abril de 2016 e até à publicação do mesmo.

8 de junho de 2016. — O Chefe do Estado-Maior do Exército, *Frederico José Rovisco Duarte*, General.

(DR, 2.ª Série, n.º 125, 01jul16)

### Despacho n.º 8 542/2016

#### Delegação de competências no Vice-Chefe do Estado-Maior do Exército

1 — Ao abrigo do disposto no n.º 7 do artigo 8.º do Decreto-Lei n.º 186/2014, de 29 de dezembro, delege no Vice-Chefe do Estado-Maior do Exército, TGen (15535777) **José António Carneiro Rodrigues da Costa**, a competência para a prática dos seguintes atos:

- a) Despachar assuntos de gestão corrente com o Ajudante-General do Exército, o Comandante das Forças Terrestres, o Quartel-Mestre-General, o Diretor de Finanças e o Comandante da Academia Militar, com exceção dos relativos ao levantamento de forças para operações no estrangeiro e às Forças Nacionais Destacadas;
- b) Aprovar instruções e normas técnicas no âmbito das comunicações e sistemas de informação;
- c) Autorizar a transferência de verbas prevista na 2.ª parte do n.º 4 do artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 71/95, de 15 de abril;
- d) Acompanhar a execução dos planos de médio e longo prazo, através da coordenação do Estado-Maior do Exército com os outros órgãos centrais de comando;
- e) Proceder à nomeação de militares para a cooperação técnico-militar e de oficiais para o desempenho de funções de comando de unidades de escalão batalhão da componente operacional do sistema de forças;
- f) Autorizar a condução de viaturas oficiais, nos termos da lei;
- g) Autorizar a apresentação à Junta Médica de Recurso do Exército e homologar os respetivos pareceres;
- h) Autorizar deslocações em serviço no território nacional do pessoal militar e civil do Exército, bem como o processamento das correspondentes despesas com a aquisição de títulos de transporte e de ajudas de custo, nos termos da lei;
- i) Autorizar o abono do suplemento de serviço aerotransportado, nos termos do Decreto-Lei n.º 180/94, de 29 de junho;
- j) Autorizar o abono do suplemento de serviço aéreo, nos termos do Decreto-Lei n.º 258/90, de 16 de agosto;
- k) Autorizar a realização e arrecadação de receitas provenientes da prestação de serviços ou cedência ou alienação de bens;

l) Autorizar a prestação pelos trabalhadores com vínculo de emprego público de trabalho suplementar, nos termos previstos na lei, bem como o pagamento da remuneração por trabalho suplementar.

2 — Nos termos e para os efeitos do disposto no artigo 109.º do Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, delego na mesma entidade a competência para a prática dos seguintes atos:

a) Autorizar e realizar despesas com a locação e aquisição de bens e serviços e com empreitadas de obras públicas, até ao limite de € 99 759,58, que me é conferida pela alínea a) do n.º 1 do artigo 17.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de junho, conjugada com o n.º 6 do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 186/2014, de 29 de dezembro;

b) Autorizar e realizar despesas relativas à execução de planos ou programas plurianuais legalmente aprovados, até ao limite de € 99 759,58, que me é conferida pela alínea a) do n.º 3 do artigo 17.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de junho, conjugada com o n.º 6 do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 186/2014, de 29 de dezembro.

3 — Ao abrigo da autorização que me é conferida pelo n.º 4 do Despacho n.º 5 991/2016, de 26 de abril, do Ministro da Defesa Nacional, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 87, de 5 de maio de 2016, subdelego no Vice-Chefe do Estado-Maior do Exército a competência para a prática dos seguintes atos:

a) Autorizar despesas:

1) Com a locação e aquisição de bens e serviços, e com empreitadas de obras públicas, até € 1 000 000,00, prevista na alínea c) do n.º 1 do artigo 17.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de junho;

2) Relativas à execução de planos ou programas plurianuais legalmente aprovados, até € 1 246 994,70, prevista na alínea c) do n.º 3 do artigo 17.º daquele mesmo diploma;

3) Com indemnizações a terceiros resultantes de acordo com o lesado, decorrentes da efetivação da responsabilidade civil do Estado emergente de acidentes de viação em que sejam intervenientes viaturas do Exército, ficando a indemnização limitada aos danos materiais e ao valor máximo de € 5 000,00.

b) Autorizar deslocações em missão oficial ao estrangeiro previstas em planos de atividades aprovados pelo Chefe do Estado-Maior do Exército, bem como o processamento das correspondentes despesas com ajudas de custo, nos termos previstos na lei.

4 — A competência para autorizar despesas relativas a construções e grandes reparações fica limitada a € 299 278,74.

5 — As competências referidas na alínea k) do n.º 1 e na alínea a) do n.º 2 podem ser subdelegadas, no todo ou em parte, no Diretor-Coordenador do Estado-Maior do Exército, que pode subdelegá-las no Comandante da Unidade de Apoio do Estado-Maior do Exército, no Diretor de História e Cultura Militar, que pode subdelegá-las no Subdiretor de História e Cultura Militar, no Diretor de Comunicações e Sistemas de Informação, que pode subdelegá-las no Subdiretor de Comunicações e Sistemas de Informação, e no Diretor de Educação, que pode subdelegá-las nos diretores dos estabelecimentos militares de ensino.

6 — A competência referida na alínea b) do n.º 1 pode ser subdelegada no Diretor de Comunicações e Sistemas de Informação.

7 — São ratificados todos os atos praticados pelo Vice-Chefe do Estado-Maior do Exército que se incluam no âmbito do presente despacho, desde 3 de maio de 2016 e até à publicação do mesmo.

8 de junho de 2016. — O Chefe do Estado-Maior do Exército, *Frederico José Rovisco Duarte*, General.

(DR, 2.ª Série, n.º 125, 01jul16)

**Despacho n.º 8 543/2016****Delegação de competências no Comandante da Logística**

1 — Ao abrigo do disposto no n.º 7 do artigo 8.º do Decreto-Lei n.º 186/2014, de 29 de dezembro, delego no Comandante da Logística, TGen (08733481) **Fernando Celso Vicente de Campos Serafino**, a competência para a prática dos seguintes atos:

- a) Aprovar instruções e normas técnicas no âmbito da administração dos recursos materiais;
- b) Autorizar, no âmbito do Comando da Logística, deslocções em serviço no território nacional, incluindo com a utilização de viatura própria, bem como o processamento das correspondentes despesas com a aquisição de títulos de transporte e de ajudas de custo, nos termos previstos na lei;
- c) Emitir os pareceres que a lei comete ao Exército sobre planos diretores municipais, planos de pormenor, planos gerais de urbanização, loteamentos, estabelecimentos hoteleiros e similares, construções escolares e hospitalares, vias de comunicação, gasodutos e oleodutos;
- d) Aprovar normas de proteção ambiental relativas a instalações do Exército, bem como medidas de segurança e higiene no trabalho;
- e) Autorizar a realização e arrecadação de receitas provenientes da prestação de serviços ou cedência ou alienação de bens;
- f) Autorizar a atribuição de casas do Estado afetas ao Exército.

2 — Nos termos e para os efeitos do disposto no artigo 109.º do Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, delego na mesma entidade a competência para a prática dos seguintes atos:

- a) Autorizar e realizar despesas com a locação e aquisição de bens e serviços e com empreitadas de obras públicas, até ao limite de € 99 759,58, que me é conferida pela alínea a) do n.º 1 do artigo 17.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de junho, conjugada com o n.º 6 do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 186/2014, de 29 de dezembro;
- b) Autorizar e realizar despesas relativas à execução de planos ou programas plurianuais legalmente aprovados, até ao limite de € 99 759,58, que me é conferida pela alínea a) do n.º 3 do artigo 17.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de junho, conjugada com o n.º 6 do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 186/2014, de 29 de dezembro.

3 — Ao abrigo da autorização que me é conferida pelo n.º 4 do Despacho n.º 5 991/2016, de 26 de abril, do Ministro da Defesa Nacional, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 87, de 5 de maio de 2016, subdelego no Comandante da Logística a competência para a prática dos seguintes atos:

- a) Autorizar despesas:
  - 1) Com a locação e aquisição de bens e serviços, e com empreitadas de obras públicas, até € 1 000 000,00, prevista na alínea c) do n.º 1 do artigo 17.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de junho;
  - 2) Relativas à execução de planos ou programas plurianuais legalmente aprovados, até € 500 000,00, prevista na alínea c) do n.º 3 do artigo 17.º daquele mesmo diploma;
  - 3) Com indemnizações a terceiros resultantes de acordo com o lesado, decorrentes da efetivação da responsabilidade civil do Estado emergente de acidentes de viação em que sejam intervenientes viaturas do Exército, ficando a indemnização limitada aos danos materiais e ao valor máximo de € 5 000,00.

- b) Licenciatar obras em áreas sujeitas a servidão militar, nos termos da legislação aplicável.

4 — A competência para autorizar despesas relativas a construções e grandes reparações fica limitada a € 299 278,74.

5 — As competências referidas na alínea e) do n.º 1 e na alínea a) do n.º 2 podem ser subdelegadas, no todo ou em parte, no adjunto do Comandante da Logística e nos diretores, comandantes e chefes na direta dependência do Comandante da Logística, podendo estes subdelegá-las nos comandantes, diretores ou chefes das unidades, estabelecimentos e órgãos que se encontrem na respetiva dependência direta.

6 — A competência prevista na alínea c) do n.º 1 pode ser subdelegada no Diretor de Infraestruturas.

7 — São ratificados todos os atos praticados pelo Comandante da Logística que se incluam no âmbito do presente despacho, desde 15 de abril de 2016 e até à publicação do mesmo.

8 de junho de 2016. — O Chefe do Estado-Maior do Exército, *Frederico José Rovisco Duarte*, General.

(DR, 2.ª Série, n.º 125, 01jul16)

### **Despacho n.º 8 544/2016**

#### **Delegação de competências no Inspetor-Geral do Exército**

1 — Ao abrigo do disposto no n.º 7 do artigo 8.º do Decreto-Lei n.º 186/2014, de 29 de dezembro, delego no Inspetor-Geral do Exército, MGen (02372981) **Jorge Manuel Lopes Nunes dos Reis**, a competência para, no âmbito da Inspeção-Geral do Exército, autorizar deslocações em serviço no território nacional, incluindo com a utilização de viatura própria, bem como o processamento das correspondentes despesas com a aquisição de títulos de transporte e de ajudas de custo, nos termos previstos na lei.

2 — São ratificados todos os atos praticados pelo Inspetor-Geral do Exército que se incluam no âmbito do presente despacho, desde 29 de abril de 2016 e até à data da publicação do mesmo.

20 de junho de 2016. — O Chefe do Estado-Maior do Exército, *Frederico José Rovisco Duarte*, General.

(DR, 2.ª Série, n.º 125, 01jul16)

### **Despacho n.º 8 545/2016**

#### **Delegação de competências no Comandante da Academia Militar**

1 — Ao abrigo do disposto no n.º 7 do artigo 8.º do Decreto-Lei n.º 186/2014, de 29 de dezembro, delego no Comandante da Academia Militar, MGen (10523283) **João Jorge Botelho Vieira Borges**, a competência para a prática dos seguintes atos no âmbito da Academia Militar:

*a)* Autorizar deslocações em serviço no território nacional, incluindo com a utilização de viatura própria, bem como o processamento das correspondentes despesas com a aquisição de títulos de transporte e de ajudas de custo, nos termos da lei;

*b)* Celebrar protocolos, na área do ensino e da formação, entre a Academia Militar e outros estabelecimentos de ensino integrados no sistema universitário português, ou com institutos superiores, desde que não envolvam encargos relativos a mais de um ano económico;

*c)* Autorizar a realização e arrecadação de receitas provenientes da prestação de serviços ou cedência ou alienação de bens;

*d)* Nomear e exonerar os membros do Conselho Científico e do Conselho Pedagógico da Academia Militar;

*e)* Assinar os contratos financeiros de cada projeto em que participe a Academia Militar no âmbito do programa ERASMUS+ da União Europeia;

*f)* Autorizar deslocações ao estrangeiro de alunos e pessoal docente e não docente a prestar serviço na Academia Militar, no âmbito do programa ERASMUS+, quando os encargos da deslocação sejam integralmente suportados por esse programa.

2 — Nos termos e para os efeitos do disposto no artigo 109.º do Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, delego na mesma entidade a competência para autorizar e realizar despesas com a locação e aquisição de bens e serviços e com empreitadas de obras públicas, até ao limite de € 99 759,58, que me é conferida pela alínea *a)* do n.º 1 do artigo 17.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de junho, conjugada com o n.º 6 do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 186/2014, de 29 de dezembro.

3 — Ao abrigo da autorização que me é conferida pelo n.º 4 do Despacho n.º 5 991/2016, de 26 de abril, do Ministro da Defesa Nacional, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 87, de 5 de maio de 2016, subdelego no Comandante da Academia Militar a competência para, no âmbito da Academia Militar, autorizar despesas com indemnizações a terceiros resultantes de acordo com o lesado, decorrentes da efetivação da responsabilidade civil do Estado emergente de acidentes de viação em que sejam intervenientes viaturas do Exército, ficando a indemnização limitada aos danos materiais e ao valor máximo de € 5 000,00.

4 — As competências referidas no n.º 2 podem ser subdelegadas, no todo ou em parte, no Diretor dos Serviços Gerais da Academia Militar.

5 — São ratificados todos os atos praticados pelo Comandante da Academia Militar que se incluam no âmbito do presente despacho, desde 3 de maio de 2016 e até à publicação do mesmo.

20 de junho de 2016. — O Chefe do Estado-Maior do Exército, *Frederico José Rovisco Duarte*, General.

(DR, 2.ª Série, n.º 125, 01jul16)

### **Despacho n.º 8 546/2016**

#### **Delegação de competências no Ajudante-General do Exército**

1 — Ao abrigo do disposto no n.º 7 do artigo 8.º do Decreto-Lei n.º 186/2014, de 29 de dezembro, delego no Ajudante-General do Exército, TGen (01354980) **José Carlos Filipe Antunes Calçada**, a competência para a prática dos seguintes atos:

a) Aprovar instruções e normas técnicas no âmbito da administração dos recursos humanos do Exército;

b) Proceder à nomeação, colocação e transferência de pessoal militar, militarizado e civil, com exceção de:

1) Oficiais Gerais e Coronéis Tirocinados;

2) Oficiais em missão no estrangeiro em funções de comando de forças nacionais destacadas ou em quartéis-gerais internacionais, ou em missões diplomáticas;

3) Oficiais para o desempenho de funções de comando de regimento e de unidades de escalão batalhão da componente operacional do sistema de forças;

4) Oficiais, Técnicos Superiores e Sargentos-Mores no Gabinete do CEME;

5) Colocação de militares fora do Exército.

c) Nomear militares para a frequência de cursos, tirocínios e estágios, com exceção da nomeação de Oficiais para a frequência do curso de promoção a Oficial General, do curso de Estado-Maior e de cursos no estrangeiro;

d) Nomear júris para a seleção dos candidatos a admitir por concurso aos quadros permanentes (QP) nas diversas categorias de militares;

e) Homologar as listas de candidatos a admitir aos QP nas diversas categorias de militares;

f) Promover militares por diuturnidade e antiguidade, exceto na categoria de Oficiais;

g) Graduar Sargentos e Praças nos postos em que a promoção é efetuada nas modalidades referidas na alínea anterior;

h) Promover o pessoal militarizado;

i) Decidir sobre a contagem do tempo de serviço e sobre requerimentos relativos a contagens de tempo de serviço;

j) Decidir sobre a mudança de situação, no que concerne às situações de ativo, reserva e reforma, bem como à prestação de serviço e sua efetividade;

k) Autorizar a prestação de serviço efetivo a militares na reserva, exceto Oficiais Gerais e Coronéis Tirocinados;

l) Aprovar as listas de antiguidade do pessoal militar, militarizado e civil do Exército;

m) Autorizar a emissão de bilhetes de identidade militar, de cartões de identificação militar, de cartas-patentes e registos de encarte das promoções;

*n)* Atos relativos a necessidades de formação e de desempenho de funções para a carreira de cada militar, bem como os relativos a satisfação de condições de promoção, com exceção da dispensa de condições especiais de promoção;

*o)* Adiamento da frequência de cursos de promoção;

*p)* Autorizar o abate aos QP;

*q)* Nomear militares e trabalhadores do Mapa de Pessoal Civil do Exército (MPCE) para júris de procedimentos concursais e provas de seleção;

*r)* Conceder licença registada a militares e licença ilimitada ao pessoal militarizado;

*s)* Autorizar os militares nos regimes de voluntariado (RV) e de contrato (RC) a manterem-se no posto e forma de prestação de serviço militar, nos termos e para os efeitos previstos no artigo 265.º do Estatuto dos Militares das Forças Armadas;

*t)* Conceder licença para estudos a militares;

*u)* Autorizar a matrícula em cursos civis aos militares, exceto oficiais gerais, sem prejuízo para o serviço;

*v)* Autorizar o exercício de funções de natureza civil por militares, exceto Oficiais Gerais, sem prejuízo para o serviço;

*w)* Praticar os atos, do âmbito do Exército, relativos às atividades concernentes ao recenseamento militar e ao Dia da Defesa Nacional;

*x)* Autorizar concursos de admissão para o recrutamento normal;

*y)* Nomear júris para a classificação e seleção dos candidatos a admitir nos regimes de RV e RC;

*z)* Decidir sobre a candidatura à prestação de serviço em RV e RC nas diversas categorias de militares;

*aa)* Autorizar a celebração de contratos para a prestação de serviço militar em RV e RC, de acordo com os modelos aprovados;

*bb)* Decidir sobre justificações apresentadas por cidadãos quanto a faltas às provas de classificação e seleção ou reclassificação e não apresentação à incorporação, nos termos dos artigos 21.º e 35.º da Lei do Serviço Militar;

*cc)* Autorizar a renovação do contrato aos militares em RC;

*dd)* Decidir sobre a rescisão dos contratos para prestação de serviço em RV e RC, nos termos do n.º 3 e da alínea *b)* do n.º 4 do artigo 264.º do Estatuto dos Militares das Forças Armadas;

*ee)* Autorizar o adiamento ou a dispensa das provas de classificação e seleção, nos termos do n.º 1 do artigo 65.º do Regulamento da Lei do Serviço Militar;

*ff)* Autorizar os militares em RV e RC a concorrerem aos estabelecimentos militares de ensino superior, a concursos na administração pública e ao alistamento nas forças de segurança;

*gg)* Autorizar a abertura de procedimentos concursais de ingresso no MPCE e a prática de todos os atos subsequentes, com exceção da decisão de recursos hierárquicos;

*hh)* Nomear, prover e exonerar o pessoal do MPCE;

*ii)* Atos relativos a necessidades de formação do pessoal do MPCE;

*jj)* Celebrar contratos com o pessoal civil, bem como prorrogar, outorgar alterações, rescindir e fazer cessar esses contratos, exceto por motivos disciplinares;

*kk)* Autorizar a acumulação de funções, comissões de serviço e a mobilidade interna ou cedência do pessoal civil;

*ll)* Propor a apresentação do pessoal civil à junta médica competente, para efeitos de verificação de incapacidade para o serviço;

*mm)* Autorizar a concessão de licença sem vencimento, de curta e longa duração, ao pessoal civil, bem como autorizar o seu regresso ao serviço;

*nn)* Relativamente aos militares em qualquer forma de prestação de serviço efetivo, com exceção de oficiais gerais, aos militarizados e aos trabalhadores do mapa de pessoal civil do Exército:

1) Conceder licença parental em qualquer das modalidades;

2) Conceder licença por risco clínico durante a gravidez;

3) Conceder licença por interrupção da gravidez;

4) Conceder licença por adoção;

5) Autorizar situações de assistência a familiares.

*oo)* Autorizar a prática dos atos respeitantes ao regime de trabalho a tempo parcial relativamente ao pessoal civil;

*pp)* Praticar os atos relativos ao SIADAP, previstos na Lei n.º 66-B/2007, de 28 de dezembro, com exceção da decisão de recursos hierárquicos interpostos pelos avaliados;

*qq)* Decidir sobre reclamações das listas de antiguidade do pessoal civil;

*rr)* Autorizar a passagem à aposentação do pessoal civil;

*ss)* Decidir sobre processos por acidente ou doença, exceto nos casos em que tenha ocorrido a morte ou o desaparecimento da vítima;

*tt)* Proferir decisão nos processos disciplinares por acidente de viação, a que se referem os §§ 1.º, 2.º e 3.º do artigo 7.º da Portaria n.º 22 396, de 27 de dezembro de 1966, quando se encontrem abrangidos por amnistia ou quando não haja lugar à aplicação de pena, desde que do acidente não resulte qualquer dispêndio para a Fazenda Nacional;

*uu)* Determinar o cancelamento definitivo das cartas de condução militares, nos termos do artigo 35.º da portaria referida na alínea anterior, exceto nos casos em que o cancelamento estiver conexo com a prática de infração disciplinar que deva ser apreciada pelo Chefe do Estado-Maior do Exército;

*vv)* Determinar a restituição de cartas de condução militares no âmbito de processos disciplinares por acidente de viação que forem decididos ao abrigo da competência referida na alínea anterior;

*ww)* Homologar os pareceres da CPIP/Direção de Saúde sobre a verificação do nexo causal entre o serviço e os acidentes ou doenças ocorridos, exceto nos casos em que tenha ocorrido a morte ou o desaparecimento da vítima, e determinar o envio dos respetivos processos à entidade competente para proferir a decisão final sempre que o interessado tenha requerido a qualificação como deficiente das Forças Armadas ou deficiente civil das Forças Armadas;

*xx)* Autorizar o uso de medalhas e insígnias nacionais não militares;

*yy)* Conceder e cancelar as condecorações de comportamento exemplar e comemorativas;

*zz)* Autorizar o uso e o averbamento de distintivos militares e não militares;

*aaa)* Autorizar o averbamento de condecorações coletivas;

*bbb)* Autorizar o averbamento e a junção aos documentos de matrícula de medalhas e louvores concedidos por entidades nacionais ou estrangeiras;

*ccc)* Praticar os atos respeitantes a remunerações, suplementos, subsídios e demais abonos e descontos do pessoal militar, militarizado e civil do Exército, bem como proferir decisão sobre requerimentos e exposições respeitantes às mesmas matérias;

*ddd)* Autorizar o pagamento de remunerações aos militares na situação de reserva e de pensões provisórias de invalidez, reforma e aposentação ao pessoal militar e civil do Exército;

*eee)* Autorizar o abono de alimentação em numerário;

*fff)* Autorizar deslocações em serviço no território nacional, incluindo com a utilização de viatura própria, bem como o processamento das correspondentes despesas com a aquisição de títulos de transporte e de ajudas de custo, nos termos legais;

*ggg)* Reconhecer o direito ao abono por posto superior;

*hhh)* Autorizar o pagamento de despesas com trasladações, nos termos do artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 308/83, de 1 de julho;

*iii)* Autorizar despesas com a reparação de danos emergentes de acidentes em serviço do pessoal militar e civil do Exército, cujos encargos sejam da responsabilidade deste ramo, até ao montante de € 10 000,00;

*jjj)* Atos relativos ao funcionamento do Estabelecimento Prisional Militar e decisões relativas à aplicação do Código da Execução de Penas e Medidas Privativas da Liberdade;

*kkk)* Proferir decisão nos processos do âmbito do Exército relativos à prevenção e combate à droga e ao alcoolismo nas Forças Armadas;

*lll)* Autorizar a assistência aos familiares dos militares e trabalhadores civis do Exército falecidos;

*mmm)* Decidir sobre as atividades da Banda do Exército, Orquestra Ligeira do Exército e Fanfarras do Exército, bem como do Serviço de Assistência Religiosa no âmbito do Exército;

*nnn)* Autorizar a realização e arrecadação de receitas provenientes da prestação de serviços ou cedência ou alienação de bens;



ooo) Autorizar a apresentação à junta hospitalar de inspeção de pessoal militar, militarizado e civil, bem como de deficientes, para a atribuição ou modificação da percentagem de incapacidade, e homologar os respetivos pareceres;

ppp) Proferir decisão nos processos do âmbito do Exército relativos à prevenção e combate à droga e ao alcoolismo nas Forças Armadas;

qqq) Aprovar medidas de profilaxia e tratamento das doenças dos animais pertencentes ao Exército;

rrr) Decidir sobre indemnizações devidas por militares em regime de voluntariado e de contrato por rescisão do vínculo contratual.

2 — Nos termos e para os efeitos do disposto no artigo 109.º do Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, delegeo na mesma entidade a competência para, no âmbito do Comando do Pessoal, autorizar e realizar despesas com a locação e aquisição de bens e serviços e com empreitadas de obras públicas, até ao limite de € 99 759,58, que me é conferida pela alínea a) do n.º 1 do artigo 17.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de junho, conjugada com o n.º 6 do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 186/2014, de 29 de dezembro.

3 — Ao abrigo da autorização que me é conferida pelo n.º 4 do Despacho n.º 5 991/2016, de 26 de abril, do Ministro da Defesa Nacional, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 87, de 5 de maio de 2016, subdelego no Comandante do Pessoal a competência para:

a) No âmbito do Comando do Pessoal, autorizar despesas com indemnizações a terceiros resultantes de acordo com o lesado, decorrentes da efetivação da responsabilidade civil do Estado emergente de acidentes de viação em que sejam intervenientes viaturas do Exército, ficando a indemnização limitada aos danos materiais e ao valor máximo de € 5 000,00;

b) Autorizar o uso de condecorações estrangeiras a militares do Exército, com exceção de Oficiais Gerais e Coronéis Tirocinados, nos termos do artigo 64.º do Regulamento da Medalha Militar e das Medalhas Comemorativas das Forças Armadas, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 316/2002, de 27 de dezembro.

4 — As competências referidas nos n.ºs 1 e 2 podem ser subdelegadas, no todo ou em parte, nos diretores, comandantes e chefes na dependência direta do Ajudante-General do Exército, podendo estes subdelegá-las nos comandantes, diretores ou chefes dos estabelecimentos e órgãos, bem como nos chefes de repartição e gabinete de apoio, que se encontrem na respetiva dependência direta.

5 — São ratificados todos os atos praticados pelo Ajudante-General do Exército que se incluam no âmbito do presente despacho, desde 15 de abril de 2016 e até à publicação do mesmo.

8 de junho de 2016. — O Chefe do Estado-Maior do Exército, *Frederico José Rovisco Duarte*, General.

(DR, 2.ª Série, n.º 125, 01jul16)

### **Despacho n.º 8 791/2016**

#### **Delegação de Competências no Chefe do Gabinete do Chefe do Estado-Maior do Exército**

1 — Ao abrigo do disposto no n.º 7 do artigo 8.º do Decreto-Lei n.º 186/2014, de 29 de dezembro, delegeo no Chefe do Gabinete do Chefe do Estado-Maior do Exército, MGen (03666381) **José António da Fonseca e Sousa**, a competência para a prática dos seguintes atos no âmbito do referido Gabinete:

a) Despachar os assuntos de gestão corrente do Gabinete;

b) Autorizar deslocações em serviço no território nacional, incluindo com a utilização de viatura própria, bem como o processamento das correspondentes despesas com a aquisição de títulos de transporte e de ajudas de custo, nos termos da lei;

c) Autorizar a prestação pelos trabalhadores com vínculo de emprego público de trabalho suplementar, nos termos previstos na lei, bem como o pagamento da remuneração por trabalho suplementar;

d) Autorizar a realização e arrecadação de receitas provenientes da prestação de serviços ou cedência ou alienação de bens.

2 — Nos termos e para os efeitos do disposto no artigo 109.º do Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, delege na mesma entidade a competência para autorizar e realizar despesas com a locação e aquisição de bens e serviços e com empreitadas de obras públicas, até ao limite de € 99 759,58, que me é conferida pela alínea a) do n.º 1 do artigo 17.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de junho, conjugada com o n.º 6 do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 186/2014, de 29 de dezembro.

3 — Ao abrigo da autorização que me é conferida pelo n.º 4 do Despacho n.º 5 991/2016, de 26 de abril, do Ministro da Defesa Nacional, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 87, de 5 de maio de 2016, subdelego no Chefe do Gabinete do Chefe do Estado-Maior do Exército a competência para autorizar despesas com indemnizações a terceiros resultantes de acordo com o lesado, decorrentes da efetivação da responsabilidade civil do Estado emergente de acidentes de viação em que sejam intervenientes viaturas do Exército, ficando a indemnização limitada aos danos materiais e ao valor máximo de € 5 000,00.

4 — São ratificados todos os atos praticados pelo Chefe do Gabinete do Chefe do Estado-Maior do Exército que se incluam no âmbito do presente despacho, desde 13 de junho de 2016 e até à data da publicação do mesmo.

20 de junho de 2016. — O Chefe do Estado-Maior do Exército, *Frederico José Rovisco Duarte*, General.

(DR, 2.ª Série, n.º 130, 08jul16)

### **Comando do Pessoal**

#### **Despacho n.º 9 234/2016**

##### **Subdelegação de competências no Diretor da Direção de Saúde**

1 — Ao abrigo do disposto no n.º 4 do Despacho n.º 8 546/2016, de 8 de junho, do General Chefe do Estado-Maior do Exército, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 125, de 1 de julho, subdelego no MGen (00955375) **Esmeraldo Correia da Silva Alfarroba**, Diretor da Direção de Saúde (DS), a competência em mim delegada para:

a) Autorizar a apresentação à junta médica competente de pessoal militar, militarizado e civil, bem como de deficientes, para a atribuição ou modificação da percentagem de incapacidade, e homologar os respetivos pareceres;

b) Proferir decisão nos processos do âmbito do Exército relativos à prevenção e combate à droga e ao alcoolismo nas Forças Armadas;

c) Aprovar medidas de profilaxia e tratamento das doenças dos animais pertencentes ao Exército.

2 — Ao abrigo do n.º 4 do mesmo Despacho n.º 8 546/2016, de 8 de junho, as competências referidas no n.º 1 podem ser subdelegadas, no todo ou em parte, no Subdiretor da DS e nos Chefes de Repartição.

3 — Este despacho produz efeitos desde 15 de abril de 2016, ficando por este meio ratificados todos os atos entretanto praticados que se incluam no âmbito desta subdelegação de competências.

4 de julho de 2016. — O Ajudante-General do Exército, *José Carlos Filipe Antunes Calçada*, Tenente-General.

(DR, 2.ª Série, n.º 138, 20jul16)

**Despacho n.º 9 235/2016****Subdelegação de competências no Comandante da Unidade de Apoio do Comando do Pessoal**

1 — Ao abrigo do disposto no n.º 4 do Despacho n.º 8 546/2016, de 8 de junho, do General Chefe do Estado-Maior do Exército, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 125, de 1 de julho, subdelego no Cor Inf (15344483) **Valdemar Correia Lima**, Comandante da Unidade de Apoio do Comando do Pessoal, a competência em mim delegada para a realização e arrecadação de receitas provenientes da prestação de serviços ou cedência ou alienação de bens, desde que superiormente autorizado.

2 — Subdelego ainda na mesma entidade, a competência em mim delegada no n.º 2 do referido Despacho n.º 8 546/2016, de 8 de junho, do General Chefe do Estado-Maior do Exército para, nos termos e para os efeitos do disposto no artigo 109.º do Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, autorizar e realizar despesas com a locação e aquisição de bens e serviços e com empreitadas de obras públicas até ao limite de € 12 500,00.

3 — Este despacho produz efeitos desde 15 de abril de 2016, ficando por esta via ratificados todos os atos entretanto praticados que se incluam no âmbito desta subdelegação de competências.

4 de julho de 2016. — O Ajudante-General do Exército, *José Carlos Filipe Antunes Calçada*, Tenente-General.

(DR, 2.ª Série, n.º 138, 20jul16)

**Despacho n.º 9 236/2016****Subdelegação de competências no Diretor da Direção de Administração de Recursos Humanos**

1 — Ao abrigo do disposto no n.º 4 do Despacho n.º 8 546/2016, de 8 de junho, do General Chefe do Estado-Maior do Exército, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 125, de 1 de julho, subdelego no MGen (03666381) **José António da Fonseca e Sousa**, Diretor da Direção de Administração de Recursos Humanos (DARH), a competência em mim delegada para a prática dos seguintes atos:

a) Nomear, colocar, transferir militares, até ao posto de Major, inclusive, e de pessoal militarizado, em território nacional, com exceção de:

- 1) Pessoal militar e civil do meu Gabinete;
- 2) Colocação de militares fora do Exército.

b) Nomear militares para a frequência de cursos, tirocínios e estágios nacionais, com exceção da nomeação de oficiais para a frequência do curso de promoção a Oficial General, do curso de comandantes, do curso de estado-maior e de cursos no estrangeiro;

c) Promover e graduar sargentos e praças, por diuturnidade e antiguidade;

d) Autorizar trocas de colocação e prorrogação de deslocamentos aos militares, até ao posto de major inclusive;

e) Autorizar requerimentos de mudança de guarnição militar de preferência;

f) Autorizar pedidos de demora na apresentação de militares, até ao posto de Major inclusive;

g) Averbar cursos, estágios e especialidades normalizadas a militares;

h) Averbar aumentos de tempo de serviço;

i) Aprovar as listas de antiguidade do pessoal militar, militarizado e civil do Exército;

j) Autorizar a passagem à reserva de oficiais e sargentos nos termos das alíneas a) a c) do artigo 153.º do Estatuto dos Militares das Forças Armadas;

k) Autorizar a passagem à situação de reforma de militares nos termos dos n.º 1 e n.º 3 do artigo 161.º do Estatuto dos Militares das Forças Armadas;

- l)* Promover a passagem à situação de reforma de militares nos termos do artigo 162.º do Estatuto dos Militares das Forças Armadas;
- m)* Decidir sobre requerimentos de militares na situação de reserva, até ao posto de Tenente-Coronel inclusive, para voltarem à efetividade de serviço, de acordo com as normas em vigor;
- n)* Decidir sobre requerimentos de militares na situação de reserva, até ao posto de Tenente-Coronel inclusive, para continuarem na efetividade de serviço, de acordo com as normas em vigor, ou para desistirem da continuidade na efetividade de serviço antes do termo do prazo concedido;
- o)* Decidir sobre requerimentos de militares que solicitem informação relativa aos respetivos processos de promoção;
- p)* Autorizar a emissão de bilhetes de identidade militar e de cartões de identificação militar;
- q)* Autorizar os averbamentos e alterações de situação nas cartas patentes e diplomas de encarte;
- r)* Autorizar o adiamento da frequência de cursos de promoção do pessoal militar, nos termos do n.º 2 do artigo 79.º do Estatuto dos Militares das Forças Armadas;
- s)* Equivalência de condições de promoção de sargentos;
- t)* Nomear militares e funcionários do Mapa do Pessoal Civil do Exército (MPCE) para júris de procedimentos concursais e provas de seleção;
- u)* Conceder licença registada ao pessoal militar, até ao posto de Tenente-Coronel inclusive, com exceção do pessoal a prestar serviço nos Gabinetes do CEME e VCEME;
- v)* Conceder licença ilimitada ao pessoal militarizado;
- w)* Autorizar os militares nos regimes de voluntariado (RV) e de contrato (RC) a manterem-se no posto e forma de prestação de serviço militar, nos termos e para os efeitos previstos no artigo 265.º do Estatuto dos Militares das Forças Armadas;
- x)* Autorizar a matrícula em cursos civis aos militares, exceto Oficiais Gerais, sem prejuízo para o serviço;
- y)* Autorizar o exercício de funções de natureza civil por militares, exceto Oficiais Gerais, sem prejuízo para o serviço;
- z)* Celebração de contratos para a prestação de serviço militar em RV e RC, de acordo com os modelos aprovados, bem como a prorrogação e cessação da prestação de serviço, com exceção das situações previstas alíneas *e)* e *f)* do n.º 3 do artigo 264.º do Estatuto dos Militares das Forças Armadas;
- aa)* Autorizar os militares em RV e RC a concorrerem aos estabelecimentos militares de ensino superior, a procedimentos concursais na administração pública e alistamento nas forças de segurança;
- bb)* Autorizar a abertura de procedimentos concursais de ingresso no MPCE, com exceção dos respeitantes às carreiras de técnico superior ou equivalente, depois de aprovada a sua abertura, e a prática de todos os atos subsequentes, com exceção da decisão de recursos hierárquicos;
- cc)* Nomear e prover pessoal civil, nos casos de pessoal integrado em carreiras cujo regime de nomeação seja aplicável;
- dd)* Celebrar contratos de pessoal civil, bem como prorrogar, outorgar alterações, rescindir e fazer cessar esses contratos, exceto por motivos disciplinares;
- ee)* Atos relativos a necessidades de formação do pessoal do MPCE;
- ff)* Promover pessoal militarizado;
- gg)* Mudança de colocação, no âmbito de Exército, de pessoal militarizado e civil, exceto técnicos superiores ou equivalente;
- hh)* Autorizar, no âmbito do pessoal do MPCE, com exceção dos técnicos superiores ou equivalente, a acumulação de funções, comissões de serviço e a mobilidade interna ou cedência do pessoal civil;
- ii)* Relativamente aos militares em qualquer forma de prestação de serviço efetivo, até ao posto de Tenente-Coronel inclusive, aos militarizados e aos trabalhadores do MPCE:
  - 1) Conceder licença parental em qualquer das modalidades;
  - 2) Conceder licença por risco clínico durante a gravidez;
  - 3) Conceder licença por interrupção da gravidez;
  - 4) Conceder licença por adoção;
  - 5) Autorizar situações de assistência a familiares;
- jj)* Autorizar a concessão de licença sem vencimento, de curta e longa duração, ao pessoal civil, bem como autorizar o seu regresso ao serviço;

*kk)* Desde que não implique qualquer incremento remuneratório, autorizar a transição para o regime de trabalho a tempo parcial ou, para qualquer outra modalidade de horário laboral de pessoal civil, com exceção daquele que presta serviço nos Gabinetes do CEME e do VCEME;

*ll)* Autorizar a modificação da relação jurídica de emprego do pessoal civil, nas suas diversas modalidades, decorrente de alterações jurídico-funcionais que a imponham, com exceção do pessoal civil a prestar serviço nos Gabinetes do CEME e do VCEME;

*mm)* Propor a apresentação do pessoal civil à junta médica competente, para efeitos de verificação de incapacidade para o serviço;

*nn)* Autorizar a abertura dos concursos internos condicionados, de pessoal militarizado e civil, exceto para técnicos superiores ou equivalentes;

*oo)* Averbar cursos e estágios a pessoal do MPCE e militarizado;

*pp)* Autorizar a apresentação à junta médica competente dos militares e do pessoal do MPCE e militarizado;

*qq)* Decidir sobre reclamações das listas de antiguidade do pessoal civil;

*rr)* Confirmar as condições de progressão de pessoal militarizado e civil;

*ss)* Autorizar o processamento de todos os atos instrutórios dos processos de aposentação ou reforma, a decidir, conforme os casos, pela Caixa Geral de Aposentações ou pela Segurança Social;

*tt)* Autorizar a passagem à aposentação do pessoal civil;

*uu)* Autorizar a emissão do termo de posse ou de aceitação de pessoal militarizado e civil do Exército;

*vv)* Apreciar a transferência de obrigações militares de pessoal na disponibilidade;

*ww)* Autorizar o alistamento nas forças de segurança a militares na disponibilidade;

*xx)* Decidir sobre tratamento e hospitalização de oficiais, sargentos e praças na reserva de disponibilidade;

*yy)* Autorizar a continuação ao serviço de pessoal militarizado com mais de 56 anos;

*zz)* Autorizar averbamentos a introduzir nos processos individuais do pessoal na situação de reforma;

*aaa)* Apreciar assuntos relativos aos militares auxiliados da ATFA;

*bbb)* Apreciar requerimentos solicitando a passagem de certificados;

*ccc)* Visar os processos de falecimento a enviar ao Ministério da Defesa Nacional;

*ddd)* Autorizar as deslocações em serviço em território nacional originadas pela nomeação, colocação e transferência de pessoal militar, militarizado e civil do Exército, incluindo com a utilização de viatura própria, bem como o processamento das correspondentes despesas com a aquisição de títulos de transporte e de ajudas de custo, nos termos legais;

*eee)* Praticar os atos, do âmbito do Exército, relativos às atividades concernentes ao recenseamento militar e ao Dia da Defesa Nacional;

*fff)* Autorizar concursos de admissão para o recrutamento normal;

*ggg)* Nomear júris para a classificação e seleção dos candidatos a admitir nos regimes de voluntariado (RV) e de contrato (RC);

*hhh)* Decidir sobre a candidatura à prestação de serviço em RV e RC nas diversas categorias de militares;

*iii)* Decidir sobre justificações apresentadas por cidadãos quanto a faltas às provas de classificação e seleção ou reclassificação, e não apresentação à incorporação, nos termos dos artigos 21.º e 35.º da Lei do Serviço Militar;

*jjj)* Autorizar o adiamento ou a dispensa das provas de classificação e seleção, nos termos do n.º 1 do artigo 65.º do Regulamento da Lei do Serviço Militar.

2 — Ao abrigo do mesmo despacho, as competências referidas nos números anteriores podem ser subdelegadas, no todo ou em parte, nos diretores, comandantes ou chefes dos estabelecimentos e órgãos e chefes de repartição e gabinete de apoio que se encontrem na dependência direta do Diretor da DARH.

3 — O presente despacho produz efeitos desde 15 de abril de 2016, ficando por este meio ratificados todos os atos entretanto praticados que se incluam no âmbito desta subdelegação de competências.

4 de julho de 2016. — O Ajudante-General do Exército, *José Carlos Filipe Antunes Calçada*, Tenente-General.

(DR, 2.ª Série, n.º 138, 20jul16)

### **Despacho n.º 9 237/2016**

#### **Subdelegação de competências no Comandante de Estabelecimento Prisional Militar**

1 — Ao abrigo do disposto no n.º 4 do Despacho n.º 8 546/2016, de 8 de junho, do General Chefe do Estado-Maior do Exército, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 125, de 1 de julho, subdelego no TCor Art (10836685) **José Manuel Vinhas Nunes**, Comandante do Estabelecimento Prisional Militar, a competência em mim delegada no n.º 2 do referido Despacho n.º 8 546/2016, de 8 de junho, do General Chefe do Estado-Maior do Exército para, nos termos e para os efeitos do disposto no artigo 109.º do Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, autorizar e realizar despesas com a locação e aquisição de bens e serviços e com empreitadas de obras públicas até ao limite de € 12 500,00.

2 — Este despacho produz efeitos desde 15 de abril de 2016, ficando por esta via ratificados todos os atos entretanto praticados que se incluam no âmbito desta subdelegação de competências.

4 de julho de 2016. — O Ajudante-General do Exército, *José Carlos Filipe Antunes Calçada*, Tenente-General.

(DR, 2.ª Série, n.º 138, 20jul16)

### **Despacho n.º 9 239/2016**

#### **Subdelegação de competências no Diretor de Serviços de Pessoal**

1 — Ao abrigo do disposto no n.º 4 do Despacho n.º 8 546/2016, de 8 de junho, do General Chefe do Estado-Maior do Exército, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 125, de 1 de julho, subdelego no MGen (10645583) **Nelson Martins Viegas Pires**, Diretor da Direção de Serviços de Pessoal (DSP), a competência em mim delegada para a prática dos seguintes atos:

a) Praticar os atos respeitantes a remunerações, suplementos, subsídios e demais abonos e descontos do pessoal militar, militarizado e civil do Exército, bem como proferir decisão sobre requerimentos e exposições respeitantes às mesmas matérias;

b) Autorizar o pagamento de remunerações aos militares na situação de reserva e de pensões provisórias de invalidez, reforma e aposentação ao pessoal militar e civil do Exército;

c) Autorizar o abono de alimentação em numerário;

d) Autorizar a inscrição e renovação de beneficiários da Assistência na Doença aos Militares;

e) Decidir sobre as atividades da Banda do Exército, Orquestra Ligeira do Exército e Fanfarra do Exército, bem como do Serviço de Assistência Religiosa no âmbito do Exército, desde que não implique o direito a abono de ajudas de custo;

f) Decidir sobre processos por acidente ou doença, exceto nos casos em que tenha ocorrido a morte ou desaparecimento da vítima e desde que o sinistrado seja dado como curado e apto para o serviço;

g) Proferir decisão nos processos disciplinares por acidente de viação, a que se referem os §§ 1.º, 2.º e 3.º do artigo 7.º da Portaria 22 396, de 27 de dezembro de 1966, quando se encontrem abrangidos por amnistia ou quando não haja lugar à aplicação de pena, desde que do acidente não resulte qualquer dispêndio para a Fazenda Nacional;

h) Determinar o cancelamento definitivo das cartas de condução militares, nos termos do artigo 35.º da portaria referida na alínea anterior, exceto nos casos em que o cancelamento estiver conexo com a prática de infração disciplinar que deva ser apreciada pelo Chefe do Estado-Maior do Exército;

i) Determinar a restituição de cartas de condução militares no âmbito de processos disciplinares por acidente de viação que forem decididos ao abrigo da competência referida na alínea anterior;

j) Homologar os pareceres da CPIP/Direção de Saúde sobre a verificação do nexo causal entre o serviço e os acidentes ou doenças ocorridos, exceto nos casos em que tenha ocorrido a morte ou o desaparecimento da vítima, e determinar o envio dos respetivos processos à entidade competente para proferir a decisão final sempre que o interessado tenha requerido a qualificação como deficiente das Forças Armadas ou deficiente civil das Forças Armadas;

k) Autorizar o uso de medalhas e insígnias nacionais não militares;

l) Conceder e cancelar as condecorações de comportamento exemplar e comemorativas;

m) Autorizar o uso e o averbamento de distintivos militares e não militares;

n) Autorizar o averbamento de condecorações coletivas;

o) Autorizar o averbamento e a junção aos documentos de matrícula de medalhas e louvores concedidos por entidades nacionais ou estrangeiras;

p) Atos relativos ao funcionamento do Estabelecimento Prisional Militar e decisões relativas à aplicação do Código da Execução de Penas e Medidas Privativas da Liberdade;

q) Autorizar as deslocações em serviço em território nacional originadas pela escolta de acompanhamento de reclusos militares do Exército ao Tribunal e às Consultas Externas, bem como o processamento das correspondentes despesas com a aquisição de títulos de transporte e de ajudas de custo, nos termos legais.

2 — Subdelego ainda na mesma entidade, a competência em mim delegada no n.º 2 do Despacho n.º 8 546/2016, de 8 de junho, para, nos termos e para os efeitos do disposto no artigo 109.º do Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, autorizar e realizar despesas com a locação e aquisição de bens e serviços e com empreitadas de obras públicas até ao limite de € 49 879,80.

3 — Ao abrigo do n.º 4 do mesmo Despacho n.º 8 546/2016, de 8 de junho, as competências referidas no n.º 1 podem ser subdelegadas, no todo ou em parte, no Subdiretor da DSP e nos Chefes de Repartição.

4 — O presente despacho produz efeitos desde 15 de abril de 2016, ficando por este meio ratificados todos os atos entretanto praticados que se incluam no âmbito desta subdelegação de competências.

4 de julho de 2016. — O Ajudante-General do Exército, *José Carlos Filipe Antunes Calçada*, Tenente-General.

(DR, 2.ª Série, n.º 138, 20jul16)

### **Despacho n.º 9 676/2016**

#### **Subdelegação de competências no Subdiretor da Direção de Serviços de Pessoal**

1 — Ao abrigo do disposto no n.º 4 do Despacho n.º 8 546/2016, de 8 de junho, do General Chefe do Estado-Maior do Exército, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 125, de 1 de julho, subdelego no Cor Inf (10995883) **José António Teixeira Leite**, Subdiretor da Direção de Serviços de Pessoal (DSP), a competência em mim delegada para a prática dos seguintes atos:

a) Praticar os atos respeitantes a remunerações, suplementos, subsídios e demais abonos e descontos do pessoal militar, militarizado e civil do Exército, bem como proferir decisão sobre requerimentos e exposições respeitantes às mesmas matérias;

b) Autorizar o pagamento de remunerações aos militares na situação de reserva e de pensões provisórias de invalidez, reforma e aposentação ao pessoal militar e civil do Exército;

c) Autorizar o abono de alimentação em numerário;

d) Autorizar a inscrição e renovação de beneficiários da Assistência na Doença aos Militares;

e) Decidir sobre as atividades da Banda do Exército, Orquestra Ligeira do Exército e Fanfarra do Exército, bem como do Serviço de Assistência Religiosa no âmbito do Exército, desde que não implique o direito a abono de ajudas de custo

f) Decidir sobre processos por acidente ou doença, exceto nos casos em que tenha ocorrido a morte ou desaparecimento da vítima e desde que o sinistrado seja dado como curado e apto para o serviço;

g) Proferir decisão nos processos disciplinares por acidente de viação, a que se referem os §§ 1.º, 2.º e 3.º do artigo 7.º da Portaria 22 396, de 27 de dezembro de 1966, quando se encontrem abrangidos por amnistia ou quando não haja lugar à aplicação de pena, desde que do acidente não resulte qualquer dispêndio para a Fazenda Nacional;

h) Determinar o cancelamento definitivo das cartas de condução militares, nos termos do artigo 35.º da portaria referida na alínea anterior, exceto nos casos em que o cancelamento estiver conexo com a prática de infração disciplinar que deva ser apreciada pelo Chefe do Estado-Maior do Exército;

i) Determinar a restituição de cartas de condução militares no âmbito de processos disciplinares por acidente de viação que forem decididos ao abrigo da competência referida na alínea anterior;

j) Homologar os pareceres da CPIP/Direção de Saúde sobre a verificação do nexo causal entre o serviço e os acidentes ou doenças ocorridos, exceto nos casos em que tenha ocorrido a morte ou o desaparecimento da vítima, e determinar o envio dos respetivos processos à entidade competente para proferir a decisão final sempre que o interessado tenha requerido a qualificação como deficiente das Forças Armadas ou deficiente civil das Forças Armadas;

k) Autorizar o uso de medalhas e insígnias nacionais não militares;

l) Conceder e cancelar as condecorações de comportamento exemplar e comemorativas;

m) Autorizar o uso e o averbamento de distintivos militares e não militares;

n) Autorizar o averbamento de condecorações coletivas;

o) Autorizar o averbamento e a junção aos documentos de matrícula de medalhas e louvores concedidos por entidades nacionais ou estrangeiras;

p) Atos relativos ao funcionamento do Estabelecimento Prisional Militar e decisões relativas à aplicação do Código da Execução de Penas e Medidas Privativas da Liberdade;

q) Autorizar as deslocações em serviço em território nacional originadas pela escolta de acompanhamento de reclusos militares do Exército ao Tribunal e às Consultas Externas, bem como o processamento das correspondentes despesas com a aquisição de títulos de transporte e de ajudas de custo, nos termos legais.

2 — Subdelego ainda na mesma entidade, a competência em mim delegada no n.º 2 do Despacho n.º 8 546/2016, de 8 de junho, para, nos termos e para os efeitos do disposto no artigo 109.º do Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, autorizar e realizar despesas com a locação e aquisição de bens e serviços e com empreitadas de obras públicas até ao limite de € 49 879,80.

3 — Ao abrigo do n.º 4 do mesmo Despacho n.º 8 546/2016, de 8 de junho, as competências referidas no n.º 1 podem ser subdelegadas, no todo ou em parte, no Subdiretor da DSP e nos Chefes de Repartição.

4 — O presente despacho produz efeitos desde 1 de junho de 2016, ficando por este meio ratificados todos os atos entretanto praticados que se incluam no âmbito desta subdelegação de competências.

4 de julho de 2016. — O Ajudante-General do Exército, *José Carlos Filipe Antunes Calçada*, Tenente-General.

(DR, 2.ª Série, n.º 144, 28jul16)

### **Despacho n.º 9 677/2016**

#### **Subdelegação de competências no Diretor da Direção de Administração de Recursos Humanos**

1 — Ao abrigo do disposto no n.º 4 do Despacho n.º 8 546/2016, de 8 de junho, do General Chefe do Estado-Maior do Exército, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 125, de 1 de julho,



subdelego no MGen (19073984) **José Ulisses Veiga Santos Ribeiro Braga**, Diretor da Direção de Administração de Recursos Humanos (DARH), a competência em mim delegada para a prática dos seguintes atos:

a) Nomear, colocar, transferir militares, até ao posto de Major, inclusive, e de pessoal militarizado, em território nacional, com exceção de:

- (1) Pessoal militar e civil do meu Gabinete;
- (2) Colocação de militares fora do Exército.

b) Nomear militares para a frequência de cursos, tirocínios e estágios nacionais, com exceção da nomeação de oficiais para a frequência do curso de promoção a Oficial General, do curso de comandantes, do curso de estado-maior e de cursos no estrangeiro;

c) Promover e graduar sargentos e praças, por diuturnidade e antiguidade;

d) Autorizar trocas de colocação e prorrogação de deslocamentos aos militares, até ao posto de Major inclusive;

e) Autorizar requerimentos de mudança de guarnição militar de preferência;

f) Autorizar pedidos de demora na apresentação de militares, até ao posto de Major inclusive;

g) Averbar cursos, estágios e especialidades normalizadas a militares;

h) Averbar aumentos de tempo de serviço;

i) Aprovar as listas de antiguidade do pessoal militar, militarizado e civil do Exército;

j) Autorizar a passagem à reserva de oficiais e sargentos nos termos das alíneas a) a c) do artigo 153.º do Estatuto dos Militares das Forças Armadas;

k) Autorizar a passagem à situação de reforma de militares nos termos dos n.º 1 e n.º 3 do artigo 161.º do Estatuto dos Militares das Forças Armadas;

l) Promover a passagem à situação de reforma de militares nos termos do artigo 162.º do Estatuto dos Militares das Forças Armadas;

m) Decidir sobre requerimentos de militares na situação de reserva, até ao posto de Tenente-Coronel inclusive, para voltarem à efetividade de serviço, de acordo com as normas em vigor;

n) Decidir sobre requerimentos de militares na situação de reserva, até ao posto de Tenente-Coronel inclusive, para continuarem na efetividade de serviço, de acordo com as normas em vigor, ou para desistirem da continuidade na efetividade de serviço antes do termo do prazo concedido;

o) Decidir sobre requerimentos de militares que solicitem informação relativa aos respetivos processos de promoção;

p) Autorizar a emissão de bilhetes de identidade militar e de cartões de identificação militar;

q) Autorizar os averbamentos e alterações de situação nas cartas patentes e diplomas de encarte;

r) Autorizar o adiamento da frequência de cursos de promoção do pessoal militar, nos termos do n.º 2 do artigo 79.º do Estatuto dos Militares das Forças Armadas;

s) Equivalência de condições de promoção de sargentos;

t) Nomear militares e funcionários do Mapa do Pessoal Civil do Exército (MPCE) para júris de procedimentos concursais e provas de seleção;

u) Conceder licença registada ao pessoal militar, até ao posto de Tenente-Coronel inclusive, com exceção do pessoal a prestar serviço nos Gabinetes do CEME e VCEME;

v) Conceder licença ilimitada ao pessoal militarizado;

w) Autorizar os militares nos regimes de voluntariado (RV) e de contrato (RC) a manterem-se no posto e forma de prestação de serviço militar, nos termos e para os efeitos previstos no artigo 265.º do Estatuto dos Militares das Forças Armadas;

x) Autorizar a matrícula em cursos civis aos militares, exceto Oficiais Generais, sem prejuízo para o serviço;

y) Autorizar o exercício de funções de natureza civil por militares, exceto Oficiais Generais, sem prejuízo para o serviço;

z) Celebração de contratos para a prestação de serviço militar em RV e RC, de acordo com os modelos aprovados, bem como a prorrogação e cessação da prestação de serviço, com exceção das situações previstas alíneas e) e f) do n.º 3 do artigo 264.º do Estatuto dos Militares das Forças Armadas;

aa) Autorizar os militares em RV e RC a concorrerem aos estabelecimentos militares de ensino superior, a procedimentos concursais na administração pública e alistamento nas forças de segurança;

*bb)* Autorizar a abertura de procedimentos concursais de ingresso no MPCE, com exceção dos respeitantes às carreiras de técnico superior ou equivalente, depois de aprovada a sua abertura, e a prática de todos os atos subsequentes, com exceção da decisão de recursos hierárquicos;

*cc)* Nomear e prover pessoal civil, nos casos de pessoal integrado em carreiras cujo regime de nomeação seja aplicável;

*dd)* Celebrar contratos de pessoal civil, bem como prorrogar, outorgar alterações, rescindir e fazer cessar esses contratos, exceto por motivos disciplinares;

*ee)* Atos relativos a necessidades de formação do pessoal do MPCE;

*ff)* Promover pessoal militarizado;

*gg)* Mudança de colocação, no âmbito de Exército, de pessoal militarizado e civil, exceto técnicos superiores ou equivalente;

*hh)* Autorizar, no âmbito do pessoal do MPCE, com exceção dos técnicos superiores ou equivalente, a acumulação de funções, comissões de serviço e a mobilidade interna ou cedência do pessoal civil;

*ii)* Relativamente aos militares em qualquer forma de prestação de serviço efetivo, até ao posto de Tenente-Coronel inclusive, aos militarizados e aos trabalhadores do MPCE:

(1) Conceder licença parental em qualquer das modalidades;

(2) Conceder licença por risco clínico durante a gravidez;

(3) Conceder licença por interrupção da gravidez;

(4) Conceder licença por adoção;

(5) Autorizar situações de assistência a familiares;

*jj)* Autorizar a concessão de licença sem vencimento, de curta e longa duração, ao pessoal civil, bem como autorizar o seu regresso ao serviço;

*kk)* Desde que não implique qualquer incremento remuneratório, autorizar a transição para o regime de trabalho a tempo parcial ou, para qualquer outra modalidade de horário laboral de pessoal civil, com exceção daquele que presta serviço nos Gabinetes do CEME e do VCEME;

*ll)* Autorizar a modificação da relação jurídica de emprego do pessoal civil, nas suas diversas modalidades, decorrente de alterações jurídico-funcionais que a imponham, com exceção do pessoal civil a prestar serviço nos Gabinetes do CEME e do VCEME;

*mm)* Propor a apresentação do pessoal civil à junta médica competente, para efeitos de verificação de incapacidade para o serviço;

*nn)* Autorizar a abertura dos concursos internos condicionados, de pessoal militarizado e civil, exceto para técnicos superiores ou equivalentes;

*oo)* Averbar cursos e estágios a pessoal do MPCE e militarizado;

*pp)* Autorizar a apresentação à junta médica competente dos militares e do pessoal do MPCE e militarizado;

*qq)* Decidir sobre reclamações das listas de antiguidade do pessoal civil;

*rr)* Confirmar as condições de progressão de pessoal militarizado e civil;

*ss)* Autorizar o processamento de todos os atos instrutórios dos processos de aposentação ou reforma, a decidir, conforme os casos, pela Caixa Geral de Aposentações ou pela Segurança Social;

*tt)* Autorizar a passagem à aposentação do pessoal civil;

*uu)* Autorizar a emissão do termo de posse ou de aceitação de pessoal militarizado e civil do Exército;

*vv)* Apreciar a transferência de obrigações militares de pessoal na disponibilidade;

*ww)* Autorizar o alistamento nas forças de segurança a militares na disponibilidade;

*xx)* Decidir sobre tratamento e hospitalização de oficiais, sargentos e praças na reserva de disponibilidade;

*yy)* Autorizar a continuação ao serviço de pessoal militarizado com mais de 56 anos;

*zz)* Autorizar averbamentos a introduzir nos processos individuais do pessoal na situação de reforma;

*aaa)* Apreciar assuntos relativos aos militares auxiliados da ATFA;

*bbb)* Apreciar requerimentos solicitando a passagem de certificados;

*ccc)* Visar os processos de falecimento a enviar ao Ministério da Defesa Nacional;

*ddd*) Autorizar as deslocações em serviço em território nacional originadas pela nomeação, colocação e transferência de pessoal militar, militarizado e civil do Exército, incluindo com a utilização de viatura própria, bem como o processamento das correspondentes despesas com a aquisição de títulos de transporte e de ajudas de custo, nos termos legais;

*eee*) Praticar os atos, do âmbito do Exército, relativos às atividades concernentes ao recenseamento militar e ao Dia da Defesa Nacional;

*fff*) Autorizar concursos de admissão para o recrutamento normal;

*ggg*) Nomear júris para a classificação e seleção dos candidatos a admitir nos regimes de voluntariado (RV) e de contrato (RC);

*hhh*) Decidir sobre a candidatura à prestação de serviço em RV e RC nas diversas categorias de militares;

*iii*) Decidir sobre justificações apresentadas por cidadãos quanto a faltas às provas de classificação e seleção ou reclassificação, e não apresentação à incorporação, nos termos dos artigos 21.º e 35.º da Lei do Serviço Militar;

*jjj*) Autorizar o adiamento ou a dispensa das provas de classificação e seleção, nos termos do n.º 1 do artigo 65.º do Regulamento da Lei do Serviço Militar.

2 — Ao abrigo do mesmo despacho, as competências referidas nos números anteriores podem ser subdelegadas, no todo ou em parte, nos diretores, comandantes ou chefes dos estabelecimentos e órgãos e chefes de repartição e gabinete de apoio que se encontrem na dependência direta do Diretor da DARH.

3 — O presente despacho produz efeitos desde 13 de junho de 2016, ficando por este meio ratificados todos os atos entretanto praticados que se incluam no âmbito desta subdelegação de competências.

4 de julho de 2016. — O Ajudante-General do Exército, *José Carlos Filipe Antunes Calçada*, Tenente-General.

(DR, 2.ª Série, n.º 144, 28jul16)

### Despacho (extrato) n.º 9 240/2016

#### Artigo único

Por despacho de 27 de junho de 2016, do Tenente-General Ajudante-General do Exército, proferido no uso de competência delegada, é subdelegada no MGen (18794480) **Fernando Joaquim Alves Córias Ferreira**, Presidente da Secção Autónoma n.º 4 (SA 4) do Conselho Coordenador da Avaliação do Exército, a competência em si delegada, para a prática dos seguintes atos, no âmbito da respetiva Secção Autónoma:

*a*) Validar as avaliações de “*desempenho relevante*” e “*desempenho inadequado*” bem como proceder ao reconhecimento do “*desempenho excelente*”;

*b*) Homologar as avaliações;

*c*) Decidir das reclamações dos avaliados;

*d*) Nomear avaliador específico que elaborará proposta de avaliação, a entregar à Secção Autónoma (SA), com vista à avaliação requerida pelos trabalhadores que se encontrem nas situações previstas nos n.ºs 3, 5 e 7 do artigo 42.º da Lei n.º 66-B/2007 de 28 de dezembro (SIADAP);

*e*) Presidir à SA e designar os dirigentes que a integram, nos termos da lei (n.º 2 do artigo 58.º do SIADAP);

*f*) Designar, pelo período de dois ciclos de avaliação, os 4 vogais representantes da Administração na Comissão Paritária (dois efetivos, um dos quais orienta os trabalhos, e dois suplentes. Os vogais são membros da SA) (n.º 3 do artigo 59.º do SIADAP);

*g*) Submeter à apreciação da Comissão Paritária os requerimentos fundamentados dos trabalhadores que solicitem a intervenção deste órgão sobre as propostas de avaliação de que tomaram conhecimento e que serão sujeitas a homologação (n.º 1 e 2 do artigo 70.º do SIADAP);

h) Atribuir, no caso do n.º 5 do artigo 69.º do SIADAP, nova menção qualitativa e quantitativa e respetiva fundamentação, quando decidir pela não homologação das avaliações atribuídas pelos avaliadores ou pela SA (n.º 2 do artigo 60.º do SIADAP);

i) Proceder a nova avaliação, quando for proferida decisão favorável ao trabalhador em sede de recurso hierárquico ou jurisdicional, sempre que não seja possível ao novo superior hierárquico proceder à sua revisão (n.º 3 do artigo 73.º do SIADAP);

Produção de efeitos — este despacho produz efeitos desde 06 de junho de 2016, ficando deste modo ratificados todos os atos e despachos entretanto proferidos sobre as matérias ora objeto de delegação.

29 de junho de 2016. — O Chefe da Repartição, *Joaquim do Cabo Sabino*, Coronel de Infantaria.

(DR, 2.ª Série, n.º 138, 20jul16)

### Despacho (extrato) n.º 9 241/2016

#### Artigo único

Por despacho de 27 de junho de 2016, do Tenente-General Ajudante-General do Exército, proferido no uso de competência delegada, é subdelegada no MGen (19073984) **José Ulisses Veiga Santos Ribeiro Braga**, Presidente da Secção Autónoma n.º 2 (SA 2) do Conselho Coordenador da Avaliação do Exército, a competência em si delegada, para a prática dos seguintes atos, no âmbito da respetiva Secção Autónoma:

a) Validar as avaliações de “desempenho relevante” e “desempenho inadequado” bem como proceder ao reconhecimento do “desempenho excelente”;

b) Homologar as avaliações;

c) Decidir das reclamações dos avaliados;

d) Nomear avaliador específico que elaborará proposta de avaliação, a entregar à Secção Autónoma (SA), com vista à avaliação requerida pelos trabalhadores que se encontrem nas situações previstas nos n.ºs 3, 5 e 7 do artigo 42.º da Lei n.º 66-B/2007 de 28 de dezembro (SIADAP);

e) Presidir à SA e designar os dirigentes que a integram, nos termos da lei (n.º 2 do artigo 58.º do SIADAP);

f) Designar, pelo período de dois ciclos de avaliação, os 4 vogais representantes da Administração na Comissão Paritária (dois efetivos, um dos quais orienta os trabalhos, e dois suplentes. Os vogais são membros da SA) (n.º 3 do artigo 59.º do SIADAP);

g) Submeter à apreciação da Comissão Paritária os requerimentos fundamentados dos trabalhadores que solicitem a intervenção deste órgão sobre as propostas de avaliação de que tomaram conhecimento e que serão sujeitas a homologação (n.º 1 e 2 do artigo 70.º do SIADAP);

h) Atribuir, no caso do n.º 5 do artigo 69.º do SIADAP, nova menção qualitativa e quantitativa e respetiva fundamentação, quando decidir pela não homologação das avaliações atribuídas pelos avaliadores ou pela SA (n.º 2 do artigo 60.º do SIADAP);

i) Proceder a nova avaliação, quando for proferida decisão favorável ao trabalhador em sede de recurso hierárquico ou jurisdicional, sempre que não seja possível ao novo superior hierárquico proceder à sua revisão (n.º 3 do artigo 73.º do SIADAP);

Produção de efeitos — este despacho produz efeitos desde 13 de junho de 2016, ficando deste modo ratificados todos os atos e despachos entretanto proferidos sobre as matérias ora objeto de delegação.

29 de junho de 2016. — O Chefe Da Repartição, *Joaquim do Cabo Sabino*, Coronel de Infantaria.

(DR, 2.ª Série, n.º 138, 20jul16)

**Comando da Logística****Despacho n.º 9 475/2016****Subdelegação de competências no Diretor da Direção de Material e Transportes**

1 — Ao abrigo do disposto no n.º 5 do Despacho n.º 8 543/2016, de 01 de julho, do General Chefe do Estado-Maior do Exército, e nos termos do disposto nos números 1 e 3 do artigo 109.º do Código dos Contratos Públicos, subdelego no Diretor de Material e Transportes, MGen (13880581) **Ilídio Morgado da Silva**, poderes para autorizar e realizar despesas com locação e aquisição de bens e serviços até ao limite de € 25 000,00;

2 — Ao abrigo do disposto no n.º 5 do Despacho n.º 8 543/2016, de 01 de julho, do General Chefe do Estado-Maior do Exército, e nos termos do disposto no n.º 3 do artigo 44.º do Código do Procedimento Administrativo, subdelego ainda, no mesmo Diretor de Material e Transportes, poderes para autorizar, realizar e arrecadar receitas provenientes da prestação de serviços e/ou cedência ou alienação de bens no decurso da atividade própria da Direção de Material e Transportes.

3 — Ao abrigo do disposto no n.º 5 do Despacho n.º 8 543/2016, de 01 de julho, do General Chefe do Estado-Maior do Exército, e nos termos do disposto no n.º 2 do artigo 46.º do Código do Procedimento Administrativo, autorizo a subdelegação dos poderes mencionados nos números anteriores nos Comandantes, Diretores ou Chefes das Unidades, Estabelecimentos ou Órgãos que se encontrem na direta dependência da Direção de Material e Transporte.

4 — Ao abrigo do disposto no n.º 3 do artigo 164.º do Código do Procedimento Administrativo ratifico todos os atos praticados pelo Diretor de Material e Transportes, MGen (13880581) Ilídio Morgado da Silva, desde 15 de abril de 2016, que se contenham no âmbito da presente delegação de poderes.

5 — O presente despacho de delegação de poderes entra em vigor de imediato.

6 de julho de 2016. — O Comandante da Logística, *Fernando Celso Vicente de Campos Serafino*, Tenente-General.

(DR, 2.ª Série, n.º 141, 25jul16)

**Despacho n.º 9 476/2016****Subdelegação de competências no Diretor da Direção de Aquisições**

1 — Ao abrigo do disposto no n.º 5 do Despacho n.º 8 543/2016, de 01 de julho, do General Chefe do Estado-Maior do Exército, e nos termos do disposto nos números 1 e 3 do artigo 109.º do Código dos Contratos Públicos, subdelego no Diretor de Aquisições, MGen (07276678) **João Manuel de Castro Jorge Ramalhete** poderes para autorizar e realizar despesas com locação e aquisição de bens e serviços e com empreitadas de obras públicas até ao limite de € 75 000,00;

2 — Ao abrigo do disposto no n.º 5 do Despacho n.º 8 543/2016, de 01 de julho, do General Chefe do Estado-Maior do Exército, e nos termos do disposto no n.º 3 do artigo 44.º do Código do Procedimento Administrativo, subdelego ainda, no mesmo Diretor de Aquisições, poderes para autorizar, realizar e arrecadar receitas provenientes da prestação de serviços e/ou cedência ou alienação de bens no decurso da atividade própria da Direção de Aquisições.

3 — Ao abrigo do disposto no n.º 3 do artigo 164.º do Código do Procedimento Administrativo ratifico todos os atos praticados pelo Diretor de Aquisições, MGen (07276678) João Manuel de Castro Jorge Ramalhete, desde 15 de abril de 2016, que se contenham no âmbito da presente delegação de poderes.

4 — O presente despacho de delegação de poderes entra em vigor de imediato.

6 de julho de 2016. — O Comandante da Logística, *Fernando Celso Vicente de Campos Serafino*, Tenente-General.

(DR, 2.ª Série, n.º 141, 25jul16)

**Despacho n.º 9 477/2016****Subdelegação de competências no Comandante da  
Unidade de Apoio do Comando da Logística**

1 — Ao abrigo do disposto no n.º 5 do Despacho n.º 8 543/2016, de 01 de julho, do General Chefe do Estado-Maior do Exército, e nos termos do disposto nos números 1 e 3 do artigo 109.º do Código dos Contratos Públicos, subdelego no Comandante da Unidade de Apoio do Comando da Logística, Cor Inf (15424885) **Paulo Alexandre de Jesus Castro Rodrigues**, poderes para autorizar e realizar despesas com locação e aquisição de bens e serviços até ao limite de € 12 500,00;

2 — Ao abrigo do disposto no n.º 5 do Despacho n.º 8 543/2016, de 01 de julho, do General Chefe do Estado-Maior do Exército, e nos termos do disposto no n.º 3 do artigo 44.º do Código do Procedimento Administrativo, subdelego ainda, no mesmo Comandante, poderes para autorizar, realizar e arrecadar receitas provenientes da prestação de serviços e/ou cedência ou alienação de bens.

3 — Ao abrigo do disposto no n.º 3 do artigo 164.º do Código do Procedimento Administrativo ratifico todos os atos praticados pelo Comandante da Unidade de Apoio do Comando da Logística, Cor Inf (15424885) Paulo Alexandre de Jesus Castro Rodrigues, desde 15 de abril de 2016, que se contenham no âmbito da presente delegação de poderes.

4 — O presente despacho de delegação de poderes entra em vigor de imediato.

6 de julho de 2016. — O Comandante da Logística, *Fernando Celso Vicente de Campos Serafino*, Tenente-General.

(DR, 2.ª Série, n.º 141, 25jul16)

**Despacho n.º 9 478/2016****Subdelegação de competências no Diretor da Direção de Infraestruturas**

1 — Ao abrigo do disposto no n.º 5 do Despacho n.º 8 543/2016, de 01 de julho, do General Chefe do Estado-Maior do Exército, e nos termos do disposto nos números 1 e 3 do artigo 109.º do Código dos Contratos Públicos, subdelego no Diretor de Infraestruturas, MGen (09170481) **António José Fernandes Marques Tavares**, poderes para autorizar e realizar despesas com locação e aquisição de bens e serviços até ao limite de € 25 000,00 e com empreitadas de obras públicas até ao limite de € 50 000,00;

2 — Ao abrigo do disposto no n.º 5 do Despacho n.º 8 543/2016, de 01 de julho, do General Chefe do Estado-Maior do Exército, e nos termos do disposto no n.º 3 do artigo 44.º do Código do Procedimento Administrativo, subdelego ainda, no mesmo Diretor de Infraestruturas, poderes para autorizar, realizar e arrecadar receitas provenientes da prestação de serviços e/ou cedência ou alienação de bens no decurso da atividade própria da Direção de Infraestruturas.

3 — Ao abrigo do disposto no n.º 6 do Despacho n.º 8 543/2016, de 01 de julho, do General Chefe do Estado-Maior do Exército, e nos termos do disposto no n.º 3 do artigo 44.º do Código do Procedimento Administrativo, subdelego ainda, no mesmo Diretor de Infraestruturas, poderes para emitir os pareceres que a lei comete ao Exército sobre planos diretores municipais, planos de pormenor, planos gerais de urbanização, loteamentos, estabelecimentos hoteleiros e similares, construções escolares e hospitalares, vias de comunicação, gasodutos e oleodutos.

4 — Ao abrigo do disposto no n.º 3 do artigo 164.º do Código do Procedimento Administrativo ratifico todos os atos praticados pelo Diretor de Infraestruturas, MGen (09170481) António José Fernandes Marques Tavares, desde 15 de abril de 2016, que se contenham no âmbito da presente delegação de poderes.

5 — O presente despacho de delegação de poderes entra em vigor de imediato.

6 de julho de 2016. — O Comandante da Logística, *Fernando Celso Vicente de Campos Serafino*, Tenente-General.

(DR, 2.ª Série, n.º 141, 25jul16)

**Despacho n.º 9 479/2016****Subdelegação de competências no Diretor do Centro de Informação Geoespacial do Exército**

1 — Ao abrigo do disposto no n.º 5 do Despacho n.º 8 543/2016, de 01 de julho, do General Chefe do Estado-Maior do Exército, e nos termos do disposto nos números 1 e 3 do artigo 109.º do Código dos Contratos Públicos, subdelego no Diretor do Centro de Informação Geoespacial do Exército, Cor Tir Art (08756682) **José da Silva Rodrigues**, poderes para autorizar e realizar despesas com locação e aquisição de bens e serviços até ao limite de € 12 500,00;

2 — Ao abrigo do disposto no n.º 5 do Despacho n.º 8 543/2016, de 01 de julho, do General Chefe do Estado-Maior do Exército, e nos termos do disposto no n.º 3 do artigo 44.º do Código do Procedimento Administrativo, subdelego ainda, no mesmo Diretor do CIGeoE, poderes para autorizar, realizar e arrecadar receitas provenientes da prestação de serviços e/ou cedência ou alienação de bens no decurso da atividade própria do CIGeoE.

3 — Ao abrigo do disposto no n.º 3 do artigo 164.º do Código do Procedimento Administrativo ratifico todos os atos praticados pelo Diretor do Centro de Informação Geoespacial do Exército, Cor Tir Art (08756682) José da Silva Rodrigues, desde 15 de abril de 2016, que se contenham no âmbito da presente delegação de poderes.

4 — O presente despacho de delegação de poderes entra em vigor de imediato.

6 de julho de 2016. — O Comandante da Logística, *Fernando Celso Vicente de Campos Serafino*, Tenente-General.

(DR, 2.ª Série, n.º 141, 25jul16)

---

**III – PROTOCOLOS**

***Protocolo de Colaboração entre o Regimento de Cavalaria N.º 6 e a Câmara Municipal de Braga, para a vigilância dos espaços florestais de Pedralva, Sobreposta, UF de Este, Bom Jesus do Monte, Sameiro, Falperra, Santa Marta das Cortiças e Morreira***

**1. Preâmbulo**

A defesa da floresta é uma causa tão nobre e imprescindível à existência humana, que pressupõe a intervenção de todos os cidadãos e instituições públicas com as suas potencialidades e meios, tendo em vista a integridade e preservação do meio ambiente.

A Lei de Bases da Proteção Civil caracteriza as Forças Armadas como Agente de Proteção Civil e prevê que estas centrem uma parte da sua atividade na consecução de tarefas no âmbito da Defesa da Floresta Contra Incêndios.

A Resolução do Conselho de Ministros n.º 65/2006 que aprova o Plano Nacional de Defesa da Floresta contra Incêndios (PNDFCI), vem regular uma melhor otimização e eficiência na Prevenção, na Vigilância e na Detecção dos Incêndios Florestais, e contempla que “as Forças Armadas, nos termos da lei, colaboram no sistema de vigilância e sensibilização, desempenhando ações de patrulhamento e vigilância ....”, impondo uma articulação de esforços entre todos os intervenientes.

A área florestal compreendida entre Pedralva, Sobreposta, UF de Este, Bom Jesus do Monte, Sameiro, Falperra, Santa Marta das Cortiças e Morreira, indubitavelmente é o Espaço florestal do concelho de Braga que maior importância apresenta em termos florestais, paisagísticos, culturais, religiosos, turísticos e sobretudo ambientais, e cuja proteção e preservação é considerada uma imperativa prioridade em termos de defesa da floresta contra incêndios. A comprovar a importância desta área florestal, foi recentemente entregue uma candidatura na Comissão Nacional da Unesco, com vista a que o conjunto arquitetónico e paisagístico do Bom Jesus do Monte, que integra uma igreja, um escadório onde se desenvolve a Via-Sacra, um Funicular e um espaço florestal com 55 hectares, passar a elevar-se a “Património Mundial da Humanidade”.

A celebração do presente Protocolo tem como objetivo assegurar o aumento da vigilância florestal deste ex-libris ambiental, durante a Fase Bravo e a Fase Charlie do Dispositivo de Combate a Incêndios Florestais, isto é, de 15 de Maio a 15 de Setembro, tendencialmente por ser este período em que o índice de risco espacial de incêndio florestal é maior, por forma a diminuir a probabilidade de ocorrência de incêndio, colaborando o Exército, ao abrigo das disposições legais em vigor, com a Câmara Municipal de Braga, na defesa da floresta e, consequentemente, na manutenção das condições de vida das populações locais.

## **2. Identificação das partes**

Entre:

1. O Regimento de Cavalaria N.º 6 (RC 6), como primeiro outorgante, representado neste ato pelo Comandante do Regimento de Cavalaria N.º 6, Coronel de Cavalaria, António Manuel de Almeida Domingues Varregoso;

e

2. A Câmara Municipal de Braga (CMB), sedeadada na Praça Municipal, em Braga, como segundo outorgante, representada neste ato pelo Dr. Firmino Marques, na qualidade de Vice-Presidente da Câmara Municipal, com poderes para outorgar o presente Protocolo;

é celebrado o presente Protocolo de Colaboração, nos termos das cláusulas seguintes:

## **3. Parte Dispositiva**

### **Cláusula 1.ª**

#### **Objeto**

1. O presente Protocolo tem por objetivo o RC 6 apoiar à CMB, enquanto elemento da Proteção Civil, na vigilância terrestre móvel do espaço florestal compreendido entre Pedralva, Sobreposta, UF de Este, Bom Jesus do Monte, Sameiro, Falperra, Santa Marta das Cortiças e Morreira, nomeadamente na área definida pelas freguesias de Pedralva, Sobreposta, Espinho, União das freguesias de Nogueiró e Tenões, parte da União das freguesias de Este (S. Pedro e S. Mamede), União das Freguesias de Nogueira, Fraião e Lamações, Esporões e parte da União das freguesias de Morreira e Trandeiras, como ação de prevenção contra incêndios, e concomitantemente na defesa da floresta e na manutenção das condições de vida das populações locais.

2. Entende-se por ações de vigilância terrestre móvel o ato ou efeito de observar atentamente sobre um determinado ponto ou área a partir de um mesmo ponto e/ou conjunto de pontos (circuito) dentro de uma área delimitada, compreendendo igualmente ações de patrulhamento, com vista a proceder à deteção de incêndios florestais, em complemento da rede de vigilância fixa, protagonizada pelos Postos de Vigia existentes.

3. A vigilância é efetuada com prioridade na área definida, devendo a equipa nomeada variar a rotina de circulação.

### **Cláusula 2.ª**

#### **Obrigações do Regimento de Cavalaria n.º 6**

O Regimento de Cavalaria n.º 6, no âmbito do presente Protocolo, compromete-se a efetuar as seguintes atividades:

a. Disponibilizar diariamente uma viatura e respetiva guarnição para realizar os patrulhamentos de vigilância num determinado período do dia, de acordo com o calendário a programar e apoiado em percursos a definir, num máximo 60 km cada.

b. Disponibilizar os meios materiais necessários à observação e à navegação no terreno, como sejam os binóculos, as bússolas e as cartas topográficas.

c. Assegurar o fornecimento da alimentação aos militares empenhados nas ações de vigilância.



d. Informar o Comando Distrital de Operações de Socorro (CDOS) de Braga no início e no fim da execução de cada ação de patrulhamento de vigilância.

e. Manter permanentemente informadas as entidades responsáveis, nomeadamente o CDOS/Braga, a GNR e a CMB, comunicando-lhes, de imediato, qualquer ocorrência digna de registo.

### **Cláusula 3.ª**

#### **Obrigações da Câmara Municipal de Braga**

A Câmara Municipal de Braga, no âmbito do presente Protocolo, compromete-se a:

a. Suportar os encargos com combustível (ou assegurar o seu fornecimento) necessário às operações de vigilância e aos deslocamentos de pessoal e material entre o RC 6 e os espaços florestais visados.

b. Suportar os encargos com a reparação das avarias nas viaturas empenhadas, diretamente decorrentes das ações de patrulhamento de vigilância, como sejam o rebentamento de pneus ou espelhos partidos, entre outras.

c. Disponibilizar os contactos úteis e necessários que possam ser utilizados pelas equipas de vigilância para o esclarecimento de questões ou situações que surjam no âmbito das respetivas ações de vigilância.

d. Disponibilizar às Equipas de Vigilância, se necessário, equipamentos portáteis de comunicação via rádio, em complemento dos que possui, com vista a facilitar e garantir em permanência as comunicações de ocorrências de relevo ou de emergência.

### **Cláusula 4.ª**

#### **Obrigações comuns dos Outorgantes**

Impende aos outorgantes uma obrigação de informação mútua sobre tudo aquilo que possa ser relevante para a boa e harmoniosa execução do presente Protocolo, bem como atuar diligentemente na prossecução dos seus fins.

### **Cláusula 5.ª**

#### **Encargos Financeiros**

Antes do início das ações de vigilância aqui descritas, cada um dos outorgantes desenvolverá os mecanismos legais correspondentes, com vista a obter a cabimentação das despesas resultantes para cada uma das partes deste Protocolo, sendo definido entre ambas as partes o modo financeiro a realizar quanto ao suporte dos encargos assumidos.

### **Cláusula 6.ª**

#### **Resolução**

1. O incumprimento, por qualquer um dos outorgantes, de uma das obrigações assumidas ao abrigo do presente Protocolo, confere ao outro outorgante o direito à resolução do mesmo.

2. Em caso de resolução, serão devidos os montantes em dívida à data da sua resolução, não havendo lugar ao pagamento de qualquer indemnização pelas ações não realizadas.

3. O RC 6 reserva-se ao direito de suspender temporariamente as atividades de vigilância, sem qualquer aviso prévio, caso surjam situações inesperadas de incapacidade de resposta, face à limitação de meios humanos ou materiais disponíveis e às solicitações operacionais efetuadas pelo Comando do Exército.

### **Cláusula 7.ª**

#### **Prazo de Vigência**

1. Este Protocolo produz efeitos a partir da data da sua assinatura e vigora até 15 de setembro de 2016, sem prejuízo do disposto nos números anteriores.

2. O desenvolvimento destas ações de vigilância decorrerá anualmente no período de 15 de maio a 15 de setembro, sendo definidos entre as partes, os dias exatos de início e fim.

3. A antecipação e/ou prorrogação do período das ações previstas no presente Protocolo, bem como as ações em períodos temporais específicos fora do seu prazo de vigência, poderá ocorrer por Acordo entre ambas as partes, que se constituirá como Adenda a este Protocolo, devendo ser fundamentada pelo 2.º outorgante e comunicada ao 1.º outorgante com uma antecedência mínima de cinco dias úteis.

4. Finda cada época de fogos florestais, deverá ser realizada pelas partes uma avaliação do decurso das ações de vigilância, no sentido de aferir o resultado obtido e a metodologia a aplicar nas ações futuras.

5. Este Protocolo renovar-se-á por iguais períodos, salvo se for denunciado por qualquer das partes, mediante comunicação escrita à contraparte, com a antecedência de 60 dias.

O presente Protocolo é feito em triplicado, ficando cada um dos outorgantes com um exemplar, sendo o terceiro exemplar enviado pelo primeiro outorgante ao Gabinete de Sua Excelência o General Chefe de Estado-Maior do Exército.

Assim o outorgaram, em Braga, aos 15 de julho de 2016.

O 1.º Outorgante

António Manuel de Almeida Domingues Varregoso

Coronel de Cavalaria

O 2.º Outorgante

Dr. Firmino Marques

Vice-Presidente da Câmara Municipal

**O Chefe do Estado-Maior do Exército**

*Frederico José Rovisco Duarte, General.*

Está conforme:

**O Ajudante-General do Exército**

*José Carlos Filipe Antunes Calçada, Tenente-General.*



MINISTÉRIO DA DEFESA NACIONAL  
ESTADO-MAIOR DO EXÉRCITO

SECÇÃO DE OE/DARH

ESTÁ CONFORME  
O ORIGINAL

# ORDEM DO EXÉRCITO

2.<sup>a</sup> SÉRIE

N.º 07/31 DE JULHO DE 2016

Publica-se ao Exército o seguinte:

## I — JUSTIÇA E DISCIPLINA

### Condecorações

Manda o Chefe do Estado-Maior do Exército condecorar com a Medalha de Serviços Distintos, Grau Ouro, ao abrigo do disposto nos artigos 14.º e 38.º, n.º 2, do Regulamento da Medalha Militar e das Medalhas Comemorativas das Forças Armadas, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 316/02, de 27 de dezembro, por ter sido considerado ao abrigo do artigo 13.º, n.º 1, do mesmo diploma legal, o MGen (12862380) **Luís Filipe Tavares Nunes**.

(Despacho 20mai16)

Manda o Chefe do Estado-Maior do Exército condecorar com a Medalha de Serviços Distintos, Grau Ouro, nos termos do disposto nos artigos 14.º, 34.º e 38.º do Regulamento da Medalha Militar e das Medalhas Comemorativas das Forças Armadas, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 316/02, de 27 de dezembro, por ter sido considerado ao abrigo do artigo 13.º do mesmo diploma legal, o MGen (03666381) **José António da Fonseca e Sousa**.

(Despacho 12mai16)

Manda o Chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas, nos termos dos artigos 13.º, 16.º e 34.º do Regulamento da Medalha Militar e das Medalhas Comemorativas das Forças Armadas, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 316/2002, de 27 de dezembro, condecorar com a Medalha de Serviços Distintos, Grau Prata, o Cor Med (06474784) **António José Martins Correia**.

(Despacho n.º 7 795/16, DR, 2.ª Série, n.º 113, 15jun16)

Manda o Chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas, nos termos dos artigos 13.º, 16.º e 34.º do Regulamento da Medalha Militar e das Medalhas Comemorativas das Forças Armadas, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 316/2002, de 27 de dezembro, condecorar com a Medalha de Serviços Distintos, Grau Prata, os seguintes militares:

TCor Inf (15059788) Luís Miguel Afonso Calmeiro.

(Despacho n.º 1 474-P/16, DR, 2.ª Série, 1.º Supl, n.º 20, 29jan16)

TCor Art (07376881) José Fernando de Araújo Carvalho.

(Despacho n.º 1 474-H/16, DR, 2.ª Série, 1.º Supl, n.º 20, 29jan16)

Manda o Chefe do Estado-Maior do Exército condecorar com a Medalha de Serviços Distintos, Grau Prata, nos termos do disposto nos artigos 16.º, 34.º e 38.º do Regulamento da Medalha Militar e das Medalhas Comemorativas das Forças Armadas, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 316/02, de 27 de dezembro, por ter sido considerado ao abrigo do artigo 13.º do mesmo diploma legal, o TCor AdMil (06210486) **Carlos Alberto Ferreira Alves**.

(Despacho 02jun16)

Manda o Chefe do Estado-Maior do Exército condecorar com a Medalha de Serviços Distintos, Grau Prata, nos termos disposto na alínea *b*) do n.º 2 e n.º 1 do artigo 13.º, artigo 16.º e n.º 2 do artigo 38.º do Regulamento da Medalha Militar e das Medalhas Comemorativas das Forças Armadas, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 316/02 de 27 de dezembro, o Maj Art (28837693) **Paulo Alexandre Siborro Alves**.

(Despacho 27mai16)

Manda o Chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas, nos termos dos artigos 13.º, 17.º e 34.º do Regulamento da Medalha Militar e das Medalhas Comemorativas das Forças Armadas, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 316/2002, de 27 de dezembro, condecorar com a Medalha de Serviços Distintos, Grau Cobre, o SCh Inf (12731081) **Edmundo José Correia Viana**.

(Despacho n.º 1 474-M/16, DR, 2.ª Série, 1.º Supl, n.º 20, 29jan16)

Manda o Chefe do Estado-Maior do Exército, condecorar com a Medalha de Serviços Distintos, Grau Cobre, por ter sido considerado ao abrigo do artigo 13.º e alínea *c*) do n.º 1 do artigo 17.º do Regulamento da Medalha Militar e das Medalhas Comemorativas das Forças Armadas, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 316/2002, de 27 de dezembro, o SMor Inf (05672881) **José Albano Teixeira Pinheiro**.

(Despacho 31mai16)

Manda o Chefe do Estado-Maior do Exército condecorar com a Medalha de Serviços Distintos, Grau Cobre, nos termos disposto na alínea *c*) do n.º 2 e n.º 1 do artigo 13.º, artigo 17.º e n.º 2 do artigo 38.º do Regulamento da Medalha Militar e das Medalhas Comemorativas das Forças Armadas, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 316/02 de 27 de dezembro, os seguintes militares:

SAj	Cav	(02691593)	Carlos Manuel Saraiva Sabugueiro;
SAj	Art	(33973092)	José Carlos Diogo Baião.

(Despacho 27mai16)

O Presidente da República decreta, nos termos do artigo 33, n.º 1 do Decreto-Lei n.º 316/2002, de 27 de dezembro, o seguinte:

É concedida ao TGen (18224576) **António Noé Pereira Agostinho**, a Medalha de Mérito Militar, Grau Grã-Cruz.

(Aviso (extrato) n.º 7 349/16, DR, 2.ª Série, n.º 111, 09jun16)

Manda o Chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas, nos termos dos artigos 20.º, 22.º, 23.º e 34.º do Regulamento da Medalha Militar e das Medalhas Comemorativas das Forças Armadas, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 316/2002, de 27 de dezembro, condecorar com a Medalha de Mérito Militar, 2.ª Classe, o Maj Cav (17763892) **João Paulo dos Santos Faria**.

(Despacho n.º 1 474-B/16, DR, 2.ª Série, 1.º Supl, n.º 20, 29jan16)

Manda o Chefe do Estado-Maior do Exército, condecorar com a Medalha de Mérito Militar, 2.ª Classe, por ter sido considerado ao abrigo dos artigos 20.º e 23.º do Regulamento da Medalha Militar e das Medalhas Comemorativas das Forças Armadas, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 316/2002, de 27 de dezembro, o Maj Art (19569790) **Jorge Paulo Marto da Silva**.

(Despacho 17jun16)

Manda o Chefe do Estado-Maior do Exército, condecorar com a Medalha de Mérito Militar, 2.ª Classe, por segundo parecer do Conselho Superior de Disciplina do Exército, ter sido considerado ao abrigo dos artigos 20.º e 23.º do Regulamento da Medalha Militar e das Medalhas Comemorativas das Forças Armadas, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 316/02, de 27 de dezembro, o Maj Inf GNR (1970325) **Pedro Filipe Saragoça Ribeiro**.

(Despacho 16mai16)

Manda o Chefe do Estado-Maior do Exército, condecorar com a Medalha de Mérito Militar, 3.ª Classe, por segundo parecer do Conselho Superior de Disciplina do Exército, ter sido considerado ao abrigo dos artigos 20.º e 23.º do Regulamento da Medalha Militar e das Medalhas Comemorativas das Forças Armadas, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 316/02, de 27 de dezembro, os seguintes militares:

Cap	Art	(13215999)	Humberto Miguel Rodrigues Gouveia;
Cap	Inf	GNR (2020009)	Ana Isa Vital Ribeiro;
Cap	Inf	GNR (1991063)	Fernando Carlos Dias Alves;
Cap	Inf	GNR (1991057)	Jorge António de Jesus Soares da Cunha dos Santos Cardoso;
Cap	Inf	GNR (2000921)	Bruno Miguel Passos Baraças.

(Despacho 16mai16)

Manda o Chefe do Estado-Maior do Exército, condecorar com a Medalha de Mérito Militar, 4.ª Classe, por segundo parecer do Conselho Superior de Disciplina do Exército, ter sido considerado ao abrigo dos artigos 20.º e 23.º do Regulamento da Medalha Militar e das Medalhas Comemorativas das Forças Armadas, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 316/02, de 27 de dezembro, os seguintes militares:

SAj	Cav	(06595189)	Victor Manuel Maneiras do Carmo;
SAj	Art	(28199693)	Nelson Amaral Baião;
SAj	Mat	(07953093)	Bruno Ângelo Sá Gonçalves;
1Sarg	Eng	(09045395)	Paulo José Coelho Ribeiro;
1Sarg	PesSecr	(16940195)	Mónica Cristina Leitão Martins;
1Sarg	AdMil	GNR (1990443)	Paulo Alexandre Miranda Fernandes Pinheiro.

(Despacho 16mai16)

Manda o Chefe do Estado-Maior do Exército condecorar com a Medalha de Mérito Militar, 4.ª Classe, nos termos do disposto nos artigos 22.º, alínea d), 23.º, n.º 2 e 38.º, n.º 2 do Regulamento da Medalha Militar e das Medalhas Comemorativas das Forças Armadas, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 316/2002, de 27 de dezembro, por ter sido considerado ao abrigo do disposto no artigo 20.º, n.º 1, do mesmo diploma legal, o 1Sarg PesSecr (02060495) **Paulo Ruivo Dias Pereira**.

(Despacho 27mai16)

Manda o Chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas, nos termos dos artigos 25.º, 26.º, 27.º e 34.º do Regulamento da Medalha Militar e das Medalhas Comemorativas das Forças Armadas, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 316/2002, de 27 de dezembro, condecorar com a Medalha Cruz de São Jorge, 2.ª Classe, o Maj Mat (34657191) **Nuno Miguel Viegas Saúde**.

(Despacho n.º 1 474-K/16, DR, 2.ª Série, 1.º Supl, n.º 20, 29jan16)

Manda o Chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas, nos termos dos artigos 25.º, 26.º, 27.º e 34.º do Regulamento da Medalha Militar e das Medalhas Comemorativas das Forças Armadas, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 316/2002, de 27 de dezembro, condecorar com a Medalha Cruz de São Jorge, 4.ª Classe, os seguintes militares:

SCh Tm (01088184) José Manuel dos Santos Inácio.

(Despacho n.º 1 474-L/16, DR, 2.ª Série, 1.º Supl, n.º 20, 29jan16)

SCh Enf (04178587) António João Alves Fernandes.

(Despacho n.º 7 798/16, DR, 2.ª Série, n.º 113, 15jun16)

SCh Mat (08416784) Eusébio Jácome Martins.

(Despacho n.º 1 474-I/16, DR, 2.ª Série, 1.º Supl, n.º 20, 29jan16)

Manda o Chefe do Estado-Maior do Exército, condecorar com a Medalha D. Afonso Henriques - Mérito do Exército, 2.ª Classe, nos termos do artigo 27.º e n.º 3 do artigo 34.º, do Decreto-Lei n.º 316/02, de 27 de dezembro de 2002, por ter sido considerado ao abrigo do artigo 25.º do mesmo Decreto, o Maj TExpTm (17528284) **Faustino Carlos de Paiva Pereirinha**.

(Despacho 15fev16)

Manda o Chefe do Estado-Maior do Exército, condecorar com a Medalha D. Afonso Henriques - Mérito do Exército, 2.ª Classe, ao abrigo do disposto na alínea *d*) do n.º 1 e na alínea *b*) do n.º 2 do artigo 26.º, do n.º 1 do artigo 27.º, do n.º 3 do artigo 34.º e do n.º 2 do artigo 38.º, do Regulamento da Medalha Militar e das Medalhas Comemorativas das Forças Armadas, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 316/02, de 27 de dezembro, por ter sido considerado ao abrigo do artigo 25.º, do mesmo diploma legal, o Comandante da Marinha Francesa **François Escarras**, Adido de Defesa junto da Embaixada de França em Lisboa.

(Despacho 06jun16)

Manda o Chefe do Estado-Maior do Exército, condecorar com a Medalha D. Afonso Henriques - Mérito do Exército, 3.ª Classe, nos termos do artigo 27.º e n.º 3 do artigo 34.º, do Decreto-Lei n.º 316/02, de 27 de dezembro de 2002, por ter sido considerado ao abrigo do artigo 25.º do mesmo Decreto, o Cap Eng (19493297) **António Carlos dos Santos Ferreira**.

(Despacho 15fev16)

Condecorados com a Medalha de Comportamento Exemplar, Grau Prata, por despacho do Tenente-General Ajudante-General do Exército, no âmbito da delegação de competências, da data que se indica e em conformidade com as disposições do Regulamento da Medalha Militar e das Medalhas Comemorativas das Forças Armadas, promulgado pelo Decreto-Lei n.º 316/2002, de 27 de dezembro, os seguintes militares da Guarda Nacional Republicana:

Guard Pr	Inf	(2010474)	César Miguel Ferreira Rebelo;
Guard Pr	Cav	(2010629)	Rocha Martins;
Guard Pr	Inf	(2000893)	Rui Miguel Meira Conduto;
Guard Pr	Inf	(2020417)	Luís Manuel Antunes Pereira;
Guard Pr	Inf	(2040146)	Pedro Jorge Leitão Caetano;
Guard Pr	Inf	(2000879)	João Manuel Figueiredo de Almeida;
Guard Pr	Inf	(2000833)	Pedro Jorge Correia Quinteiro;

Guard Pr	Inf	(2000025)	António Fernando de Matos Rodrigues;
Guard Pr	Inf	(2040842)	Emanuel Ricardo Batista dos Santos;
Guard Pr	Inf	(2000433)	Paulo João dos Reis Guerra;
Guard Pr	Cav	(2010929)	Nuno Miguel Costa de Oliveira Martins;
Guard Pr	Inf	(2010845)	Rui Miguel Pires Bonacho;
Guard Pr	Inf	(2010086)	José Válder Cunha Canastreiro;
Guard Pr	Exp	(2020764)	Filipe Alexandre da Cruz Rodrigues;
Guard Pr	Inf	(2030965)	Anabela Maria Abreu Pimenta;
Guard Pr	Inf	(2010931)	Nélson Miguel Germano Andrezo;
Guard Pr	Inf	(2000250)	Rui Manuel Marianito Canhoto;
Guard Pr	Inf	(2030421)	Catarina Isabel Jacinto Vicente Campos;
Guard Pr	Cav	(2030326)	Paulo Jorge Guerreiro Assunção;
Guard Pr	Inf	(2020827)	Marco Paulo Sá Vieira;
Guard Pr	inf	(2020371)	Daniel Ribeiro Constantino;
Guard Pr	Inf	(2010414)	Paulo José Vieira Viva;
Guard Pr	Inf	(2010412)	Bruno Miguel Leopoldo Fiúza;
Guard Pr	Inf	(2010386)	Luís Miguel Martins dos Santos Serafim;
Guard Pr	Inf	(2010190)	Nuno Ricardo Direito de Jesus;
Guard Pr	Inf	(2000260)	Paulo César Lima Pereira Menezes;
Guard Pr	Inf	(2000872)	Carlos Manuel de Almeida Marques Pedro;
Guard	Inf	(2070669)	Marisa Alexandra da Silva Ferreira;
Guard	Inf	(2070247)	Nuno Miguel Carapinha da Cruz;
Guard	Inf	(2060271)	Ricardo Manuel da Silva Henriques;
Guard	Inf	(2070975)	Simão Pedro Lopes Rodrigues;
Guard	Inf	(2050323)	Bruno Miguel Oliveira Marto.

(Despacho 17ago15)

Condecorados com a Medalha de Comportamento Exemplar, Grau Prata, por despacho do Major-General Diretor de Serviços de Pessoal, no âmbito da delegação de competências, da data que se indica e em conformidade com as disposições do Regulamento da Medalha Militar e das Medalhas Comemorativas das Forças Armadas, promulgado pelo Decreto-Lei n.º 316/2002, de 27 de dezembro, os seguintes militares do Exército:

1Sarg	PesSecr	(07057799)	Maria Benedita Cristino Anunciação;
1Sarg	Cav	(06255300)	Márcio Filipe Martins de Sousa.

(Despacho 23mai16)

Condecorados com a Medalha de Comportamento Exemplar, Grau Cobre, por despacho do Major-General Diretor de Serviços de Pessoal, no âmbito da delegação de competências, da data que se indica e em conformidade com as disposições do Regulamento da Medalha Militar e das Medalhas Comemorativas das Forças Armadas, promulgado pelo Decreto-Lei n.º 316/2002, de 27 de dezembro, os seguintes militares:

Cap	Cav	GNR	(2050036)	José António Mascarenhas Folhas de Oliveira Fresco;
Ten	Eng		(15333609)	Carlos Alberto Gregório Pereira Bom;
Ten	Eng		(14887109)	Jorge Miguel Marques dos Santos;
Ten	Inf	GNR	(2080026)	Pedro Miguel Pinto de Amorim Rodrigues;
Alf	Art		(13449911)	Pedro Daniel Salas Simões;
Alf	Art		(17525206)	José António da Silva Pinto Garcia;
Alf	Cav	GNR	(2090012)	Sara Isabel Rosado dos Santos;
2Sarg	Inf		(07807410)	José Pedro Fontes Pedrosa;

2Sarg	Inf		(01781805)	Rogério Nicole Ferreira Soares;
2Sarg	Inf	GNR	(2060204)	José Ernesto Castro da Silva;
2Sarg	Inf	GNR	(2071338)	João António da Silva Cardoso;
Furr	Mus	GNR	(2091086)	Daniel Filipe Reis Faria;
Furr	Vet	GNR	(2090567)	Luís Carlos Carriço Piteira;
Furr	Inf	GNR	(2090410)	Vera Lúcia Dinis Pessoa;
Guard Pr	Inf	GNR	(2040859)	Ângelo Miguel Albano Mendes;
Guard Pr	Inf	GNR	(2060868)	Elsa Marisa Breia Teixeira;
Guard Pr	Inf	GNR	(2020149)	José Luís Ferreira Nunes;
Guard	Mus	GNR	(2091083)	Daniel José da Silva Canelas;
Guard	Mus	GNR	(2091085)	Nelson Daniel Mendes de Jesus;
Guard	Mus	GNR	(2091088)	Vasco Alexandre de Almeida Valente;
Guard	Cav	GNR	(2140283)	Vânia Sofia Campos Manique;
Guard	Cav	GNR	(2120747)	Rúben Baiôa Almeida;
Guard	Cav	GNR	(2091108)	Fernando Emanuel dos Santos Arruda Reis;
Guard	Cav	GNR	(2120738)	Tiago Miguel Cachapa Ferreira;
Guard	Inf	GNR	(2120754)	André Filipe Faustino Garcia;
Guard	Cav	GNR	(2140110)	Sónia Raquel Correia Belchior;
Guard	Mus	GNR	(2091082)	Sidónio Fernandes Rodrigues Araújo;
Guard	Inf	GNR	(2140167)	José Carlos dos Anjos Rodrigues;
Guard	Inf	GNR	(2140304)	Lillian Rodrigues da Rocha;
Guard	Inf	GNR	(2140410)	Bruno Filipe Pinto Vieira;
Guard	Inf	GNR	(2140450)	Cátia Margarida Pereira Madail;
Guard	Cav	GNR	(2140457)	Catarina Teixeira Picamilho;
Guard	Cav	GNR	(2140465)	Andreia Sofia Antunes Moraes;
Guard	Inf	GNR	(2140517)	Mário Manuel Ramalho Camacho;
Guard	Inf	GNR	(2140158)	Jorge Manuel Barbosa Vieira;
Guard	Cav	GNR	(2090896)	Paulo Alexandre Lopes Evangelista;
Guard	Inf	GNR	(2090140)	Tony José de Azevedo Diniz;
Guard	Cav	GNR	(2090245)	Luís Sérgio Simão Gaspar;
Guard	Cav	GNR	(2090301)	Andreia Patrícia Esteves Pereira;
Guard	Cav	GNR	(2090381)	Filipe Alexandre do Santos Oliveira;
Guard	Inf	GNR	(2090399)	Ivo José Cruz Rocha;
Guard	Inf	GNR	(2090404)	Telmo Tiago Ramos Carvalheiro;
Guard	Cav	GNR	(2090503)	Hugo Joel Costa Moreira;
Guard	Cav	GNR	(2090530)	Miguel André Mendes Rocha;
Guard	Cav	GNR	(2090535)	Ricardo Filipe Ferreira das Neves;
Guard	Mus	GNR	(2091080)	Ricardo José Alves Ribeiro;
Guard	Cav	GNR	(2090690)	Rafael Patrício Lemos Frutuoso Carriço;
Guard	Mus	GNR	(2091081)	Ricardo Condeço Alves;
Guard	Cav	GNR	(2090899)	Luís Filipe Ribeiro Teixeira;
Guard	Cav	GNR	(2090906)	Jorge Daniel Soares Besteiro;
Guard	Cav	GNR	(2090909)	José Ricardo Fonseca Pereira;
Guard	Inf	GNR	(2091020)	Inês Isabel Vaz Afonso;
Guard	Inf	GNR	(2091055)	Rui Francisco de Jesus;
Guard	Mus	GNR	(2091078)	Miguel Fernando Herrera Cota da Silva;
Guard	Inf	GNR	(2140727)	César Manuel Gonçalves Batista;
Guard	Mus	GNR	(2091079)	Nelson Filipe Rodrigues Nogueira;
Guard	Inf	GNR	(2140530)	Jani Gomes da Silva;
Guard	Cav	GNR	(2090608)	Tiago Manuel da Fonseca Esteves;
Guard	Inf	GNR	(2140235)	Bruno Alexandre dos Santos Mendes;
Guard	Inf	GNR	(2090488)	Sandro Miguel Gonçalves Lopes Ribeiro Canta;
Guard	Inf	GNR	(2100229)	Fábio Miguel dos Santos Carrilho;
Guard	Inf	GNR	(2101013)	Juan Carlos Gonçalves Ferreira;
Guard	Inf	GNR	(2101136)	Fábio André da Silva Pereira;



Guard	Inf	GNR	(2120108)	Hugo Miguel Jara Galguinho;
Guard	Inf	GNR	(2120535)	Fernanda da Anunciação Augusto de Oliveira;
Guard	Inf	GNR	(2120797)	Simone Ferreira Vieira;
Guard	Inf	GNR	(2120923)	Pedro Gonçalves Fulgêncio Pintéus;
Guard	Inf	GNR	(2140571)	Fábio Miguel Pinto Tavares;
Guard	Inf	GNR	(2140165)	Roberto Filipe Gomes Gonçalves;
Guard	Inf	GNR	(2090658)	Fernando Pedro Abrantes Fernandes de Campos;
Guard	Inf	GNR	(2140261)	Pedro Miguel Alves da Costa;
Guard	Inf	GNR	(2140298)	Olívia Margarida Correia da Silva;
Guard	Inf	GNR	(2140367)	Igor Cristiano Ferreira de Noronha;
Guard	Inf	GNR	(2140387)	Nelson Miguel Quissanga Pires;
Guard	Inf	GNR	(2140417)	João Pedro Martins Guerra;
Guard	Inf	GNR	(2140746)	Carlos Dinis Nunes de Matos;
Guard	Inf	GNR	(2140752)	Nuno Filipe Anes Medeiros;
Guard	Inf	GNR	(2140843)	Davide Antunes Pires;
Guard	Inf	GNR	(2140057)	Márcia Filipa Fernandes Lima;
Guard	Inf	GNR	(2090092)	André José de Oliveira Mariano;
Guard	Inf	GNR	(2140570)	Ricardo Jorge Costa Marques;
Guard	Inf	GNR	(2140651)	Márcio André Ribeiro Fonseca;
Guard	Inf	GNR	(2140910)	David Alexandre Silva de Oliveira Alves;
Guard	Inf	GNR	(2140728)	Francisco José de Jesus Pessoa;
Guard	Inf	GNR	(2070104)	Nuno Ricardo Pereira Francisco;
Guard	Inf	GNR	(2070259)	Bruno Ricardo Dias Duarte;
Guard	Inf	GNR	(2070526)	Paulo Ricardo da Silva Pereira;
Guard	Inf	GNR	(2140355)	Ricardo Alexandre Oliveira Gomes;
Guard	Inf	GNR	(2090086)	Luís Carlos Mendes Soares;
Guard	Inf	GNR	(2090827)	Luís Miguel Neves Salgado Cortesão;
Guard	Inf	GNR	(2090094)	Carlos Alberto da Conceição Marques;
Guard	Inf	GNR	(2090304)	Fábio Cristóvão de Jesus Ferreira;
Guard	Inf	GNR	(2090325)	Fernando Jorge Maia Alves;
Guard	Inf	GNR	(2090380)	Paulo Jorge dos Santos Pires;
Guard	Inf	GNR	(2090405)	Cristiano Miguel Amado Pimenta;
Guard	Inf	GNR	(2090448)	Hugo Filipe Cardoso de Oliveira;
Guard	Inf	GNR	(2090458)	Ricardo Araújo Nascimento dos Santos Teixeira;
Guard	Inf	GNR	(2090539)	Ângela Sofia Figueiredo de Jesus;
Guard	Inf	GNR	(2140531)	Rui Pedro Gonçalves Batista;
Guard	Inf	GNR	(2090077)	Nelson Emanuel Borges Rodrigues.

(Despacho 23mai16)

### Louvores

Louvo o MGen (12862380) **Luís Filipe Tavares Nunes** pela forma extraordinariamente devotada, esclarecida, dinâmica e muito eficiente como serviu o Exército durante cerca de trinta e nove anos de serviço efetivo, demonstrando, ao longo de uma brilhante e diversificada carreira, elevadas qualidades e virtudes militares, uma insuperável correção profissional e um incedível sentido do dever para com o Exército, a Instituição Militar e Portugal.

Oficial de viva e esclarecida inteligência e com uma invulgar capacidade de trabalho, são-lhe igualmente reconhecidos elevados dotes de caráter, de que se destacam uma lealdade inquestionável, a frontalidade de atitudes, uma conduta ética irrepreensível, uma notável capacidade de liderança e permanente sentido de camaradagem. Este singular conjunto de qualidades fundamenta a excelência dos seus serviços durante toda uma carreira pautada em permanência por desempenhos de elevado pragmatismo e eficácia, tendo culminado na elevada função de 2.º Comandante-Geral da Guarda Nacional Republicana.

No início da sua carreira militar, como Oficial Subalterno e Capitão, começou por prestar serviço na Escola Prática de Infantaria, onde desempenhou as funções de comandante de Pelotão de Instrução, tendo posteriormente sido colocado no Regimento de Infantaria de Beja. Nesta unidade desempenhou, com elevado rendimento profissional, os cargos de Comandante da 2.ª Companhia de Instrução do Batalhão de Instrução e de Comandante da Companhia de Apoio de Combate do Batalhão Operacional, tendo-lhe sido relevada a apurada preparação técnica, o extremo brio e o incansável entusiasmo e tendo-lhe sido, já então, reconhecido o potencial para vir a constituir-se como “um oficial brilhante”. Regressado à Escola Prática de Infantaria veio a desempenhar, de forma muito competente e dedicada, os cargos de Comandante de Companhia de Instrução, de Adjunto do Comandante do II Batalhão de Instrução e a função de instrutor de Tática, onde veio a revelar dotes de elevado espírito de abnegação, capacidade de trabalho e iniciativa bem demonstrados pelos resultados obtidos pelos seus instruendos, pela sua participação ativa no desenvolvimento da documentação de suporte aos cursos, em particular do guia de graduação da especialidade de morteiros e pelo notável esforço que desenvolveu na preparação da instrução a seu cargo, nas palestras que proferiu e na remodelação dos temas táticos de apoio ao Curso de Promoção a Capitão.

Na continuação da sua carreira, foi colocado no Gabinete do Chefe do Estado-Maior do Exército onde veio a desempenhar com inteligência, grande disponibilidade e reconhecida capacidade de organização as exigentes tarefas de Ajudante de Campo de Sua Excelência o General Chefe do Estado-Maior do Exército, mais uma vez demonstrando ser um oficial de elevada craveira profissional e elevado mérito.

Colocado no Instituto de Altos Estudos Militares após a frequência do Curso de Estado-Maior com elevado aproveitamento, foi nomeado professor de História Militar. No desempenho desta função, para a qual não possuía qualquer grau académico habilitante ou preparação específica prévia, obteve, num muito curto espaço de tempo, à custa de uma generosa, e intensa, preparação e escorado na sua esclarecida inteligência, insuperável disponibilidade, superiores qualidades de trabalho e uma grande cultura geral, um extraordinário e muito elogiado desempenho que culminou numa esclarecida reformulação dos programas da História Militar, no sentido da implementação de uma adequada progressividade das matérias atentos os objetivos de cada um dos cursos ministrados. Militar de exceção, com superiores competências de comunicação, esteve envolvido durante a sua longa permanência em funções docentes no Instituto de Altos Estudos do Exército no planeamento, coordenação, acompanhamento e preparação de diversos seminários, jornadas e palestras em diversos âmbitos, de onde se destacam as suas atividades como conferencista e palestrante nas jornadas de História Militar, através da comunicação “Elvas e a Independência Nacional”, nas atividades de cooperação com os institutos similares dos outros ramos das Forças Armadas de que se salientam as intituladas “O poder terrestre”, “A Estratégia Militar” e “A componente terrestre da Estratégia Militar”. Oficial de grande dinamismo, empreendedor e dotado de grande capacidade de trabalho a ele se devem a elaboração de várias publicações de entre as quais se salientam a elaboração das “Orientação para a elaboração de trabalhos escritos”, “O Tratado CFE e a Segurança Europeia”, as notas complementares “Operações de paz e Dissuasão” e o manual escolar “Operações de Paz”.

Regressado à Escola Prática de Infantaria para o desempenho do importante e exigente cargo de segundo-comandante, neste veio a confirmar as suas capacidades ímpares, sendo-lhe relevados os seus contributos para um vasto conjunto de atividades *intra* e *extramuros*, desde a realização de conferências, no âmbito militar e civil, no campo da História e da Estratégia, até aos relevantes desempenhos na organização de importantes atividades desenvolvidas na Escola Prática de Infantaria, como foram as comemorações do 14 de agosto de 2000 e as visitas da Escola Prática de Infantaria Francesa cujo sucesso, ao nível nacional e internacional, muito contribuiu para o prestígio da “Casa Mãe da Infantaria”. Também se sublinham os seus relevantes contributos e as suas colaborações diretas na execução do “Guia do Soldado”, da revista “Azimute”, do boletim “DE PACE” e na criação da página da EPI na *Internet*.

Assumindo o cargo de Coordenador da Célula de Exercícios da Divisão de Informações do Quartel General do Comando Aliado da Europa (SHAPE), foram-lhe neste cargo reconhecidas a forma eficiente, dedicada e competente como pautou o seu desempenho, revelando-se um talentoso oficial de estado-maior notado pela sua capacidade de planeamento e organização. Relevam-se neste período da sua carreira os seus relevantes e elogiados desempenhos nos exercícios “*Able Ally*” 2001 e 2002, “*Strong Resolve*” 2002, “*CMX-CME*” 2003 e “*Allied Action*” 2004, nos quais participou como elemento do DICONSTAFF e o seu, muito relevante, contributo para o desenvolvimento de publicações OTAN na esfera da área de interesse do treino coletivo e dos exercícios, designadamente a “*BI-SC 75-2 – Training, Exercise and Evaluation Directive*”.

Nomeado comandante da Escola Prática de Infantaria desenvolveu uma ação de comando considerada como notável, tanto pelas realizações da unidade, bem reveladoras da esclarecida liderança do seu comandante, como pela superior capacidade de planeamento e organização demonstradas, que culminaram na elaboração de um importante trabalho de definição de perfis de formação dos cursos da responsabilidade pedagógica da Escola Prática de Infantaria, a revisão da estrutura curricular do Curso de Promoção a Capitão, a adequação dos normativos internos aos parâmetros da acreditação e da qualidade da formação e a introdução do novo modelo de formação de praças em contexto de trabalho. Estas relevantes atividades foram acompanhadas pela elaboração e revisão das publicações escolares de suporte e dos *dossiers* técnico-pedagógicos dos cursos ministrados. Muito relevante foi também o esforço que realizou em prol do funcionamento, consolidação e divulgação do Centro de Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências e do melhoramento do Centro de Formação de Treino em áreas Edificadas, bem como o apoio que prestou às diversas atividades relacionadas com a Arma de Infantaria, como o são as Jornadas e os dias da Infantaria que organizou e acolheu de forma brilhante.

Assumindo o cargo de inspetor-adjunto da Inspeção-Geral do Exército, nele veio a reafirmar o seu grande espírito de missão e de bem-servir e a sua assinalável competência profissional e relevantes qualidades e virtudes militares, amplamente demonstradas nas ações que desenvolveu, nomeadamente, no apoio à decisão do Inspetor-geral do Exército e do Chefe do Estado-Maior do Exército em matérias tão complexas como são os recursos humanos, materiais e financeiros e mesmo sobre o funcionamento da própria Inspeção Geral do Exército.

Promovido a Oficial General assumiu cargo de Diretor de Administração de Recursos Humanos onde, mais uma vez, se veio a notabilizar pela elevada competência profissional, extrema dedicação e pelo inextinguível zelo com que o desempenhou, por um período de cerca de um ano. Na sua ação destacou-se pela forma como sempre soube encontrar as melhores soluções para os problemas que se colocaram ao Exército, na área dos recursos humanos, exercendo essa sua competência com saber, humanidade e visão de futuro. Grande defensor do superior interesse da instituição, sempre se preocupou em projetar no futuro as decisões tomadas no presente, congregando sinergias e fontes de motivação na defesa do paradigma de que o Exército deve proporcionar as condições para que os seus elementos possam contribuir de forma holística para a eficácia e a eficiência no cumprimento da sua missão. Foi particularmente relevante a sua capacidade de congregação de esforços na condução de projetos estruturantes como foram os relacionados com o Quadro Superior de Apoio, o desenvolvimento das carreiras dos Oficiais e Sargentos do Exército, a aplicação do Sistema Integrado da Avaliação do Desempenho da Administração Pública e a execução dos trâmites processuais relacionados com a passagem à situação de reforma dos militares que em 2010 tomaram essa opção.

Assumindo funções na Guarda Nacional Republicana, numa primeira fase como Comandante da Unidade de Controlo Costeiro, depois como Comandante do Comando da Administração de Recursos Internos, mais tarde como Inspetor da Guarda e finalmente nas elevadas funções de 2.º Comandante-Geral, evidenciou sempre excelentes capacidades de liderança que lhe permitiram superar diferentes e complexas situações, próprias de Unidades e Comandos com características e responsabilidades tão diversas, granjeando, em todas elas, o respeito e o reconhecimento tanto dos seus subordinados como dos seus comandantes. A sua experiência, elevada motivação e ação empenhada estão na base dos excecionais desempenhos registados, face a tão exigentes e diversificadas funções.

Como 2.º Comandante-Geral da Guarda Nacional Republicana, função em que termina a sua carreira militar e que exerceu com a elevação e competência que foram apanágio da sua vida militar, culminou uma carreira intensamente vivida, norteadas pelo culto das virtudes militares, por uma indefetível lealdade e frontalidade e por uma inesgotável energia e capacidade de trabalho, prestigiando-se e prestigiando uma carreira que deve constituir grande motivo de orgulho para si e para a Instituição Militar que devotadamente serviu.

O General Chefe do Estado-Maior do Exército, no momento em que o Major-General Tavares Nunes cessa o serviço ativo, realça publicamente a sua capacidade multifacetada e as suas qualidades humanas e virtudes militares patenteadas no decurso da sua extensa e notável carreira, e enaltece o elevadíssimo apreço pelos seus serviços, que classifica como extraordinários, relevantes e distintíssimos, de que resultou honra e lustre para o Exército, para a Instituição Militar e para a Pátria.

20 de maio de 2016. — O Chefe do Estado-Maior do Exército, *Frederico José Rovisco Duarte*, General.

Louvo o MGen (03666381) **José António da Fonseca e Sousa** pela notável capacidade de direção, elevada competência profissional, inextinguível zelo e irrepreensível desempenho revelados no desempenho das inúmeras e complexas tarefas do exigente cargo de Diretor de Administração de Recursos Humanos do Comando do Pessoal do Exército, desde há cerca de dois anos.

Distinto Oficial, de reconhecida sagesa e com uma clara perceção dos desafios que se colocam à gestão de pessoal no Exército, imprimiu um forte dinamismo e empenho na ação desenvolvida pela Direção de Administração de Recursos Humanos e em todos os seus colaboradores, através da definição clara de objetivos para as várias repartições, que prosseguiu e fez prosseguir de forma consistente e perseverante numa clara demonstração de elevada capacidade de liderança e de competências para ocupar cargos de maior responsabilidade que é alicerçada em notáveis qualidades intelectuais, profundos conhecimentos e cultura militar. É de destacar as medidas implementadas no aperfeiçoamento de procedimentos, métodos e normas que visaram a fluidez e melhoria dos modelos de gestão dos militares na efetividade de serviço, nomeadamente, o aperfeiçoamento da metodologia das promoções de militares do QP, o plano de redução dos tempos de permanência nos postos de 1Sarg e SAj, a alteração da metodologia de nomeação de militares para Missões, Cargos e Cursos Internacionais, privilegiando o mérito pessoal relativo dos candidatos e que muito contribuíram para a mudança da imagem de total clareza, dos atos de gestão do pessoal militar, bem como a definição de princípios para a atribuição de prioridades para prestação de serviço de militares na reserva e de critérios do análise de requerimentos com vista à transição para a situação de reserva e licença ilimitada.

Oficial General detentor de um singular percurso profissional, rigoroso, eficaz e de uma invulgar capacidade de trabalho, foi capaz de encontrar sempre as melhores soluções para as dificuldades que se colocaram ao Exército na área dos Recursos Humanos, gerindo este ativo escasso e decisivo com mestria e competência, num contexto de grande complexidade decorrente da Reforma da Defesa Nacional e das Forças Armadas, mobilizando todos os militares e funcionários civis para a consolidação e afirmação da Direção que liderou como um Centro de excelência de gestão integrada do pessoal militar e civil do Exército, assente em critérios de eficiência, eficácia, nunca olvidando a componente humana e pessoal. Envolveu-se com particular entusiasmo em diversos projetos, nomeadamente na edificação e implementação no Exército do projeto Sistema Integrado de Gestão, módulo do Recursos Humanos e Vencimentos (SIGDN-RHV), na melhoria dos portais da Direção na Internet e na Intranet, bem como, na otimização dos processos de gestão e progressão da carreira dos militares dos Quadros Permanentes, assegurando um fluxo equilibradamente progressivo, sem comprometer os objetivos orçamentais definidos e os superiores interesses do Exército.

De destacar ainda o papel central que vem assumindo no processo de elaboração do novo Regulamento de Avaliação do Mérito dos Militares das Forças Armadas, quer na elaboração do projeto de regulamento quer no estabelecimento do sistema de Avaliação Individual dos militares, em que patenteou um elevado sentido de organização, rigor e objetividade, materializados na forma como vem assegurando a coordenação dos trabalhos, denotando sempre apurada visão prospetiva, profundo conhecimento prático da realidade da Instituição Militar e também grande sensibilidade para as relações interpessoais, mantendo sempre uma excecional ligação institucional com todos os seus homólogos no interior das Forças Armadas e também do Ministério da Defesa. Neste particular, merece especial apontamento a sua ação meritória no tratamento dos assuntos relativos ao pessoal, quer nos processos de integração dos Hospitais Militares no Hospital das Forças Armadas, quer ainda no processo de integração dos trabalhadores dos Estabelecimentos Fabris do Exército no Mapa de Pessoal Civil do Exército, decorrente do processo de extinção daqueles organismos, bem como o particular empenhamento em assegurar estreita ligação com a CGA, no sentido de reduzir os prazos de aprovação das pensões definitivas de reforma, com claros ganhos na execução orçamental do Exército, no que se refere às despesas com o pessoal.

No quadro das alterações na estrutura do Comando do Pessoal, assumiu com elevado espírito de missão e grande sentido de responsabilidade as tarefas relativas à obtenção de recursos humanos, conferindo sempre o melhor e o mais rigoroso seguimento às orientações e diretivas superiores, de que resultou uma adequada e rápida implementação e efetivação da nova estrutura de recrutamento do Exército. Neste âmbito, é de relevar as diretrizes emanadas para as operações de recrutamento de militares e ações de divulgação do serviço militar, efetivadas através da Rede de divulgação do Serviço Militar, nas candidaturas *on-line* e na implementação da página do *Facebook* do Recrutamento na *Internet*.

Patenteando em todas as circunstâncias excepcionais qualidades e virtudes militares, das quais se destacam a frontalidade, a lealdade e a exemplar formação ética e moral, sempre demonstrando elevada clareza e justiça nos inúmeros pareceres e informações por si produzidas, que merecem sempre pronta aceitação por parte do Comando do Exército, o Major-General Fonseca e Sousa tem pautado a sua conduta na afirmação constante de elevados dotes de caráter, espírito de sacrifício e de obediência, sendo seguro afirmar que este Oficial General é digno de ocupar postos de maior relevância e risco, na convicção de que, nas mais diversas circunstâncias, o seu extraordinário desempenho garante total confiança ao comando do Exército, a exemplo do que tem demonstrado ao longo da sua carreira militar, devendo os seus serviços serem reconhecidos como relevantes extraordinários e distintíssimos, pelo contributo que deu ao cumprimento da missão do Comando do Pessoal e de que resultou honra e lustre para o Exército.

12 de maio de 2016. — O Chefe do Estado-Maior do Exército, *Frederico José Rovisco Duarte*, General.

Louvo o MGen (10645583) **Nelson Martins Viegas Pires** pela notável capacidade de direção, elevada competência profissional, extraordinário desempenho e incedível zelo com que desempenhou, durante cerca de um ano e meio as funções de Diretor de Serviços de Pessoal do Comando do Pessoal do Exército.

Assumiu estas funções num momento exigente de mudança, na sequência da reorganização dos órgãos centrais de administração e direção do Exército, o que teve repercussões aos diversos níveis da Instituição, sendo que, no caso, determinou a alteração da localização das instalações da DSP de Lisboa para as atuais em Vila Nova de Gaia. Contudo, o Major-General Viegas Pires assegurou que aquele movimento se verificasse sem interrupção de atividade, coordenando de modo especialmente eficaz e altamente meritório os trabalhos desenvolvidos para a sua concretização, sendo especialmente assinalável o fato de todo o processo se ter desenvolvido sem colocar em causa o normal funcionamento das repartições, mantendo-se inalteráveis as incumbências da DSP, e promovendo, em simultâneo, a integração da repartição de justiça e disciplina e a criação do gabinete de segurança e saúde no trabalho, só possível mercê de uma adequada análise e planeamento das ações a realizar e de uma capacidade de liderança e motivação de todos os seus subordinados.

No âmbito social, para além do incremento de protocolos com entidades privadas para a concessão de condições preferenciais para os militares e funcionários civis para a aquisição de bens e serviços a de enaltecer a sua iniciativa e ação de direção na formulação do Plano de Ação Social do Exército, no enquadramento da Diretiva de Planeamento do Exército para o biênio 2015/2016, tendo como objetivo o apoio socioeconómico aos militares e civis de exército carenciados, assim, promovendo a estabilidade moral necessárias ao bom desempenho profissional de todos os que servem a instituição militar e que constitui um passo inovador nesta área, cuja concretização permitirá objetivar as medidas de ação necessárias para que o apoio social seja uma realidade e deste modo contribuir para a manutenção do moral e bem-estar do pessoal, que constitui o múnus da missão da DSP.

No âmbito do processamento de abonos e remunerações, a de enaltecer a sua esclarecida orientação, perante as significativas e sucessivas alterações verificadas na legislação enquadrante e dos normativos aplicáveis, na implementação de melhores e mais eficientes práticas, tendo em vista uma maior idoneidade técnica dos intervenientes e a valorização da imagem da Direção para o exterior, assegurando sempre, independentemente das circunstâncias, o rigoroso cumprimento do calendário de processamento dos vencimentos e dos abonos aos militares e funcionários civis do Exército, fator indispensável para a disciplina e coesão da Instituição. Neste particular, merece especial enfoque o acompanhamento que dedicou na implementação do SIG/RH, de que foi presidente da comissão de acompanhamento do Exército, e no âmbito de cujas funções evidenciou, mais uma vez, as elevadas qualidades e conhecimentos técnico-profissionais, de que resultou um apoio decisivo à sua plena realização. Igualmente meritória foi a sua atuação no âmbito da regularização dos processos relativos à reconstituição de carreira, cujo empenho perseverante e objetivo conduziu a que o processo tenha alcançado êxito, o que contribui em muito para a imagem do Exército junto de quem o serve, pelo sentimento de tutela que projetou.

De sublinhar o incansável acompanhamento das inúmeras atividades das Bandas, Fanfarras e Orquestra Ligeira do Exército, no quadro do cerimonial militar, em resposta às imensas solicitações de autoridades militares e civis, num inestimável contributo para o reforço da visibilidade e credibilidade do Exército junto das populações e da opinião pública. É de evidenciar ainda o seu fundamentado saber e o elevado pragmatismo com que soube lidar com os assuntos relacionados com a Assistência Religiosa, dos quais se realçam as Peregrinações Militares a Lourdes e a Fátima o que lhe permitiu, em todas as circunstâncias, formular sustentadas propostas de solução que, de forma inequívoca, contribuíram para a tomada de decisões mais esclarecidas.

Por tudo quanto foi referido e ainda pela afirmação constante de elevados dotes de carácter, espírito de sacrifício e de obediência com que o Major-General Viegas Pires tem pautado a sua conduta, é seguro afirmar que este Oficial General é digno de ocupar postos da maior relevância e responsabilidade, na convicção de que, em todas as circunstâncias, o seu desempenho e o elevado padrão de valores éticos e morais que norteiam a sua conduta cívica e militar, é segura garantia de total confiança, devendo os serviços prestados no desempenho do cargo de Diretor da DSP serem reconhecidos como relevantes e de muito elevado mérito e que em muito contribuíram para o cumprimento da missão do Comando do Pessoal e do Exército.

06 de junho de 2016. — O Chefe do Estado-Maior do Exército, *Frederico José Rovisco Duarte*, General.

Nos termos do n.º 4, do artigo 64.º do RDM, avoco o louvor concedido ao Cor Inf (02748085) **Nuno Correia Neves**, pelo Tenente-General Rui Manuel Xavier Fernandes Matias, Diretor do Instituto de Estudos Superiores Militares, e publicado na Ordem de Serviço n.º 09, do IESM, em 02 de fevereiro de 2016.

15 de fevereiro de 2016. — O Chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas, *Artur Pina Monteiro*, General.

(Louvor n.º 264/16, DR, 2.ª Série, n.º 98, 20mai16)

Nos termos do n.º 4, do artigo 64.º do RDM, avoco o louvor concedido ao Cor Med (06474784) **António José Martins Correia**, pelo Contra-Almirante José de Gouveia de Albuquerque e Sousa, Diretor do Hospital das Forças Armadas, e publicado na Ordem de Serviço n.º 054, do HFAR, em 18 de março de 2016.

05 de maio de 2016. — O Chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas, *Artur Pina Monteiro*, General.

(Louvor n.º 292/16, DR, 2.ª Série, n.º 114, 16jun16)

Louvo o TCor Inf (15059788) **Luís Miguel Afonso Calmeiro**, pela extraordinária competência, espírito de missão e incedível zelo com que desempenhou todas as funções que lhe foram cometidas no Estado-Maior-General das Forças Armadas entre abril de 2014 e novembro de 2015, confirmando todas as qualidades pessoais e profissionais que lhe são reconhecidas.

Oficial distinto, possuidor de sólida formação militar, dotado de vastos e profundos conhecimentos profissionais e de uma notável capacidade de organização e de trabalho, constituiu-se como um inestimável colaborador do Chefe da Divisão de Recursos e do Diretor de Saúde Militar. A sua postura sóbria e ponderada aliada a uma forma de estar lúcida, equilibrada e isenta contribuíram para uma assinalável qualidade dos estudos e trabalhos realizados, creditando-o claramente para o desempenho de funções de maior responsabilidade no âmbito das Forças Armadas. Num contexto de complexidade e mudança resultante da reforma das Forças Armadas e da implementação do novo Sistema de Saúde Militar, o Tenente-Coronel Afonso Calmeiro soube interpretar de forma correta as diretivas e orientações superiores que ficaram bem patentes na sua participação em diversos grupos de trabalho e na forma como contribuiu para a obtenção de consensos a que não são alheias as excelentes relações de cooperação que promove e o seu incedível empenhamento pessoal.

Nomeado para integrar o Núcleo de Implementação da Direção de Saúde Militar, em acumulação com o cargo de Oficial Adjunto da Repartição de Saúde Militar da Divisão de Recursos, salienta-se o seu inestimável empenhamento em diversos trabalhos e atividades de que se destacam, entre outros, a elaboração do Programa Funcional da Direção de Saúde Militar, a elaboração das estruturas orgânicas que integram o Sistema de Saúde Militar no âmbito da reforma “Defesa 2020”, designadamente o Hospital das Forças Armadas, a Unidade de Ensino, Formação e Investigação da Saúde Militar e a Unidade de Apoio do Campus de Saúde Militar bem como nos trabalhos preparatórios que conduziram à publicação dos Decretos-Lei e Decretos Regulamentares do Estado-Maior-General e do Hospital das Forças Armadas. Com a implementação da Direção de Saúde Militar, em 1 de abril de 2015, foi nomeado Chefe da Repartição de Logística e Adjunto da Repartição de Estudos Planeamento e Qualidade, salientando-se a sua extraordinária perspicácia e rapidez na análise dos problemas, o que lhe permitiu propor soluções e procedimentos que contribuíram para a tomada das melhores decisões, designadamente para o planeamento do provimento dos cargos nas estruturas da Saúde Militar, na criação da base de dados para gestão de efetivos, no Plano de Atividades, no Planeamento de Defesa Militar e nos diversos grupos de trabalho para que foi nomeado, no âmbito da *NATO*, da União Europeia, da Cooperação Técnico-Militar e da Cooperação Bilateral e Multinacional. Oficial altamente qualificado, dotado de um elevado espírito de colaboração e inexcedível disponibilidade para o serviço, distinguiu-se pelo trato cordato e afável, granjeando a estima e o reconhecimento dos que com ele trabalharam.

Face ao anteriormente exposto, é de toda a justiça reconhecer publicamente as excecionais qualidades e virtudes militares e pessoais que creditam o Tenente-Coronel Afonso Calmeiro como sendo um Oficial que pautou sempre a sua atuação pela afirmação constante de elevados dotes de caráter, em que se relevam a lealdade e o espírito de sacrifício e abnegação, devendo os serviços por si prestados serem considerados relevantes, extraordinários e distintos, dos quais resultaram honra e lustre para o Estado-Maior-General e para as Forças Armadas.

30 de outubro de 2015. — O Chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas, *Artur Pina Monteiro*, General.

(Louvor n.º 09-K/16, *DR*, 2.ª Série, 1.º Supl, n.º 20, 29jan16)

Louvo o TCor AdMil (06210486) **Carlos Alberto Ferreira Alves** pela elevada competência profissional e forma altamente honrosa e brilhante, como desempenhou de 3 de junho de 2013 a 1 de março de 2015, as importantes funções de Chefe da Repartição de Auditoria, e de 2 de março até ao presente, como Chefe da Repartição de Gestão Orçamental, da Direção de Finanças.

Oficial distinto e com uma postura irrepreensível, revelando excecionais qualidades e virtudes militares, mantém um apurado sentido de responsabilidade e do dever, distinguindo-se através de uma notável capacidade de trabalho, de liderança e espírito de iniciativa, características que associadas a um forte sentido crítico e de organização, grande determinação e objetividade, se refletem diretamente nos excelentes resultados atingidos, assegurando respostas pragmáticas, atempadas e rigorosas, que são determinantes no apoio ao processo de decisão superior em assuntos de grande sensibilidade e com especial relevância para o bom funcionamento da Repartição de Auditoria, contribuindo de forma decisiva para o cumprimento da missão da Direção de Finanças do Exército.

Merece destaque, fruto da sua excelente formação técnico-profissional e estudo aprofundado, o seu contributo na elaboração de informações para o escalão superior e entidades externas, bem como na implementação, consolidação, difusão e apoio na elaboração de diversos normativos técnicos e legais na área de auditoria, finanças, contabilidade pública, fiscalidade, contratação pública e prestação de contas, a par de diversas normas e procedimentos relativos à administração financeira e patrimonial do Exército.

No último ano, no desempenho de funções de Chefe da Repartição de Gestão Orçamental, saliente-se o excelente desempenho mercê de uma invulgar capacidade de trabalho de viva e esclarecida inteligência e elevados dotes de caráter, de que se destacam uma lealdade inquestionável, a frontalidade de atitudes, uma conduta ética irrepreensível, uma notável capacidade de liderança e permanente camaradagem. Este singular conjunto de qualidades fundamenta a excelência dos seus serviços na preparação, execução e controlo dos projetos orçamentais do Exército, em estreita ligação com a Direcção-Geral do Orçamento do Ministério das Finanças, assegurando ainda em tempo oportuno a libertação dos meios financeiros para utilização do Exército.

A par da sua intensa atividade na Repartição Gestão Orçamental, é de inteira justiça relevar ainda a sua participação em grupos de trabalho internos e do âmbito do Ministério da Defesa Nacional, em diversas palestras como representante da Direção e ainda em cooperação com a Academia Militar na arguência de mestrados pós-Bolonha, o que lhe proporcionou um vasto leque de conhecimentos e experiências que lhe foram fundamentais para o excecional desempenho, com reflexos muito positivos para a Instituição Militar.

Assim, face ao seu extraordinário desempenho e lealdade, amplamente reconhecidos, dos quais resultaram inúmeros desenvolvimentos nos processos e na estrutura organizativa da área financeira do Exército, o Tenente-Coronel Ferreira Alves é pois, merecedor de ver as suas qualidades publicamente reconhecidas e exaltadas, através deste público louvor, devendo os serviços de carácter militar prestados, serem considerados relevantes e extraordinários de que resultou honra e lustre para o Exército, devendo os seus serviços serem considerados como extraordinários, relevantes e distintos.

02 de junho de 2016. — O Chefe do Estado-Maior do Exército, *Frederico José Rovisco Duarte*, General.

Louvo o Maj Cav (17763892) **João Paulo dos Santos Faria**, pela forma excecionalmente competente e empenhada como exerceu funções como Analista de Informações em área específica, entre 7 de fevereiro de 2014 e 11 de fevereiro de 2015 e a partir desta data, como Chefe e Analista doutra área, no Centro de Informações e Segurança Militares (CISMIL).

Como analista, fruto de uma dedicação exemplar ao serviço, do seu espírito analítico e da sua experiência na área das Informações, identificou, estudou e compreendeu o potencial das ameaças e riscos para a segurança regional na sua área de intervenção, e materializou o essencial da sua análise com uma assertividade exemplar, nos pareceres que elaborou no âmbito dos documentos de apoio à decisão do Chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas nas reuniões da *NATO*, da União Europeia e do Conselho Superior de Defesa Nacional. Igualmente meritória tem sido a sua participação na preparação quer dos *briefings* semanais sobre a avaliação da ameaça global, quer no *briefing* a S. Exa. o Ministro da Defesa Nacional.

O Major Santos Faria vem desenvolvendo trabalhos de qualidade exemplar, sendo de realçar o seu contributo na preparação dos *briefings* apresentados a Suas Excelências o Primeiro-Ministro e ao Presidente da República, na parte relacionada com o terrorismo. Igualmente exemplar foi a colaboração nas reuniões bilaterais com instituições militares congéneres europeias e o trabalho que realizou relacionado com o documento MC-161 da *NATO*.

Face ao anteriormente exposto, é de toda a justiça reconhecer publicamente o Major Santos Faria, pelas excecionais qualidades e virtudes militares que possui e pela afirmação constante de elevados dotes de carácter, lealdade, abnegação, espírito de sacrifício, obediência e competência profissional, que revelou no desempenho das suas funções como Analista e como Chefe de Área, sendo por isso digno de que os serviços por si prestados sejam considerados relevantes e de elevado mérito.

05 de outubro de 2015. — O Chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas, *Artur Pina Monteiro*, General.

(Louvor n.º 09-C/16, *DR*, 2.ª Série, 1.º Supl, n.º 20, 29jan16)

Louvo o Maj Art (28837693) **Paulo Alexandre Siborro Alves**, pela afirmação constante de elevados dotes de carácter a competência profissional evidenciada nos últimos dois anos no desempenho das funções que lhe têm sido atribuídas.

Como Chefe da Secção do Comunicação e Relações Públicas da Repartição de Comunicação, Relações Públicas e Protocolo do Gabinete do Chefe do Estado-Maior do Exército (RCRPP/GabCEME), realça-se o seu elevado espírito de missão e a forma como conduziu as diversas tarefas que lhe foram confiadas, como sejam, o planeamento, coordenação e acompanhamento das atividades desenvolvidas no âmbito dos protocolos assinados entre o Exército a outras entidades, elaboração de propostas de notícias para publicação na página principal da *Internet* e *Intranet* do Exército, bem como, a resposta a diferentes pedidos de apoio por parte de entidades civis, coletivas e singulares. Nestas funções enaltece-se, ainda, a



forma meritória como conduziu as diferentes tarefas ligadas ao relacionamento com os Órgãos de Comunicação Social (OCS), desde a elaboração de comunicados de imprensa, dossiês de imprensa e demais documentação fornecida aos OCS, e ainda o acompanhamento dos jornalistas aquando da sua comparência nas diferentes U/E/O do Exército, demonstrando, um assinalável conhecimento da Instituição Militar e um perfeito entendimento da missão e interesses do Exército.

Tendo, entre outras, atribuições na gestão da página oficial do Exército, na *Intra e Internet*, assim como a monitorização da caixa de correio do Exército (info@mail.exercito.pt), o Major Siborro Alves, no âmbito técnico-profissional, revelou elevada competência e uma afirmação constante de lealdade e abnegação, respondendo, de forma eficiente, às diferentes solicitações que lhe foram colocadas, tendo assim contribuído para uma eficaz divulgação e promoção da imagem pública do Exército. A sua ação em exercícios de alta visibilidade, onde se destacam o *TRIDENT JUNCTURE* 15, o *ORION* 15, o *CYBER PERSEU* 15 e 16, o *CYBER COALITION* 15 e 16 e o *CELULEX* 15 e 16, em que assumiu a responsabilidade de coordenar todos os contributos, produzir os documentos relativos à Comunicação Interna e Externa, revelou, uma vez mais, que é um oficial que pratica no mais elevado grau as virtudes militares da disciplina, da honestidade e da camaradagem, sabendo afirmar-se constantemente pela sua reconhecida coragem moral. Caracteriza-se, ainda, como um oficial distinto e de esclarecida inteligência, revelando uma aptidão para bem servir nas diferentes circunstâncias tendo contribuído, com os seus conhecimentos técnicos, em prol das diversas atividades desenvolvidas pela RCRPP/GabCEME.

Pelas excecionais qualidades e virtudes militares reveladas ao longo da sua carreira, bem como pela afirmação constante de elevado espírito de sacrifício e de obediência, é o Major Siborro Alves, merecedor que os serviços por si prestados sejam considerados de elevado mérito contribuindo para o prestígio e imagem do Exército.

27 de maio de 2016. — O Chefe do Estado-Maior do Exército, *Frederico José Rovisco Duarte*, General.

Louvo o Maj Cav (09978092) **Roberto Carlos Pinto da Costa**, pelas relevantes qualidades pessoais, dedicação, sentido de responsabilidade e competência profissional que demonstrou ao longo dos últimos dois anos, no desempenho das funções de Investigador Chefe de Equipa da Unidade de Investigação Criminal (Porto) da Polícia Judiciária Militar.

Como Oficial Investigador Chefe da 14.ª Equipa de Investigação Criminal e, consequentemente, Autoridade de Polícia Criminal, patenteou notável eficiência nas diversas ações e diligências de investigação criminal, planeando e executando os correspondentes atos policiais e processuais com excecional rigor, esmero e assinalável capacidade de organização, materializados no volume e na qualidade processual apresentada, bem como na quantidade de inquéritos concluídos pela Equipa por si chefiada.

Demonstrou ainda, ser possuidor de notável determinação e sentido do dever, fomentando constantemente um excelente relacionamento com as demais equipas de investigação e com o pessoal de apoio à investigação, o que, aliado à sua invulgar sensibilidade para lidar com matérias de tão grande melindre e criticidade, se traduziu em resultados determinantes para o cumprimento da missão e prestígio para a Unidade a que pertence.

Sendo um oficial possuidor de elevados dotes de caráter, cultor dos valores militares da abnegação, lealdade, espírito de sacrifício e de obediência, é de inteira justiça que os serviços prestados pelo Major Pinto da Costa sejam cotados como extraordinários, relevantes e de muito mérito, contribuindo significativamente para a eficiência, prestígio e cumprimento da missão da Polícia Judiciária Militar e do Ministério da Defesa Nacional.

24 de maio de 2016. — O Diretor-Geral da PJM, *Luís Augusto Vieira*, Coronel.

(Louvor n.º 281/16, DR, 2.ª Série, n.º 108, 06jun16)

Louvo o SCh Tm (01088184) **José Manuel dos Santos Inácio**, pela forma extraordinariamente competente, empenhada e eficiente como desempenhou as funções de Arquivista/Amanuense no Gabinete do Adido de Defesa junto da Embaixada de Portugal em Rabat, entre 1de julho de 2012 e 30 junho de 2015.

Militar de sólida formação pautou a sua conduta por uma grande lealdade, abnegação, espírito de sacrifício e obediência, com uma correta interpretação das intenções e orientações do Adido de Defesa, integrou-se de forma natural e imediata na estrutura e atividade do Gabinete, contribuiu de forma decisiva para o seu bom funcionamento, inclusive durante os períodos de ausência do Adido de Defesa. O rigoroso processamento do expediente e arquivo, a cuidadosa preparação da documentação designadamente em língua francesa, o permanente acompanhamento e atualização das atividades entre Portugal e os dois países de acreditação, bem como o cumprimento escrupuloso das normas de segurança de informação aplicáveis, ilustram de forma clara e inequívoca a elevada competência no âmbito técnico-profissional.

O Sargento-Chefe Santos Inácio evidenciou uma atitude positiva pautada pela afirmação de elevados dotes de caráter, de trato fácil, afável e correto integrou-se de forma completa e natural quer na Missão Diplomática quer no círculo dos militares das Missões Diplomáticas acreditadas em Marrocos, granjeando assim amizade e respeito de quem com ele privou, sendo ainda de realçar a postura militar e o aprumo evidenciados nas cerimónias e eventos em que participou, assim como a correção e o rigor nos contactos com as autoridades marroquinas, em muito facilitados pelo excelente domínio da língua francesa.

Face ao anteriormente exposto, é de toda a justiça reconhecer publicamente as excecionais qualidades e virtudes militares como pessoais, que acreditam o Sargento-Chefe Santos Inácio como sendo um Militar de inteiro valor, que pautou sempre a sua atuação pela afirmação constante dos altos dotes de caráter, em que se relevam a lealdade, o espírito de sacrifício, a abnegação e a coragem física e moral, tendo os serviços por si prestados contribuído decisivamente para a eficiência, prestígio e cumprimento da missão do Estado-Maior-General das Forças Armadas.

22 de outubro de 2015. — O Chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas, *Artur Pina Monteiro*, General.

(Louvor n.º 09-H/16, DR, 2.ª Série, 1.º Supl, n.º 20, 29jan16)

Louvo o SCh Inf (12731081) **Edmundo José Correia Viana**, pela forma altamente honrosa e brilhante como desempenhou as funções de Arquivista/Amanuense no Gabinete de Defesa junto da Embaixada de Portugal em Bissau, entre 20 de junho de 2012 e 20 de setembro de 2015.

Dotado de sólida personalidade, determinação e sentido do dever, não obstante o período conturbado característico do ambiente vivido na fase de transição pós golpe de estado, conseguiu desempenhar as suas tarefas sozinho, de forma meritória, em condições muito adversas e sem a presença do Adido até 6 de março de 2015.

A forma esclarecida e extremamente competente com que desempenhou as suas funções de Arquivista/Amanuense, permitiram-lhe relacionar-se de forma cordial com toda a comunidade civil, com os militares guineenses e com o Corpo Diplomático das Embaixadas residentes em Bissau, granjeando-lhe assim a consideração e estima de todos com quem privou. Participou em eventos relevantes no âmbito das relações da Embaixada de Portugal, em representação do Gabinete do Adido de Defesa, no que contribuiu para o reforço do prestígio das Forças Armadas Portuguesas constituindo-se como um seu lídimo representante.

O contributo do Sargento-chefe Correia Viana foi decisivo no desenvolvimento dos processos de apoio a ex-combatentes das Forças Armadas Portuguesas, cujos ferimentos e danos provocados no período anterior a 1974 lhes permitem qualificar-se como Deficientes das Forças Armadas. Adicionalmente, a forma dedicada e eficiente como cumulativamente assegurou a manutenção e recuperação dos talhões da Liga dos Combatentes, no Cemitério de Bissau, permitiu manter a dignidade e imagem de respeito aos nossos combatentes que pereceram em solo guineense.

A imagem intocável de permanente disciplina, aprumo, camaradagem, espírito de corpo e disponibilidade que praticou ao longo do tempo em que serviu no Gabinete do Adido de Defesa integrado na Embaixada de Portugal em Bissau, aliado ao que anteriormente foi dito, tornam o Sargento-Chefe Correia Viana, possuidor de elevada competência técnico-profissional e relevantes qualidades pessoais, digno de público reconhecimento.

Face ao anteriormente exposto é de toda a justiça reconhecer publicamente as excecionais qualidades, virtudes militares e pessoais que creditam o Sargento-Chefe Correia Viana como sendo um Militar de elevado valor, pautou sempre a sua atuação pela afirmação constante de elevados dotes de carácter, em que se relevam a lealdade, o espírito de sacrifício, a abnegação e a coragem física e moral, devendo por isso os serviços por si prestados, serem considerados extraordinários, relevantes e distintos, de que resultou honra e lustre para as Forças Armadas e para Portugal.

22 de outubro de 2015. — O Chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas, *Artur Pina Monteiro*, General.

(Louvor n.º 09-I/16, DR, 2.ª Série, 1.º Supl, n.º 20, 29jan16)

Louvo o SCh Inf (00391684) **José António dos Santos Gouveia**, pela forma altamente honrosa e brilhante como desempenhou as funções de Adjunto do Comando do 2.º Batalhão de Infantaria Mecanizado, quando integrou o *Kosovo Force Tactical Reserve Manoeuvre Battalion* (KTM), no Teatro de Operações (TO) do Kosovo, entre 6 de outubro de 2015 e 07 de abril de 2016.

Militar competente e possuidor de elevada capacidade de trabalho, pragmatismo e bom senso, demonstrou ser um excelente e imprescindível colaborador do Comandante do KTM, pela forma como conseguiu cumprir as diferentes tarefas que lhe foram atribuídas.

Destaca-se a ligação aos Adjuntos dos Comandos das Companhias, dando conselhos e sugestões de valor, contribuindo decisivamente para a manutenção da disciplina, para a melhoria do serviço e das condições de vivência no aquartelamento, importantes e essenciais perante os desafios multinacionais que caracterizam a vivência desta Força.

A sua louvável e devota ação estendeu-se a um conjunto muito variado de iniciativas, de que se destacam a participação nas Operações “*Albanian Flag Day*”, “*Presence Mitro*”, “*Rotarywing Deployed Operating Base Surveillance*”, “*Albanian –Armenia Football Match*” e “*Demonstrations in Downtown Pristina*”, bem como nos Exercícios “*Multinational Multiship Operation*”, “*Silver Sabre Exercise*”, “*Crossbow Exercise*”, *Fox I*”, “*Fox IV*”, “*Boar I Exercise*” e “*Boar II Exercise*”. Destaca-se a colaboração ativa e empenhada nas cerimónias militares, nos eventos de cariz religioso e o contributo nos acontecimentos relacionados com o moral, bem-estar e treino físico, quer internos do KTM, quer no âmbito da Kosovo Force (KFOR).

Apoiou permanentemente o Comando no acompanhamento das visitas de diversas entidades nacionais e estrangeiras, ao aquartelamento de “*Slim Lines*” e à Força Nacional Destacada, afirmando-se como um prestigiante representante da sua categoria, nomeadamente com os seus homólogos de outros contingentes. De realçar a forma como conduziu a receção ao Adjunto do Comando do *Joint Force Command Naples*, na sua visita ao KTM, e a excelência da organização da “*Charity Run*”, corrida de caridade sob a égide da KFOR e organizada pelo KTM, reforçando a imagem de profissionalismo e competência reconhecida aos militares portugueses.

No desempenho das suas atribuições tornou-se um elemento fundamental no enquadramento de todo o pessoal militar da Força, sabendo com sensatez e ponderação, mas sempre com elevados níveis de exigência e no culto intransigente dos valores militares, aconselhar e orientar os militares mais jovens e menos graduados para a prática de comportamentos ajustados à sua condição de militares, contribuindo decisivamente para a existência de um forte sentido da disciplina e elevado sentido do dever.

Face ao anteriormente exposto, é de toda a justiça reconhecer publicamente as excecionais qualidades e virtudes militares e pessoais que acreditam o Sargento-Chefe Santos Gouveia, como sendo um Militar que pautou sempre a sua atuação pela afirmação constante de elevados dotes de carácter, em que se relevam a lealdade, o espírito de sacrifício, a abnegação e a coragem física e moral, devendo por isso os serviços por si prestados, serem considerados extraordinários e importantes, de que resultou honra e lustre para as Forças Armadas e para Portugal.

15 de abril de 2016. — O Chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas, *Artur Pina Monteiro*, General.

(Louvor n.º 322/16, DR, 2.ª Série, n.º 119, 23jun16)

Louvo o SCh Mat (08416784) **Eusébio Jácome Martins**, pela elevada competência técnico-profissional, extraordinário desempenho e relevantes qualidades pessoais demonstradas no cumprimento das funções de Amanuense Arquivista do Gabinete do Adido de Defesa junto da Embaixada de Portugal em Luanda, no período de 26 de agosto de 2012 a 25 de agosto de 2015.

Militar extremamente disciplinado, evidenciou-se pela afirmação constante de elevados dotes de carácter, por uma postura serena e pela sua competência, dando sempre o melhor contributo na procura das soluções para as questões logísticas, administrativas e financeiras que diariamente se lhe colocaram. Num contexto difícil e complexo primou pela qualidade em todos os domínios da sua responsabilidade de intervenção.

Demonstrou ser um profissional extremamente sóbrio, metódico e sempre disponível, usando permanentemente da camaradagem, franqueza e lealdade na sua relação com o Adido de Defesa e com os mais altos dirigentes do MDN e do EMGFAA que recorreram aos serviços do Gabinete, acolhendo e interpretando da melhor forma as questões e pedidos que eram formulados. A sua excelente capacidade de trabalho, iniciativa e permanente disponibilidade, foi garante de plenas e atempadas respostas, contribuindo deste modo para a manutenção de uma excelente ligação e relacionamento entre o Gabinete do Adido de Defesa e a estrutura superior do Ministério da Defesa e das Forças Armadas Angolanas e para o reforço do prestígio das Forças Armadas Portuguesas.

É de realçar ainda a sua participação em trabalhos e iniciativas transversais, onde se inclui a Cooperação Técnico-Militar Luso-Angolana, dignificando a imagem dos militares portugueses neste país e contribuindo significativamente para o bom ambiente e respeito no Gabinete do Adido de Defesa.

Face ao anteriormente exposto é com toda a justiça reconhecer publicamente as excepcionais qualidades e virtudes militares e pessoais do Sargento-Chefe Jácome Martins, devendo os serviços por si prestados serem reconhecidos como de elevado mérito e as suas ações como tendo contribuído significativamente para o reforço e engrandecimento dos laços de amizade e cooperação entre Portugal e Angola e para a eficiência, prestígio e cumprimento a missão do Estado-Maior-General das Forças Armadas.

15 de outubro de 2015. — O Chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas, *Artur Pina Monteiro*, General.

(Louvor n.º 09-G/16, DR, 2.ª Série, 1.º Supl, n.º 20, 29jan16)

Louvo o SAj Cav (02691593) **Carlos Manuel Saraiva Sabugueiro**, pela forma extraordinariamente exemplar como ao longo de um período superior a dois anos tem vindo a desempenhar diversas funções na Repartição de Comunicação, Relações Públicas e Protocolo, do Gabinete do Chefe de Estado-Maior do Exército (RCRPP/GabCEME).

Militar que desde logo se revelou bastante empreendedor e interessado, soube ganhar o respeito e a confiança dos seus superiores, pares e subordinados, evidenciando-se como um colaborador de esmerado trato e relacionamento, elevado espírito de missão e incedível empenho, qualidades constatadas por todas as entidades civis e militares com que privou durante os dois anos em que tem prestado serviço na RCRPP/GabCEME.

Durante o desempenho das suas funções, sempre manifestou uma permanente disponibilidade para o serviço, enaltecendo-se a forma altamente meritória como conduziu todas as tarefas que lhe foram confiadas, com particular destaque no seu relacionamento com os diversos Órgãos de Comunicação Social (OCS), demonstrando uma assinalável capacidade de análise, um profundo conhecimento da Instituição Militar e um perfeito entendimento da missão e interesses do Exército, patenteados no cuidado que colocou nos *Press Release*, nos *Press Kits* e no acompanhamento dos OCS.

De destacar ainda a sua decisiva colaboração para a permanente atualização e manutenção das bases de dados da Resenha de Imprensa, monitorização do *email* geral do Exército (*info@mail.exercito.pt*), elaboração e atualização dos portais da *intra* e *internet* do Exército entre muitas outras tarefas no âmbito da sua secção, sempre demonstrando um notório desembaraço físico e intelectual, grande dinamismo e notável capacidade de iniciativa, sabendo interpretar com grande sentido de responsabilidade e oportunidade as orientações superiores, respondendo com enorme segurança e sustentação a uma enorme e complexa variedade de solicitações, contribuindo assim para uma eficaz divulgação e promoção da imagem pública da Instituição.

A sua prestimosa colaboração em atividades protocolares desenvolvidas pelo Gabinete, nomeadamente nas Cerimónias dos Dias do Exército e dos Dias de Portugal, de Camões e das Comunidades Portuguesas, em 2014 e 2015, demonstrou, uma vez mais, que é um sargento que pratica no mais elevado grau as virtudes militares, detentor de uma sólida formação ética, sabendo assim o Sargento-Ajudante Sabugueiro afirmar-se constantemente pela sua reconhecida coragem moral, revelando sobeja capacidade para ocupar postos de maior responsabilidade e risco.

O Sargento-Ajudante Sabugueiro caracteriza-se ainda como um sargento distinto, muito discreto, de esclarecida inteligência e notável ponderação, colocando sempre os interesses do serviço como primeira prioridade, inclusive com o sacrifício acrescido da sua vida pessoal, constituindo-se, assim, como uma referência para todos os que com ele têm o privilégio de privar, revelando uma elevada competência profissional e aptidão para bem servir nas diferentes circunstâncias, tendo contribuído de forma determinante com os seus conhecimentos técnicos em prol das diversas atividades da RCRPP/GabCEME, manifestando, em todas as circunstâncias, relevantes qualidades pessoais e excecionais qualidades e virtudes militares, das quais se destacam a lealdade, a abnegação, o espírito de sacrifício e de obediência exemplares.

Por tudo quanto foi apontado é de inteira justiça reconhecer publicamente as extraordinárias qualidades pessoais e técnico-profissionais, assim como as notáveis virtudes militares evidenciadas pelo Sargento-Ajudante Sabugueiro, tendo contribuído significativamente para a eficiência, prestígio e cumprimento da missão do Exército, devendo por isso ser qualificados de extraordinários, relevantes, distintos e de muito elevado mérito os serviços por si prestados, de que resultou indubitavelmente honra e lustre para o Exército.

27 de maio de 2016. — O Chefe do Estado-Maior do Exército, *Frederico José Rovisco Duarte*, General.

Louvo o SAj Art (33973092) **José Carlos Diogo Baião**, pela forma extraordinariamente competente, extremamente dedicada e altamente eficiente como desempenhou, ao longo de um período superior a dois anos, as funções de Auxiliar da Secção de Apoio da Repartição de Comunicação, Relações Públicas e Protocolo, do Gabinete do Chefe do Estado-Maior do Exército (RCRPP/GabCEME).

Sargento com uma diversidade de experiências militares, muito interessado e com sólidos conhecimentos técnicos e profissionais, revelou em todas as circunstâncias uma excelente capacidade de organização, uma equilibrada visão global dos problemas e uma excecional capacidade de adaptação às mais variadas situações, tendo pautado o exercício das suas funções de auxiliar por uma permanente preocupação pelo planeamento das múltiplas tarefas da Secção de Apoio, revelando-se em particular o profissionalismo como centralizou, acompanhou e integrou as diversos inquéritos, estatísticos (INE), de publicidade Institucional (MEDIAGOV) e de dados económicos (IGEET), destacando-se também a forma como geriu todos os recursos materiais e administrativos da Repartição.

A par do seu inquestionável elevado espírito de missão e do permanente sentido do dever e da disciplina, destacam-se igualmente a sua extrema lealdade no relacionamento institucional e pessoal, irrepreensível honestidade, firmeza e coerência dos seus atos, a constante procura de situações de equilíbrio, a capacidade de gerar consensos e a iniciativa pessoal, qualidades que, associadas à sua forma de ser e de estar, proporcionaram um ambiente de trabalho de grande coesão, com naturais reflexos no excelente espírito de equipa criado e nos níveis de produtividade alcançados, facto que assumiu especial relevância em diversos assuntos de elevado grau de complexidade e em situações de grande adversidade das quais se destaca a elaboração, tratamento e organização dos Anuários estatísticos do Exército, desde 2011, a colaboração na elaboração nos anuários estatísticos do Ministério da Defesa Nacional (parte Exército), o apoio nos dias do Exército de 2013, 2014 e 2015, bem como outros eventos protocolares, evidenciando sobeja capacidade para ocupar postos de maior responsabilidade e risco.

Pelo notável desempenho evidenciado na elevada qualidade de todo o trabalho desenvolvido, pelo excecional espírito de cooperação e força de vontade revelado nas diversas atividades idealizadas e concretizadas, pela elevada competência profissional, extraordinário desempenho e relevantes qualidades pessoais demonstrados no âmbito técnico-profissional, que contribuíram significativamente para a eficiência, prestígio e reverência da missão da Repartição e conseqüentemente cumprimento da missão do Exército, devendo os serviços por si prestados serem considerados de extraordinários, relevantes e distintos.

27 de maio de 2016. — O Chefe do Estado-Maior do Exército, *Frederico José Rovisco Duarte*, General.

Louvo o 1Sarg PesSecr (02060495) **Paulo Ruivo Dias Pereira**, na Repartição de Comunicação, Relações Públicas e Protocolo (RCRPP) do GabCEME, pela forma extremamente dedicada, responsável e eficiente como ao longo dos últimos três anos vem servindo o Gabinete do Chefe do Estado-Maior do Exército.

Colocado na RCRPP, como Auxiliar da Secção de Protocolo, cedo se inteirou das responsabilidades inerentes à sua função, contribuindo significativamente para o bom funcionamento da mesma, fruto do seu inexcedível zelo e capacidade de trabalho e elevada competência profissional.

O seu extraordinário empenho e dedicação, excepcionais qualidades e virtudes militares, aliada a sua capacidade de organização e aptidão para bem servir nas diferentes circunstâncias, tem-lhe permitido realizar um trabalho de excelente qualidade, nomeadamente na gestão, realização e controlo dos inúmeros apoios no âmbito da preparação e condução das diferentes cerimónias de elevado significado para o Exército, a exemplo, as Comemorativas do Dia do Exército, bem como na preparação e acompanhamento das Cerimónias Militares do Dia de Portugal, de Camões e das Comunidades Portuguesas e no acompanhamento das inúmeras visitas oficiais ao Exército, pautando a sua conduta pela afirmação constante de elevados dotes de carácter e de espírito de sacrifício.

É de salientar, ainda, a grande capacidade de trabalho e facilidade de adaptação, evidenciadas pelo 1Sarg PesSecr Paulo Pereira quando deparado com novas circunstâncias, e que, fazendo uso do seu profissionalismo, através da afirmação constante de elevados dotes de obediência e de lealdade e elevado sentido de responsabilidade, contribuem significativamente para o normal funcionamento de uma área tão sensível como é a Secção de Protocolo, constituindo-se num inestimável colaborador do Comando do Exército. Na ligação com as entidades militares para a coordenação e controlo de diferentes tipologias de apoios prestados pela RCRPP, destaca-se a sua inquestionável e esmerada educação, merecendo com a sua irrepreensível conduta o respeito e a consideração de todos aqueles que com ele trabalham diariamente.

Pela sua camaradagem, capacidade de iniciativa e afirmação constante de elevados dotes de abnegação, é o 1Sarg PesSecr Paulo Pereira um exemplo a seguir e merecedor deste público louvor e de ver os serviços por si prestados considerados de muito mérito e que têm contribuído para a eficiência, prestígio e cumprimento da missão do Exército Português.

27 de maio de 2016. — O Chefe do Estado-Maior do Exército, *Frederico José Rovisco Duarte*, General.

## II — MUDANÇAS DE SITUAÇÃO

### Ingressos no Quadro

1 — Manda o General Chefe do Estado-Maior do Exército, por despacho de 12 de novembro de 2015, ingressar no Quadro Permanente, no posto de Segundo-Sargento, os Alunos do 43.º CFS, do Serviço de Saúde, Quadro Especial de Medicina, abaixo indicados, que concluíram com aproveitamento o Estágio Técnico-Militar:

Posto	NIM	Nome	Especialidade	Clas. Final Valores
2Sarg	Grad (07929405)	Catarina Isabel da Costa Correia	Enfermagem	15,28
2Sarg	Grad (06058503)	Liliana Filipa Batista Parracho Fernandes	Cardiologia	15,16
2Sarg	Grad (11856105)	Nuno Miguel da Silva Afonso Claro	Enfermagem	14,53

2 — Nos termos do n.º 1 do artigo 169.º e n.º 3 do artigo 227.º do Decreto-Lei n.º 90/2015, de 29 de maio, contam a antiguidade no posto de Segundo-Sargento, desde 1 de outubro de 2015, data a partir do qual têm direito ao vencimento do novo posto, ficando integrados na primeira posição da estrutura remuneratória do posto de Segundo-Sargento, conforme previsto no n.º 1 do artigo 8.º do Decreto-Lei n.º 296/2009, de 14 de outubro.

3 — Nos termos do artigo 178.º do Decreto-Lei n.º 90/2015, de 29 de maio, são inscritos na lista de antiguidades do quadro especial a que pertencem, no posto de Segundo-Sargento, por ordem decrescente de classificação obtida no respetivo Estágio Técnico-Militar.

4 — Nos termos do artigo 173.º do Decreto-Lei n.º 90/2015, de 29 de maio, ficam na situação de Militar no Quadro.

18 de novembro de 2015. — O Chefe da RPM, *Pedro Miguel Alves Gonçalves Soares*, Cor Inf.

(Despacho n.º 13 810/15, DR, 2.ª Série, n.º 232, 26nov15)

### III — PROMOÇÕES E GRADUAÇÕES

O Presidente da República decreta, nos termos do n.º 2 do artigo 25.º da Lei Orgânica n.º 1-A/2009, de 7 de julho, alterada e republicada pela Lei Orgânica n.º 6/2014, de 1 de setembro, o seguinte:

É confirmada a promoção ao posto de Tenente-General do MGen (09028679) **Luís Francisco Botelho Miguel**, efetuada por deliberação de 12 de julho de 2016 do Conselho de Chefes de Estado-Maior e aprovada por despacho do Ministro da Defesa Nacional de 12 do mesmo mês.

Assinado em 13 de julho de 2016.

Publique-se.

O Presidente da República, MARCELO REBELO DE SOUSA.

(Decreto PR n.º 34-A/16, DR, 1.ª Série, n.º 134, 1.º Supl., 14jul16)

### IV — COLOCAÇÕES, NOMEAÇÕES E EXONERAÇÕES

#### Colocações

Manda o Chefe do Estado-Maior do Exército que nos termos das NNCMQP, os militares das UEO abaixo designadas, sejam colocados nas UEO indicadas, a prestar serviço nas UEO respetivas e nas datas que para cada um se indica:

Posto	A/S	NIM	Nome	U/E/O		Data
				Anterior	Atual	Colocação
Cor	Art	(08431388)	Luís Manuel Ricardo Monsanto	PR	EA	21-03-16
Cor	Cav	(12002185)	Carlos Nuno Gomes e Simões de Melo	AM	IDN	04-04-16
Cor	Inf	(01449384)	João Paulo de Noronha Silveira Alves Caetano	CM	IGDN	02-02-16
Cor	Inf	(08976784)	João Carlos Sobral dos Santos	DARH	EMGFA/COA	29-03-16
Cor	Inf	(15560185)	José Joaquim Barreno Branco	AM	IGE	04-04-16
Cor	Inf	(13309281)	Manuel João de Oliveira Borges	GNR	DGRDN/MDN	04-04-16
Cor	Inf	(12367085)	Pedro Miguel de Lemos Costa Leal Rosa	EA	IGE	11-04-16
Cor	Inf	(02126184)	Carlos Alberto Esteves Filipe	EME/UnAp	IGE	18-05-16
TCor	Art	(01282188)	Manuel João Favita Marcha	Cmd ZMA	MusMilAçores	01-01-16
TCor	Art	(11205186)	Carlos Manuel da Silva Caravela	AM	RA5	03-03-16
TCor	Art	(12291384)	Horácio José de Sousa Lopes	IO	Cmd Log/Gab	07-03-16

Posto	A/S	NIM	Nome	U/E/O		Data
				Anterior	Atual	
TCor	Art	(00257893)	Hélder Jorge Pinheiro Barreira	EMGFA/IUM	RAAA1/GAAA	17-03-16
TCor	Cav	(00349293)	Rui Miguel de Sousa Ribeiro Rebordão de Brito	PR	EA	21-03-16
TCor	Inf	(13247083)	Paulo Júlio Lopes Pipa de Amorim	RI10	RCmds	04-02-16
TCor	Inf	(08285888)	Nélson Couto Gomes	EA	RI14	07-03-16
TCor	Inf	(01260491)	Pedro Miguel do Vale Cruz	FOE/BrigRR	PR	09-03-16
TCor	Inf	(13023391)	Nélson Duarte Ferreira Soeiro	CTOE	BrigRR/FOE	16-03-16
TCor	Inf	(15412984)	Francisco José Courelas de Oliveira Figueiredo	AMAS/UnAp	IGE	21-03-16
TCor	Inf	(17914486)	João Manuel Mendonça Roque	EMGFA/CCOM	EMGFA/CARGO	02-04-16
TCor	Inf	(07748791)	Vítor Manuel Rasteiro Fernandes	RI15	BrigRR/CmdGab	20-04-16
TCor	Mat	(04514286)	António José dos Reis Capitão	Cmd Log/UnAp	DMT	04-04-16
TCor	Mat	(00458093)	Alexandre Manuel Moguinho Liberato	Cmd Log/Gab	DMT	04-04-16
TCor	Med	(16578392)	Paulo José Amado de Campos	INEM	DS/UnS IIVNGaia	23-05-16
TCor	TManMat	(18725181)	António José Branco Pinto	Cmd Log/Gab	Cmd Log/UnAp	04-04-16
Maj	AdMil	(19740298)	Carlos Manuel Nina Pereira Martins	MM EPE	EME/UnAp	22-02-16
Maj	Art	(23918392)	João Paulo Catrola Martins	NCIAL	EME/UnAp	18-02-16
Maj	Art	(38670891)	Luís Miguel Claro Sardinha	CFT	BrigMec/GAC 15,5 AP	29-02-16
Maj	Cav	(19939497)	Marco António Fontoura Cordeiro	Gab MDN	EME/UnAp	18-02-16
Maj	Cav	(19066496)	Duarte Jorge Heitor Caldeira	EME	PR	01-03-16
Maj	Inf	(33592593)	Alexandre Paulo Marques de Sousa Figueiredo	IASFA	EME/UnAp	01-12-15
Maj	Inf	(06312797)	Marco Paulo Antunes Rafael Lopes	EMGFA/CCOM	EME/UnAp	18-02-16
Maj	Inf	(03750294)	Ricardo Bruno da Mota Pires	IO	EMGFA/ UnAp/CSM	07-03-16
Maj	Inf	(29746291)	António José Gomes Franco	EMGFA/CCOM	ZMM/BI	11-03-16
Maj	Inf	(10283495)	Hélder Fernando Ramos do Amaral Parcelas	EA	GabCEME	29-03-16
Maj	Inf	(14776793)	Vítor Sérgio Antunes Gomes	RI15	RPara	20-04-16
Maj	SGE	(06168280)	José Armando Oliveira Barbosa	CR Ponta Delgada	QGZMA/ GAPPDelgada	01-02-16
Maj	SGE	(07343382)	Vítor Manuel Branco do Nascimento	PJM	Cmd ZMM/UnAp	26-04-16
Maj	TManMat	(07976881)	Mário Hernani Henrique Damasceno Dias	DMT	Cmd Log/Gab	04-04-16
Maj	TPesSecr	(14658481)	Eugénio Dias de Matos	CR Funchal	QG ZMM/ GAP Funchal	01-02-16
Maj	TPesSecr	(06036884)	João de Oliveira Cunha	AMAS/UnAp	RI14	21-03-16
Maj	TTrans	(07891588)	Luís André Lourenço Rodrigues	CM	IGE	11-04-16
Cap	AdMil	(16409801)	Edgar Miguel Vicente Fontes	DFin	SG/MDN	14-12-15
Cap	AdMil	(02953301)	Marco Paulo Castro Leite	EMGFA/DIRFIN	MM.E.P.E Lisboa	26-01-16
Cap	AdMil	(16278397)	Luís Miguel Jorge Branco	DFin	DForm	04-03-16



Posto	A/S	NIM	Nome	U/E/O		Data Colocação
				Anterior	Atual	
Cap	AdMil	(18994403)	Rodrigo Garcia Gonçalves Brito	DFin	SG/MDN	11-03-16
Cap	Cav	(03288801)	Humberto Gourdin de Azevedo Coutinho Rosa	RL2	GABMDN	24-02-16
Cap	Inf	(19568401)	Hugo Rodrigo Paulino Silvano Brigas	EA	EMGFA/CCOM	04-04-16
Cap	Med	(15740999)	Sérgio Agostinho Dias Janeiro	Cmd Log/UnAp	DS	01-07-15
Cap	Med	(06776101)	Luís Marli Araújo Salgueiro Moreno	Cmd Pess/UnAp	CSM Coimbra	08-02-16
Cap	Med	(12211099)	José Miguel Quaresma Nolasco	CSTancos/ STª Margarida	CSM Coimbra	31-03-16
Cap	Tm	(05255596)	Cláudio da Silva Alves	DARH	NCIAL	07-04-16
Cap	Vet	(13497500)	Samuel da Costa Miguéis	EMGFA/HFAR PP	UMMV/ESAVE Norte	16-12-15
Ten	Inf	(02180104)	Bruno Alexandre Bento Morgado	RPara	RI15	13-04-16
Ten	Med	(06333205)	Sérgio Miguel Teixeira Duro	Cmd Log/UnAp	CSTancos/STªMargarida	04-01-16
Ten	Med	(09330405)	Sofia Alexandra Marques Frade	DS	DS/UnS II Amadora	01-02-16
Ten	Med	(01688205)	Pedro António Santana Ferreira Simões	DS	EMGFA/HFAR PL	12-03-16
Ten	Tm	(12174106)	Ruben Fernando Coelho Rodrigues	RT	DCSI	17-05-16

(Portaria 30mai16)

Manda o Chefe do Estado-Maior do Exército que por terem ingressado no Quadro Permanente, os militares abaixo designados sejam colocados nas UEO indicadas, devendo ser considerados nessa situação desde 01 de outubro de 2015:

Posto	A/S	NIM	Nome	UEO
Ten	Med	(01428809)	Luís André Alves Duarte	Cmd Pess/UnAp
Ten	Med	(05551010)	Daniel Gonçalves Conceição	Cmd Pess/UnAp
Ten	Med	(15200906)	César Augusto Monteiro de Torre	Cmd Log/UnAp
Ten	Med	(03249010)	Claúdia Sofia Ferreira dos Santos	Cmd Log/UnAp
Tem	Med	(06373810)	Alexandra Isabel Paredes Coelho	Cmd Pess/UnAp
Ten	Med	(01662309)	Tiago Manuel Lourenço Coelho	Cmd Log/UnAp
Ten	Med	(11564905)	David Daniel Marques Veríssimo	Cmd Log/UnAp
Ten	Med	(19759106)	Claudemira Fernanda Pinto	Cmd Log/UnAp
Ten	Med	(05362210)	Guilherme José Valentim Vaz de Assunção	Cmd Pess/UnAp
Ten	Med	(00839309)	Marco Rafael Fernandes Domingues	Cmd Log/UnAp
Ten	Med	(04916406)	Ricardo Jorge Pires dos Santos Guedes	Cmd Log/UnAp

(Portaria 30mai16)

### Nomeações

Considerando o Decreto-Lei n.º 73/2013, de 31 de maio, alterado pelo Decreto-Lei n.º 163/2014, de 31 de outubro e pelo Decreto-Lei n.º 21/2016, de 24 de maio e a Portaria n.º 224-A/2014, de 4 de novembro, que aprovaram respetivamente, a Orgânica, a estrutura nuclear e as competências da Autoridade Nacional de Proteção Civil (ANPC);

Considerando que o atual 2.º Comandante Operacional Nacional do Comando Nacional de Operações de Socorro, Coronel de Artilharia Joaquim Manuel de Almeida Moura, terminou a comissão de serviço a 31 de maio de 2016;

Considerando que o mesmo tem vindo a desempenhar as suas funções com sentido de missão e profissionalismo;

Considerando a necessidade de assegurar a continuidade do exercício das funções em causa, não apenas para o normal funcionamento da estrutura operacional da ANPC, mas também, para garantir a prossecução das atribuições cometidas à ANPC;

Considerando as competências que me foram delegadas pela Senhora Ministra da Administração Interna, conforme despacho n.º 181/2016, publicado na 2.ª série do *Diário da República*, (DR), n.º 4, de 7 de janeiro, alterado pelo despacho n.º 8 477/2016, publicado na 2.ª série do DR n.º 124, de 30 de junho, e sob proposta do Presidente da ANPC, tendo em consideração o disposto no artigo 22.º do Decreto-Lei n.º 73/2013, de 31 de maio, alterado pelo Decreto-Lei n.º 163/2014, de 31 de outubro, determino o seguinte:

1 — Nomeio, em regime de substituição, o Cor Art (03289784) **Joaquim Manuel de Almeida Moura**, no cargo de 2.º Comandante Operacional Nacional do Comando Nacional de Operações de Socorro, da Autoridade Nacional de Proteção Civil;

2 — O nomeado possui o perfil pretendido para prosseguir as atribuições e os objetivos do serviço, sendo dotado das necessárias competências e aptidões técnicas para o exercício do respetivo cargo, de acordo com a nota curricular anexa;

3 — O presente despacho produz efeitos a 1 de junho de 2016.

30 de junho de 2016. — O Secretário de Estado da Administração Interna, *Jorge Manuel Nogueiro Gomes*.

## ANEXO

### Nota curricular

#### I. Dados pessoais

Nome: Joaquim Manuel de Almeida Moura  
Data de nascimento: 14 de setembro de 1963

#### II. Habilitações académicas

Licenciatura em Ciências Militares, especialidade Artilharia, pela Academia Militar

#### III. Formação complementar mais relevante

Curso de Promoção a Capitão da Escola Prática de Artilharia;  
Curso de Promoção a Oficial Superior do Instituto de Altos Estudos Militares;  
Curso de Quadros de Comando da Escola Nacional de Bombeiros;  
Vários Cursos da Escola NATO/ALEMANHA (*Civil Emergency Planning & Civil Military Cooperation, Peace Support Operations Course, Intelligence Warning System, European Security Cooperation Course, Public Affairs Indoctrination Course e Public Affairs in Operations Course*);  
Perito internacional certificado pelo Mecanismo de Proteção Civil da União Europeia (CECIS, CMI, OPM e AMC).

#### IV. Experiência profissional

Desde fevereiro de 2013 até à presente data: nomeado 2.º Comandante Operacional Nacional do Comando Nacional de Operações de Socorro da Autoridade Nacional de Proteção Civil;

Entre 1998 e 2011: Cumpriu duas missões de Apoio à Paz, no Teatro de Operações da Bósnia e Herzegovina, e no Quartel-General da UNIFIL do Líbano;

Entre 2007 e 2008: Integrou e mais tarde chefiou o Grupo de Acompanhamento Permanente das Missões Humanitárias e de Apoio à Paz das Forças Nacionais Destacadas, do Exército Português;

Ao longo da sua carreira prestou serviço em diversas unidades e estabelecimentos das Forças Armadas, nomeadamente no Regimento de Artilharia de Leiria (RAL4), no Grupo de Artilharia de Campanha da 1.ª Brigada Mista Independente (GAC/1BMI) e Brigada Mecanizada Independente (BMI), no Comando Operacional dos Açores (COA), no Estado-Maior do Exército (EME), na Brigada Mecanizada (BM) e no Estado-Maior General das Forças Armadas (EMGFA).

## V. Louvores e condecorações

Tem 13 louvores: 1 concedido por Ministro da Administração Interna, 2 concedidos por Oficial General, 8 por Tenente-General/Major-General e 1 por Comandante de Unidade, e 1 louvor dado por entidade estrangeira.

Condecorações: 2 Medalhas Comemorativas de Comissões de Serviço Especiais das Forças Armadas, 2 Medalhas *NATO* (Bósnia e Afeganistão), Medalha das Nações Unidas (Líbano), a Medalha de Ouro de Comportamento Exemplar, a Medalha D. Afonso Henriques de 2.ª Classe, a Medalha Cruz de São Jorge de 2.ª Classe, as Medalhas de Mérito Militar de 3.ª e 2.ª Classes, a Medalha de Serviços Distintos Grau Ouro Coletiva BMI, duas Medalhas de Prata de Serviços Distintos e a Medalha da Ordem Militar de Avis Grau Comendador.

(Despacho n.º 8 796/16, *DR*, 2.ª Série, n.º 130, 08jul16)

## V — DECLARAÇÕES

### Colocações e desempenho de funções na Situação da Reserva

#### Início de funções

Cor Cav (19493878) **Rui Eduardo Azenha Sampaio de Oliveira**, passou a prestar serviço efetivo, na situação de reserva, no IASFA, I.P., desde 1 de maio de 2016.

Cor Inf (00492182) **José Custódio Madaleno Geraldo**, passou a prestar serviço efetivo, na situação de reserva, na DHCM, desde 14 de junho de 2016.

#### Fim de funções

Cor Tir Cav (19877081) **Francisco Joaquim da Costa Lopes**, deixou de prestar serviço efetivo, na situação de reserva, no GabVCEME, em 21 de junho de 2016.

Os militares abaixo indicados, deixaram de prestar serviço efetivo, na situação de reserva, nas respetivas UEO, nas datas a cada um se indica:

Posto	A/S	NIM	Nome	UEO	Data
Cor	Inf	(16232581)	Jorge Manuel Barros Gomes	JALLC/NATO	01-07-16
Cor	Art	(02586675)	Carlos Manuel Terron da Silva Videira	DHCM	02-07-16
Cor	Cav	(13555683)	Paulo Renato de Moraes Rogado Serra	IGE	28-07-16
TCor	SGE	(03287969)	José Manuel Lopes Soares	IASFA	01-07-16
Maj	SGE	(09656679)	José Martins da Silva	DSP	01-07-16

## VI — RETIFICAÇÕES

Que fique sem efeito o publicado na OE, 2.ª Série, n.º 03 de 31mar06, páginas n.ºs 169 e 170, relativamente à concessão da Medalha de Comportamento Exemplar, Grau Cobre, com a portaria de 21 de dezembro de 2005, referente ao Sold Inf GNR (2010456) **Sérgio Filipe Magalhães Teixeira**.

## VII — OBITUÁRIO

Faleceram os militares abaixo mencionados da SecApoio/RPFES:

### 2016

maio	12	Cor	Inf	(50213611)	Carlos Alberto Gonçalves da Costa;
junho	21	Cor	Inf	(51205411)	Fernando de Melo Leitão Costa;
junho	23	SCh	Med	(05587773)	José Manuel Rosa Carrota;
julho	01	SAj	Inf	(51195011)	Manuel José Vicente;
julho	02	SCh	Art	(52023911)	Manuel Adelino Correia Teigão;
julho	04	1Sarg	Mat	(51533711)	Francisco Domingues Mineiro;
julho	05	SMor	Inf	(50089911)	Jerónimo Francisco da Conceição Candeias;
julho	06	Cap	SGE	(50131511)	João Raposo Videira;
julho	07	SAj	SGE	(51184511)	António dos Ramos Simões;
julho	09	Cor	Eng	(50243711)	Mário David dos Santos;
julho	10	TCor	Tm	(40008462)	António Carlos Pinho de Almeida;
julho	10	1Sarg	Art	(50594711)	Francisco Lopes Faria;
julho	13	SAj	SGE	(51185911)	João Pinheiro dos Santos;
julho	13	SAj	Inf	(10819167)	Carlos Manuel Pombo Patrício;
julho	15	Cor	Inf	(36988962)	David Custódio Gomes Magalhães;
julho	15	Cap	QTS	(31471060)	Fernando Maria Ribeiro;
julho	15	SAj	SGE	(51257811)	David Martins dos Santos;
julho	21	TCor	SGE	(51528511)	Manuel Gaspar;
julho	25	SMor	AdMil	(61139160)	Aureliano Santos Proença;
julho	26	Cor	Cav	(50903111)	Joaquim Mendes Borges Ribeiro Simões;
julho	28	SMor	Inf	(51711811)	Mário Tavares da Costa;
julho	28	SAj	Inf	(34081860)	Jorge Henrique Flora dos Reis.

### O Chefe do Estado-Maior do Exército

*Frederico José Rovisco Duarte, General.*

Está conforme:

### O Ajudante-General do Exército

*José Carlos Filipe Antunes Calçada, Tenente-General.*



MINISTÉRIO DA DEFESA NACIONAL  
ESTADO-MAIOR DO EXÉRCITO

SECÇÃO DE OE/DARH  
ESTÁ CONFORME  
O ORIGINAL

# ORDEM DO EXÉRCITO

3.<sup>a</sup> SÉRIE

N.º 07/31 DE JULHO DE 2016

Publica-se ao Exército o seguinte:

## I — JUSTIÇA E DISCIPLINA

### Condecorações

Manda o Chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas, nos termos dos artigos 25.º, 26.º, 27.º e 34.º do Regulamento da Medalha Militar e das Medalhas Comemorativas das Forças Armadas, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 316/2002, de 27 de dezembro, condecorar com a Medalha Cruz de São Jorge, 4.<sup>a</sup> Classe, o CbAdj (00437810) **Nuno Miguel Dias de Castro Mendes Pacheco**.

(Despacho n.º 7 799/16, DR, 2.<sup>a</sup> Série, n.º 113, 15jun16)

Manda o Chefe do Estado-Maior do Exército condecorar com a Medalha de D. Afonso Henriques - Mérito do Exército, 4.<sup>a</sup> Classe, nos termos do artigo 27.º e n.º 3 do artigo 34.º, do Regulamento da Medalha Militar e das Medalhas Comemorativas das Forças Armadas, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 316/02, de 27 de dezembro, por ter sido considerada ao abrigo do disposto no artigo 25.º, do mesmo diploma legal, a Sold (19791706) **Carla Maria Lage Barbosa**.

(Despacho 19mai16)

Condecorados com a Medalha de Comportamento Exemplar, Grau Cobre, por despacho do Major-General Diretor de Serviços de Pessoal, no âmbito da delegação de competências, da data que se indica e em conformidade com as disposições do Regulamento da Medalha Militar e das Medalhas Comemorativas das Forças Armadas, promulgado pelo Decreto-Lei n.º 316/2002, de 27 de dezembro, os seguintes militares em regime de contrato:

Ten	(05023703)	José Rodrigo Mariz Araújo;
Ten	(03913504)	João Pedro Oliveira Leal;
Ten	(00425903)	Tiago Filipe da Silva Ribeiro;
Ten	(18260903)	Sandra Filipa Sousa Ferreira;
Ten	(17485601)	Bruno Miguel Espada Marques;
Ten	(00589602)	Luís Filipe Catarino Franqueira;
Ten	(00740300)	Rita Patrícia Saraiva Marques;
2Sarg	(14750203)	Vânia Alexandra da Silva Sousa;
CbAdj	(17924710)	Gustavo Fernando Pereira Mendes;
CbAdj	(04504711)	Rodrigo Samuel da Maia Alves;

CbAdj	(07757111)	Pedro Miguel dos Santos de Abreu;
CbAdj	(15953609)	Henrique Daniel Martins Fonseca;
CbAdj	(04827711)	Bruno Barata Domingos;
1Cb	(06603410)	Cátia Manuela Torres Loureiro;
1Cb	(12054611)	Ângelo Filipe Oliveira Ribeiro;
1Cb	(11011110)	João Manuel da Silva Gonçalves;
1Cb	(13881210)	José Filipe Andrade Gomes;
1Cb	(08616609)	Décio Ricardo Moniz Vieira da Luz;
1Cb	(10658810)	Diogo Jorge da Silva Vieira;
1Cb	(14411609)	Milton André Quintal;
1Cb	(07519905)	Bruno Daniel Ribeiro de Sousa;
1Cb	(13589805)	António Emanuel Ferreira da Costa;
1Cb	(13851806)	Rui Manuel Pinhão Brás;
1Cb	(18967210)	Luís Alfonso Redondo dos Santos;
1Cb	(04512812)	David Jorge Brito dos Santos;
1Cb	(11265610)	Vanessa Alexandra Brandão Fernandes;
1Cb	(09668505)	Hugo Filipe Robalo Barata Ramos Ferreira;
1Cb	(18912606)	Joni Leonel Martins da Silva;
1Cb	(03175210)	Tiago Alexandre Silva Loirinho;
1Cb	(14119605)	Andreia Patrícia Alves Oliveira;
1Cb	(18837010)	Mickael Ferreira Gonçalves;
1Cb	(11086709)	Daniel Filipe Sousa Carneiro;
1Cb	(17870003)	Bruno Cláudio Vicente Ferreira;
1Cb	(03798811)	Marisa Ferreira Marcelino;
1Cb	(12054809)	Bruno Filipe Almeida Alves;
1Cb	(08325410)	Hugo Macedo Catoia;
1Cb	(10011711)	Alexandre Nunes Durans;
1Cb	(16928611)	Gabriel João Ribeiro Martins;
1Cb	(11091906)	Sónia Figueiredo Matos Abreu;
1Cb	(17737511)	Nuno José Ferreira dos Santos;
1Cb	(14115810)	Tiago Monteiro Serra;
1Cb	(12358604)	Luís André da Silva Gomes;
1Cb	(03427909)	Fábio Mourão Fernandes;
1Cb	(12940309)	Francisco da Conceição Viegas Santana;
1Cb	(12046411)	André Filipe Madeira Lopes;
1Cb	(19344811)	Carlos Miguel Santos Pereira;
1Cb	(16188110)	Henrique Manuel Pina dos Santos;
1Cb	(04506511)	Pedro Miguel Martins Machado;
1Cb	(04756011)	Cátia Soares de Miranda;
1Cb	(15011610)	Paulo Jorge Madureira de Sousa;
2Cb	(16809111)	João Ricardo Carneiro Gonçalves;
2Cb	(03582609)	Óscar Manuel Pires Baltazar;
2Cb	(04887409)	João André Branco Conde;
2Cb	(13751104)	Tiago Emanuel Pires Leandro;
Sold	(08155411)	Pedro Miguel Tavares Gomes;
Sold	(09663911)	Bruno Miguel Marvanejo Pinto;
Sold	(01533910)	João Paulo Cardoso Teixeira;
Sold	(01685406)	Milene Andreia Jubilado Correia;
Sold	(16452111)	Jorge Daniel do Nascimento Rodrigues;
Sold	(19509510)	Hugo André Costa Rebelo;
Sold	(19787203)	António Manuel Carvalho Figueiredo;
Sold	(05239511)	Renato Daniel Rodo Costa Augusto;
Sold	(01654509)	Cristina Alice Pinto Barroco;
Sold	(05664610)	João Carlos Andrade Augusto;

Sold	(03975910)	Filipe André Amaro Gonçalves;
Sold	(12520209)	Fátima Luísa Costa Severino;
Sold	(13786404)	Fernando Miguel Dias da Silva;
Sold	(17017306)	Ricardo de Oliveira Carapêncio;
Sold	(14066205)	João Pedro Passos Pinto;
Sold	(10043711)	Cristiano da Silva Martinho;
Sold	(01208006)	Marlon Amores Espada;
Sold	(00558306)	Tiago Filipe Geraldês Farias;
Sold	(18106209)	Roberto Feliz Almeida;
Sold	(19928511)	Sara Isabel Guerreiro Gama;
Sold	(14110806)	Rui André da Rocha Pereira;
Sold	(10089111)	Patrícia Cristina Alves Barbosa;
Sold	(05488606)	Ruben Ribeiro Botinas;
Sold	(07688611)	Micael de Sousa Fernandes;
Sold	(09789111)	Marco André da Costa Rocha;
Sold	(13749411)	Vítor André Magalhães Miranda;
Sold	(15198006)	Pedro Nuno Dias;
Sold	(18906211)	Carlos José da Costa Ferreira;
Sold	(17724306)	Diana Raquel Araújo Correia;
Sold	(12183709)	Hélder Emanuel de Araújo Ramos;
Sold	(17659509)	Diogo Filipe Marques Jardim;
Sold	(10399404)	Homilzio Pereira das Neves Quaresma;
Sold	(11758705)	Diogo Filipe Machado da Silva;
Sold	(14575506)	Simão Cireneo Prego da Silva;
Sold	(18199711)	Sebastião Ferreira de Sousa;
Sold	(08178209)	André Covas Rogado Trindade;
Sold	(13892005)	Edgar Salvado Batista;
Sold	(14484909)	Tiago Ismael Nunes Moreira;
Sold	(07416305)	Cátia Lisete Soares Tavares;
Sold	(10356806)	Dinis Filomeno Gois Martins;
Sold	(14876710)	Marta Silvana da Silva Amaro;
Sold	(12011805)	Francisco Artur Freitas Sousa;
Sold	(00019105)	João Miguel Jardim da Silva;
Sold	(18339910)	Paula Alexandra Rodrigues Vieira;
Sold	(17442410)	Pedro José Barros Pereira;
Sold	(10710610)	David Ferreira Queiroz;
Sold	(06109109)	Pedro Rafael Vieira Gomes;
Sold	(05726709)	Maria Isabel Cardoso Barros;
Sold	(10122604)	André Gouveia Caetano;
Sold	(04624109)	Andreia Filipa Gonçalves Vieira Araújo;
Sold	(13152906)	Gilberto Santos Fernandes;
Sold	(02214111)	César Eduardo Ferreira Santos;
Sold	(09328611)	Paulo Ricardo Torres Andrade;
Sold	(09321410)	Hugo Manuel de Sá Rodrigues;
Sold	(18839005)	Leonel Filipe Sá Santos;
Sold	(02623605)	Hélder Martinho Rodrigues Antunes;
Sold	(08963809)	Mauro Filipe Borlido de Sousa Monteiro;
Sold	(10115711)	Rui Guilherme Esteves Simões Alcântara;
Sold	(04677104)	Fernando Manuel da Silva Machado;
Sold	(08124410)	Tiago Manuel da Silva Santos;
Sold	(15261609)	José Carlos Pinto Ferreira;
Sold	(12672609)	Luísa Margarida de Sá Monteiro;
Sold	(08786611)	Carina Isabel Pinto Rafael;

Sold	(04448410)	Amadeu Alexandre Santiago Soares;
Sold	(14658410)	Lúcia Andreia Jardim Teixeira;
Sold	(10730311)	Miguel João dos Reis Carvalho;
Sold	(11503511)	Ana Rita Fernandes Canotilho;
Sold	(19834211)	Duarte Teles dos Ramos;
Sold	(11077606)	Fábio Tadeu da Costa Gregório;
Sold	(16767605)	Hugo Miguel Mourão Maria;
Sold	(07605406)	Paulo Miguel dos Santos Monteiro Moreira;
Sold	(19127106)	Samuel José Gomes Miguel;
Sold	(08388410)	José Natércio Franco Figueira;
Sold	(13826803)	Hugo Valdemar Drumond de Sousa;
Sold	(13460609)	Carolina Isabel Macedo Azevedo;
Sold	(07498706)	Pedro Manuel Castelo Ferreira;
Sold	(08490411)	José Miguel Faria Rodrigues;
Sold	(18230005)	Pedro Miguel Martins da Silva;
Sold	(13274911)	Pedro Filipe Alves;
Sold	(18097910)	José Roberto Barros Sousa;
Sold	(10300111)	Diogo Lino de Jesus da Silva;
Sold	(08204605)	Nuno Vitorino da Costa Câmara;
Sold	(11827011)	Vítor Hugo Freitas Pinto;
Sold	(04989210)	Diogo Gonçalves Certal;
Sold	(06333309)	César Filipe Oliveira Casanova;
Sold	(05056305)	Cátia Marina Pires Almas;
Sold	(00966009)	Javier Santana Pereira Canizalez.

(Despacho 23mai16)

### Louvores

Louvo a Sold (19791706) **Carla Maria Lage Barbosa** do Gabinete do General Chefe de Estado-Maior do Exército, pelas excepcionais qualidades pessoais e virtudes militares evidenciadas no desempenho das suas funções de ordenança do Chefe do Estado-Maior do Exército, nos últimos três anos.

No desempenho da sua função, e no âmbito técnico-profissional, revelou possuir excelentes capacidades de organização e método, traduzidas pela forma exemplar como atempadamente garantiu a elaboração das requisições dos materiais de expediente necessários ao funcionamento diário do Gabinete, assim como no cuidado demonstrado na receção, arrumação e gestão dos mesmos, revelando em todas as ações elevado profissionalismo e brio, que permitiram manter um elevado nível de condições de trabalho.

O seu contributo na execução de eventos e datas festivas foi determinante para garantir uma imagem de amabilidade e cortesia de S. Exa. o Chefe de Estado-Maior do Exército no que diz respeito aos militares e civis que servem e serviram o Exército.

Como colaboradora nas cerimónias de imposição de condecorações, entrega de espadas e receção de visitas ao Estado-Maior do Exército, apresentou sempre uma postura irrepreensível, afável e diligente.

Devem ser relevadas, em especial, a dedicação e prontidão que demonstrou no desempenho da sua função, designadamente, a abertura e trato das instalações do Gabinete, bem como o elevado brio demonstrado na consecução das inúmeras tarefas diárias de apoio aos militares e civis do Gabinete do Chefe de Estado-Maior do Exército.

Militar dinâmica e dedicada, que alia a estes atributos um exemplar relacionamento com todos os militares e civis que com ela servem, a Soldado Carla Barbosa soube sempre cultivar excelentes relações profissionais e pessoais tendo, assim, contribuído em larga medida para o salutar ambiente de trabalho do meu Gabinete.

19 de maio de 2016. — O Chefe do Estado-Maior do Exército, *Frederico José Rovisco Duarte*, General.



## II — MUDANÇAS DE SITUAÇÃO

### Ingressos em regime de contrato

1 — Manda o General Chefe do Estado-Maior do Exército, por despacho de 6 de junho de 2016, ingressar na categoria de Oficial, em Regime de Contrato, nos termos da alínea *a*) do n.º 1 do artigo 259.º e da alínea *a*) do n.º 1 do artigo 269.º, ambos do Estatuto dos Militares das Forças Armadas (EMFAR), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 90/2015, de 29 de maio, com o posto de Aspirante a Oficial, os militares abaixo indicados:

#### 677 TP Condução Auto

Posto	NIM	Nome	Clas. Final Valores
Asp Grad	(05786911)	João Pedro da Costa Maciel	16,93
Asp Grad	(05242505)	Verónica Sofia Mascarenhas da Silva	15,75
Asp Grad	(05881005)	Pedro Miguel Afonso Zambujeiro	15,57
Asp Grad	(01135109)	Fábio André Rodriguez Pequeneza	14,96
Asp Grad	(02677511)	André Miguel Gonçalves Fernandes	14,82

2 — Os supracitados militares concluíram com aproveitamento o 1.º Curso de Formação de Oficiais de 2015, com a especialidade “677 TP Condução Auto”, inserido no Plano de Incorporações para 2015, atento o despacho de 13 de fevereiro de 2015 de S. Exa. a Secretária de Estado Adjunta da Defesa Nacional, cumprindo-se assim, o requerido no artigo 68.º da Lei 82-B/2014 de 31 de dezembro — Lei do Orçamento do Estado para 2015.

3 — Contam a antiguidade no posto de Aspirante a Oficial, desde 8 de setembro de 2015, nos termos do disposto no n.º 3 do artigo 270.º do EMFAR, conjugado com o determinado no n.º 1 do artigo 40.º da Lei 82-B/2014 de 31 de dezembro, mantendo a atual situação remuneratória.

4 — Ficam inscritos na escala de antiguidades nos termos do n.º 4 do artigo 259.º do EMFAR.

07 de junho de 2016. — O Chefe da RPM, *Pedro Miguel Alves Gonçalves Soares*, Cor Inf.

(Despacho n.º 7 891/16, DR, 2.ª Série, n.º 114, 16jun16)

1 — Manda o General Chefe do Estado-Maior do Exército, por despacho de 17 de junho de 2016, ingressar na categoria de Oficial, em Regime de Contrato, nos termos da alínea *a*) do n.º 1 do artigo 259.º e da alínea *a*) do n.º 1 do artigo 269.º, ambos do Estatuto dos Militares das Forças Armadas (EMFAR), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 90/2015, de 29 de maio, com o posto de Aspirante a Oficial, o Asp Grad (05148509) **Cláudio de Jesus Mendes Correia**, com a especialidade “869 E-Engenharia Ambiental” e classificação final de 16,45 valores.

2 — O supracitado militar concluiu com aproveitamento o 2.º Curso de Formação de Oficiais — Curso Especial de Formação de Oficiais de 2015, inserido no Plano de Incorporações para 2015, atento o despacho de 13 de fevereiro de 2015 de S. Exa. a Secretária de Estado Adjunta da Defesa Nacional, cumprindo-se, assim, o requerido no artigo 68.º da Lei 82-B/2014, de 31 de dezembro — Lei do Orçamento do Estado para 2015.

3 — Conta a antiguidade no posto de Aspirante a Oficial, desde 9 de fevereiro de 2016, nos termos do disposto no n.º 3 do artigo 270.º do EMFAR, conjugado com o determinado no n.º 1 do artigo 40.º da Lei 82-B/2014, de 31 de dezembro, mantendo a atual situação remuneratória.

4 — Fica inscrito na escala de antiguidades nos termos do n.º 4 do artigo 259.º do EMFAR.

20 de junho de 2016. — O Chefe da RPM, *Pedro Miguel Alves Gonçalves Soares*, Cor Inf.

(Despacho n.º 8 303/16, DR, 2.ª Série, n.º 121, 27jun16)

1 — Ao abrigo dos poderes que me foram subdelegados pelo Exmo. Major-General DARH, após subdelegação do Exmo. Tenente-General Ajudante-General do Exército, neste delegados por S. Exa. o General Chefe do Estado-Maior do Exército, ingressam na categoria de Sargentos, em Regime de Contrato, nos termos da alínea *b*) do n.º 1 do artigo 259.º e da alínea *b*) do n.º 1 artigo 269.º, ambos do Estatuto dos Militares das Forças Armadas (EMFAR), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 90/2015, de 29 de maio com o posto de Segundo-Furriel, os militares abaixo indicados:

#### 677 TP Condução Auto

Posto	NIM	Nome	Clas. Final Valores
2Furr Grad	(00616412)	Susana Rita Ribeiro da Silva	15,90
2Furr Grad	(01006514)	Diogo Leandro Ferreira da Silva	15,25
2Furr Grad	(13903910)	Hélder Miguel Jardim da Cunha	14,56
2Furr Grad	(06901310)	Manuel Henrique Amorim Silva	14,07
2Furr Grad	(01653209)	Daniel dos Santos Almeida	14,00

2 — Os supracitados militares concluíram, com aproveitamento, o 1.º Curso de Formação de Sargentos 2015, inserido no Plano de Incorporações para 2015, atento o despacho de 9 de janeiro de 2015, de S. Exa. a Secretária de Estado da Administração Pública, conjugado com o despacho n.º 36/15/MEF, de 13 de fevereiro de 2015, de S. Exa. a Ministra de Estado e das Finanças, cumprindo-se assim, o requerido no artigo 68.º da Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro.

3 — Contam a antiguidade no posto de Segundo-Furriel, desde 8 de setembro de 2015, nos termos do disposto no n.º 3 do artigo 270.º do EMFAR, conjugado com o determinado no n.º 1 do artigo 40.º da Lei 82-B/2014, de 31 de dezembro, por remissão do artigo 18.º da Lei n.º 7-A/2016, de 30 de março, mantendo a atual situação remuneratória.

4 — São inscritos na escala de antiguidade nos termos do n.º 4 do artigo 259.º do EMFAR.

06 de junho de 2016. — O Chefe da RPM, *Pedro Miguel Alves Gonçalves Soares*, Cor Inf.

(Despacho n.º 8 180/16, DR, 2.ª Série, n.º 119, 23jun16)

1 — Ao abrigo dos poderes que me foram subdelegados pelo Exmo. Major-General DARH, após subdelegação do Exmo. Tenente-General Ajudante-General do Exército, neste delegados por S. Exa. o General Chefe do Estado-Maior do Exército, ingressam na categoria de Sargentos, em Regime de Contrato, nos termos da alínea *b*) do n.º 1 do artigo 259.º e da alínea *b*) do n.º 1 artigo 269.º, ambos do Estatuto dos Militares das Forças Armadas (EMFAR), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 90/2015, de 29 de maio, com o posto de Segundo-Furriel, os militares abaixo indicados:

#### 152 A Campanha

Posto	NIM	Nome	Clas. Final Valores
2Furr Grad	(16248416)	Pedro Miguel da Conceição Duarte Marques	15,53
2Furr Grad	(03497214)	João Carlos Leal Gonçalves	13,82

#### 609 AM Alimentação

Posto	NIM	Nome	Clas. Final Valores
2Furr Grad	(18735911)	Alfredo Miguel da Silva Gualdino	15,60
2Furr Grad	(01198411)	Ana Mafalda de Jesus Marujo	15,37

Posto	NIM	Nome	Clas. Final Valores
2Furr Grad	(14569613)	Ricardo José Lopes Ferreira	15,09
2Furr Grad	(16782211)	Diana Raquel Fernandes Correia	15,04
2Furr Grad	(05666206)	Cláudia Sofia Lima Garcia	14,91
2Furr Grad	(19587212)	Duarte Nuno Freitas Andrade	14,69
2Furr Grad	(13486011)	Raquel Fabiana Vilela Parente	14,59
2Furr Grad	(05411113)	Cláudia Sofia Nogueira Montes	14,55
2Furr Grad	(03688510)	António José Araújo Coelho Pais	14,31
2Furr Grad	(08692011)	Miguel Luís Louro Pires	13,90
2Furr Grad	(16949509)	Cláudia Cristina Pinto Gromicho	13,82
2Furr Grad	(03684411)	João Paulo Reis Marcos	14,69
2Furr Grad	(00433305)	Ana Margarida Oliveira dos Santos	13,73

**651 SP Secretariado**

Posto	NIM	Nome	Clas. Final Valores
2Furr Grad	(09032309)	João Pedro Lourenço Gomes	15,01
2Furr Grad	(19076606)	Filipe André Cerqueira Gomes	12,30

**669 TP Operador de Transportes**

Posto	NIM	Nome	Clas. Final Valores
2Furr Grad	(09402506)	João Vítor Serafim Pereira	15,35
2Furr Grad	(15059611)	Bruno Miguel Vila Flor dos Santos	15,13
2Furr Grad	(12804212)	Hugo David Figueiredo Cardoso	13,42
2Furr Grad	(18432110)	Nádia Sofia Camara Mané	12,72

2 — Os supracitados militares concluíram, com aproveitamento, o 2.º Curso de Formação de Sargentos 2015, inserido no Plano de Incorporações para 2015, atento o despacho de 9 de janeiro de 2015, de S. Exa. a Secretária de Estado da Administração Pública, conjugado com o despacho n.º 36/15/MEF, de 13 de fevereiro de 2015, de S. Exa. a Ministra de Estado e das Finanças, cumprindo-se assim, o requerido no artigo 68.º da Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro.

3 — Contam a antiguidade no posto de Segundo-Furriel, desde 9 de fevereiro de 2016, nos termos do disposto no n.º 3 do artigo 270.º do EMFAR, conjugado com o determinado no n.º 1 do artigo 40.º da Lei 82-B/2014, de 31 de dezembro, por remissão do artigo 18.º da Lei n.º 7-A/2016, de 30 de março, mantendo a atual situação remuneratória.

4 — São inscritos na escala de antiguidade nos termos do n.º 4 do artigo 259.º do EMFAR.

30 de maio de 2016. — O Chefe da RPM, *Pedro Miguel Alves Gonçalves Soares*, Cor Inf.

(Despacho n.º 8 177/16, DR, 2.ª Série, n.º 119, 23jun16)

1 — Ao abrigo dos poderes que me foram subdelegados pelo Exmo. Major-General DARH, após subdelegação do Exmo. Tenente-General Ajudante-General do Exército, neste delegados por S. Exa. o General Chefe do Estado-Maior do Exército, ingressou na categoria de Sargentos, em Regime de Contrato, nos termos da alínea *b*) do n.º 1 do artigo 259.º e da alínea *b*) do n.º 1 artigo 269.º, ambos do

Estatuto dos Militares das Forças Armadas (EMFAR), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 90/2015, de 29 de maio, com o posto de Segundo-Furriel, o 2 Furr Grad (09489712) **Filipe da Fonseca Sousa**, com a especialidade 061 — I Operações Especiais e classificação final de 15,52 valores.

2 — O supracitado militar conclui, com aproveitamento, o 2.º Curso de Formação de Sargentos 2015, inserido no Plano de Incorporações para 2015, atento o despacho de 9 de janeiro de 2015, de S. Exa. a Secretária de Estado da Administração Pública, conjugado com o despacho n.º 36/15/MEF, de 13 de fevereiro de 2015, de S. Exa. a Ministra de Estado e das Finanças, cumprindo-se assim, o requerido no artigo 68.º da Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro.

3 — Conta a antiguidade no posto de Segundo-Furriel, desde 18 de fevereiro de 2016, nos termos do disposto no n.º 3 do artigo 270.º do EMFAR, conjugado com o determinado no n.º 1 do artigo 40.º da Lei 82-B/2014, de 31 de dezembro, por remissão do artigo 18.º da Lei n.º 7-A/2016, de 30 de março, mantendo a atual situação remuneratória.

4 — Fica inscrito na escala de antiguidade nos termos do n.º 4 do artigo 259.º do EMFAR.

28 de junho de 2016. — O Chefe da RPM, *Pedro Miguel Alves Gonçalves Soares*, Cor Inf.

(Despacho n.º 8 842/16, DR, 2.ª Série, n.º 131, 11jul16)

### III — PROMOÇÕES E GRADUAÇÕES

#### Graduações

1 — Por despacho de 18 de agosto de 2015 do Chefe da RPM/DARH, ao abrigo dos poderes que lhe foram subdelegados pelo Major-General DARH, conferido pelo despacho n.º 1 966/2015, de 6 de fevereiro, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 39, de 25 de fevereiro, após Subdelegação do Exmo. Tenente-General AGE, são graduados no posto de Furriel, os alunos do 43.º Curso de Formação de Sargentos, que terminaram com aproveitamento o primeiro ano letivo na Escola de Sargentos do Exército, nos termos da alínea a) do artigo 32.º da portaria n.º 60/2014, de S. Excelência o Ministro da Defesa Nacional, de 10 de março, os seguintes militares:

Posto	NIM	Nome
CbAdj	(10304511)	José Manuel Faria Freitas da Costa Nogueira;
CbAdj	(13383204)	Hélder José Medeiros Ponte;
CbAdj	(17415409)	Ricardo Luís Sevilha Coelho;
1Cb	(03735111)	Ricardo Jorge Viegas Salgueiro;
1Cb	(16872412)	Rafael Martins Cabeleira;
1Cb	(10524910)	Marco António Figueira Basílio;
1Cb	(00183911)	João Diogo Fernandes Machado;
Sold	(11758311)	Rui Filipe Ferreira da Costa;
Sold	(17137111)	Gustavo de Almeida Alves Leal;
Sold	(14393912)	Márcio Porfírio Correia Andrade;
Sold	(11131014)	Adriano Luís Peixoto Ribeiro;
Sold	(12153906)	Nuno Filipe Pires Fernandes Gaspar;
Sold	(12221011)	Alexandra Maria Cupertino Duarte;
Sold	(04901312)	Bruno Alexandre Barreiro Silvério;
Sold	(11180412)	Milton César Miranda Santos;
Sold	(11472112)	Carlos Duarte Braga Nunes;
Sold	(02823209)	Vítor Daniel Gonçalves Rodrigues;
Sold	(02360510)	Gonçalo Nuno Belo de Oliveira Silva Lourenço;
Sold	(01796809)	Ricardo Manuel Henriques Madeira;
Sold	(00683409)	Filipe André Soares Ferreira;
Sold	(06395009)	Vicente Costa Oliveira Fernandes;
Sold	(17591011)	David Brás Simões;
Sold	(13254013)	Fábio Monte Botelho;
Sold	(06921714)	Rui Mateus Gens dos Santos;

Sold	(06179712)	Sérgio Cláudio Aires Quintelas;
Sold	(04525206)	Diogo André Monteiro do Nascimento;
Sold	(11231409)	Adrien Lopes;
Sold	(06784310)	André Dias Francisco;
Sold	(03643612)	José Carlos Perfeito Gonçalves;
Sold	(02243810)	Eric Horta Fernandes;
Sold	(14696612)	Sérgio Bruno Carneiro Gemelgo;
Sold	(06766609)	José Manuel Rei Martins Reis;
Sold	(17527811)	Ion Zugrav;
Sold	(00051106)	Jean David Machado Nicolau Ginja;
Sold	(03912411)	Luís Filipe Rendeiro Gonçalves;
Sold	(07050710)	Fernando Miguel Fernandes Marinho.

2 — Os referidos militares são graduados no novo posto desde 1 de setembro de 2015, conferido pelo despacho de 21 de julho de 2014, de S. Exa. o General CEME, inserto no Plano de Formação Inicial e Progressão na Carreira de Sargentos do QP, data a partir da qual têm direito ao vencimento do novo posto, ficando integrados na primeira posição da estrutura remuneratória, conforme previsto no n.º 1 do artigo 8.º do Decreto-Lei n.º 296/2009, de 14 de outubro.

18 de agosto de 2015. — O Chefe da RPM, *Pedro Miguel Alves Gonçalves Soares*, Cor Inf.

(Despacho n.º 9 726/15, DR, 2.ª Série, n.º 166, 25ago15)

### Cessação de Graduação

Ao abrigo dos poderes que me foram subdelegados pelo Exmo. Major-General DARH, após subdelegação do Tenente-General Ajudante-General do Exército, neste delegado por S. Exa. o General Chefe do Estado-Maior do Exército, é cessada a graduação, desde 27 de abril de 2016, nos termos a alínea *d*) do n.º 1 do artigo 74.º, do Decreto-Lei n.º 90/2015, de 29 de maio, à 2Furr Grad (14634412) **Ana Catarina Pereira Pimentel**, com a especialidade 094 PQ Paraquedista.

04 de julho de 2016. — O Chefe da RPM, *Pedro Miguel Alves Gonçalves Soares*, Cor Inf.

(Despacho n.º 8 916/16, DR, 2.ª Série, n.º 132, 12jul16)

Ao abrigo dos poderes que me foram subdelegados pelo Exmo. Major-General DARH, após subdelegação do Tenente-General Ajudante-General do Exército, neste delegado por S. Exa. o General Chefe do Estado-Maior do Exército, é cessada a graduação, desde 29 de abril de 2016, nos termos a alínea *d*) do n.º 1 do artigo 74.º, do Decreto-Lei n.º 90/2015, de 29 de maio, ao 2Furr Grad (13590313) **Renato Emanuel Bastos Parreira** com a especialidade 059 — I Comando.

02 de junho de 2016. — O Chefe da Repartição, *Pedro Miguel Alves Gonçalves Soares*, Cor Inf.

(Despacho n.º 8 178/16, DR, 2.ª Série, n.º 119, 23jun16)

Ao abrigo dos poderes que me foram subdelegados pelo Exmo. Major-General DARH, após subdelegação do Tenente-General Ajudante-General do Exército, neste delegado por S. Exa. o General Chefe do Estado-Maior do Exército, é cessada a graduação, desde 4 de maio de 2016, nos termos a alínea *d*) do n.º 1 do artigo 74.º, do Decreto-Lei n.º 90/2015, de 29 de maio, aos militares abaixo indicados:

### 059 — I Comando

Posto	NIM	Nome
2Furr Grad	(00523512)	Renato José Ribeiro Barbosa Fernandes;
2Furr Grad	(12686414)	João Francisco Caracol Valério.

02 de junho de 2016. — O Chefe da Repartição, *Pedro Miguel Alves Gonçalves Soares*, Cor Inf.

(Despacho n.º 8 179/16, DR, 2.ª Série, n.º 119, 23jun16)

#### IV — RECTIFICAÇÕES

Que fique sem efeito o publicado na OE n.º 07 de 31jul15, página n.º 85, relativamente à concessão da Medalha de Comportamento Exemplar, Grau Cobre, com o despacho de 05 de junho de 2015, referente à Sold (10871611) **Patrícia Isabel Nunes Pinto**.

Que fique sem efeito o publicado na OE n.º 02 de 29fev16, página n.º 11, relativamente à concessão da Medalha de Comportamento Exemplar, Grau Cobre, com o despacho de 11 de dezembro de 2015, referente ao Sold (01138410) **João Matias Madureira da Cruz**.

---

#### V — OBITUÁRIO

Faleceram os militares abaixo mencionado da SecApoio/RPFES:

##### 2015

junho	06	Sold	PPI	(01304865) Eduardo Maria Vieira;
junho	12	Sold	DFA	(02201873) Óscar Pereira Dias;
junho	12	Sold	PPI	(36482156) Manuel Justo de Araújo.

##### 2016

junho	14	Sold	DFA	(36018661) José Mário Rocha da Cunha;
junho	27	1Cb	DFA	(07172670) Joaquim Gouveia Cravo;
julho	18	2Sarg	DFA	(08229969) António de Almeida Alves.

#### O Chefe do Estado-Maior do Exército

*Frederico José Rovisco Duarte*, General.

Está conforme:

#### O Ajudante-General do Exército

*José Carlos Filipe Antunes Calçada*, Tenente-General.